

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

RAFAEL ALMEIDA CALLEGARI

**UM CAMPO POLÍTICO “NÃO TÃO LAICIZADO” E AGENTES
RELIGIOSOS “NÃO MUITO POLÍTICOS”: A IGREJA DO
EVANGELHO QUADRANGULAR NO TEMPO DA POLÍTICA**

**CAMPO MOURÃO – PR
2018**

RAFAEL ALMEIDA CALLEGARI

**UM CAMPO POLÍTICO “NÃO TÃO LAICIZADO” E AGENTES
RELIGIOSOS “NÃO MUITO POLÍTICOS”: A IGREJA DO
EVANGELHO QUADRANGULAR NO TEMPO DA POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, processos socioculturais e instituições.

Orientador: Dr. Frank Antonio Mezzomo

Co-orientadora: Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro

**CAMPO MOURÃO – PR
2018**

Dados internacionais de catalogação na publicação

Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira – CRB9 - 775

Callegari, Rafael Almeida.

Um campo político “não tão laicizado” e agentes religiosos “não muito políticos” : a Igreja do Evangelho Quadrangular no tempo da política / Rafael Almeida Callegari. - Campo Mourão, 2018.

141 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Dr. Frank Antonio Mezzomo.

Co-orientadora: Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Paraná.
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento.

Bibliografia: f. 130-141.

1. Igreja do Evangelho Quadrangular – Campo Mourão (PR).
2. Igreja e política – Campo Mourão (PR). I. Mezzomo, Frank Antonio, II, Pátaro, Cristina Satiê de Oliveira. III. Universidade Estadual do Paraná. IV. Título.

CDD 261.7

RAFAEL ALMEIDA CALLEGARI

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo (Orientador) - UNESPAR/ Campo Mourão

Frank A. Mezzomo

Prof. Dr^a. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Co-Orientadora) - UNESPAR/ Campo Mourão

Ch

Prof. Dr. Samuel Klauck - UNIOESTE/ Foz do Iguaçu

Diabo

Prof. Dr. Ricardo Fernandes Pátaro - UNESPAR/ Campo Mourão

ricardo

Prof. Dr. Valdir Pedde - FEEVALE/ Nova Hamburgo

Data de Aprovação

__/__/__

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa às sete mulheres de minha casa espiritual. Minha mãe, Carmen Lúcia, minhas irmãs Ana Lúcia e Gabriella, minhas avós, Maria Rosa e Célia [*in memorian*], minha sogra Marilu, e minha amada esposa, companheira de hoje e sempre, Luana Maria.

AGRADECIMENTOS

Ninguém realiza nada sozinho. Esta dissertação é fruto do suor, da paciência, do apoio e da colaboração direta e indireta de muitas pessoas. Cada uma colocou uma peça que compõe o todo desta pesquisa.

Começo então, seguindo o tema ora proposto, com o acionamento da religião, agradecendo ao Grande Arquiteto do Universo, Deus. Não há, como os dizeres bíblicos, um fio de cabelo que nasça ou caia sem a sua vontade.

Foi um caminhar de muitos puxões de orelha, alertas, instruções, aprendizado e crescimento. Devo aos meus orientadores minha gratidão pela conclusão dessa caminhada. Ao Dr. Frank Antonio Mezzomo e à Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, o meu sincero muito obrigado. E que o caminhar pela seara da religião e da política, de forma conjunta, esteja apenas começando.

Agradeço também ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder da Unespar, Campo Mourão. Alunos de iniciação científica e mestrados que, desbravando o mundo das ciências sociais e humanas, tornaram o meu caminhar mais suave graças ao companheirismo nas pesquisas, discussões de textos e eventos científicos.

Estendo o reconhecimento a todos os professores do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento da Unespar, Campo Mourão, por me retirarem da visão disciplinar, na qual a Ciência Jurídica ainda perambula, e compartilharem um novo enfoque, permitindo uma nova percepção e releitura das relações sociais.

Agradeço aos integrantes de comitês de campanha das eleições municipais de 2016, dentre candidatos, coordenadores e apoiadores, bem como aos integrantes da Igreja do Evangelho Quadrangular – 1ª e 5ª IEQ de Campo Mourão, Secretaria Estadual de Cidadania IEQ-PR e, especialmente, aos entrevistados, Pastora Jurema, Pastor André Luiz, Pastor Valdir Modesto e Pastor Paulo Britto.

Concluo trazendo à lembrança aqueles que acompanharam passo a passo o caminho que trilhei. Minha amada esposa, Luana Maria Kuboski, meus queridos pais e demais familiares. Agradeço a paciência, resignação e compreensão durante o tempo que me mantive ausente para concluir este mestrado.

EPIGRAFE

“A tolerância é tão necessária na política como na
religião; só o orgulho é que é intolerante”
(Voltaire, *Le Traité sur la tolérance*, 1763)

RESUMO

CALLEGARI, Rafael Almeida. **Um campo político “não tão laicizado” e agentes religiosos “não muito políticos”**: a Igreja do Evangelho Quadrangular no tempo da política. 141f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2018.

A pesquisa investigou a relação entre religião e política, a partir da análise da institucionalização da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) e da presença de seus agentes religiosos no tempo da eleição, em particular o pleito eleitoral proporcional de 2016, no município de Campo Mourão, PR. Compõem o corpus documental o diário de campo, os estatutos e documentos da denominação religiosa e os materiais de campanha produzidos pelos seus candidatos, tais como notas publicadas nas mídias, *flyers*, *jingles*, santinhos, além de entrevistas. A pesquisa, em uma perspectiva interdisciplinar, buscou compreender as imbricações entre religião e política, problematizando conceitos como laicidade e secularização, com base em discussões que vêm sendo feitas nos campos das ciências humanas e sociais. Destacamos a organização da IEQ para a participação de seus membros e fiéis nas atividades políticas, na esteira de dois projetos de âmbito nacional e com atuação local, denominados Cidadania IEQ e “Amigos da Cidade”, cada um com modos distintos de ação, mas com o propósito de promover a participação dos cristãos na política, especialmente dos seus membros. Problematicaram-se os critérios de escolha da representação política oficial, a hierarquização e a submissão aos desígnios institucionais como fundamentais para a representação da Igreja, fatores que nem sempre atendem aos critérios normalmente utilizados na definição de candidatos. Ainda, verificou-se a utilização de elementos religiosos pelos dois agentes religiosos, membros pastores, que concorreram a uma vaga ao legislativo municipal de Campo Mourão em 2016. Conclui-se que, embora pertencentes a grupos minoritários e com participação no cenário político, a utilização da estrutura sociopolítica da IEQ e do acionamento da religião na construção das candidaturas e campanhas não foram determinantes para o êxito da eleição, nem afastaram as acepções de secularização e laicidade que predominam as discussões atuais sobre o tema.

Palavras-chave: Agentes religiosos. Religião. Política. Eleição.

ABSTRACT

This research investigated the relationship between religion and politics, from the analysis of the institutionalization of the Foursquare Church and the presence of its religious agents in the time of politics, especially at the proportional electoral election of 2016, in the municipality of Campo Mourão, PR. Documentary corpus consists of field diary, the statutes and documents of the religious institution, the campaign materials produced by the candidates, such as notes published in the media, flyers, jingles, “santinhos”, and interviews were also conducted with each of religious agents. The research, from an interdisciplinary perspective, sought to understand the imbrications between religion and politics, as well as the problematizations about laicity and secularization, based on discussions of human and social sciences. The institutionalized organization of the Foursquare Church, for the participation of its members and faithfuls in the political activities, was evidenced, with the creation of two projects of national scope and local action, called "IEQ Citizenship" and "Friends of the City", based on distinct modes of action, but aiming the same goal: to promote the participation of Christians in politics, especially its members. Also, it is highlighted the use of religious elements by the two pastoral members who participated actively in the 2016 electoral campaign in Campo Mourão, emphasizing that both belong to socially minority groups, since one is black and the other a woman. The criteria for choosing official political representation, hierarchy and submission to the Church's designs as fundamental to official political representation were identified, factors that do not always meet the criteria commonly used in the definition of candidates. Besides, religious elements were used by the two religious agents, pastoral members, who ran for a seat in the municipal legislature of Campo Mourão in 2016. It was concluded that, although belonging to minority groups and participating in the political scenario, the use of IEQ's sociopolitical structure and the activation of religion in the construction of candidacies and campaigns were not decisive for the success of the election, nor did they move away from the secularization and laity meanings that prevail in the current discussions on the subject.

Keywords: Religious agents. Religion. Policy. Election.

LISTAS DE IMAGENS

Imagem 1 – As bancadas na Câmara dos Deputados.....	38
Imagem 2 – Cruzada Nacional de Evangelização em 1954.....	50
Imagem 3 – Primeiro imóvel alugado para os cultos em Curitiba em 1955.....	53
Imagem 4 – Culto da Igreja do Evangelho Quadrangular em Campo Mourão (1986).....	55
Imagem 5 – Estrutura administrativa nacional da IEQ.....	57
Imagem 6 – Estrutura administrativa local da IEQ.....	58
Imagem 7 – Símbolo do Projeto Cidadania IEQ.....	62
Imagem 8 – Manual do Candidato da IEQ de 2016.....	63
Imagem 9 – Fóruns de divulgação do Projeto Cidadania IEQ	64
Imagem 10 – Relação de Eleitos pela IEQ no Paraná.....	68
Imagem 11 – Nota do Boca Santa de 02 de abril de 2002.....	69
Imagem 12 – Visita do deputado Ailton Araujo em 30 de julho de 2003.....	70
Imagem 13 – Mosaico com as divulgações do Projeto “Ame sua cidade e ore por ela”	74
Imagem 14 – Sítio eletrônico do Projeto “Amigos da Cidade” de Campo Mourão.....	76
Imagem 15 – Postagem Projeto Cidadania IEQ realizada em 26 de setembro de 2016....	86
Imagem 16 – Captura de vídeo utilizado pelo Pastor Valdir em sua campanha.....	89
Imagem 17 – Captura da arte utilizada no <i>perfurade</i> de campanha do Pastor Valdir.....	90
Imagem 18 – Material personalizado da campanha do Pastor Valdir.....	91
Imagem 19 – Símbolo da Igreja do Evangelho Quadrangular.....	92
Imagem 20 – <i>Perfurade</i> da campanha com signos da IEQ.....	92
Imagem 21 – Recurso Gráfico utilizado na campanha de Izidoro Bueno.....	93
Imagem 22 – Recurso Gráfico utilizado na campanha de Geber Nasser.....	93
Imagem 23 – Colagem da captura de imagens de apoiadores do Pastor Valdir.....	94
Imagem 24 – Captura de vídeo de campanha no escritório da 1ª IEQ.....	99
Imagem 25 – Pastora Jurema e Tauillo.....	101
Imagem 26 – Pastora Jurema e camiseta de campanha.....	104
Imagem 27 – Postagem de minicurriculo da Pastora Jurema.....	105
Imagem 28 – Frente Cristã Evangélica abençoa campanha de Regina Dubay em 08 de agosto de 2012.....	120
Imagem 29 – Crítica de Geber Nasser à Frente Cristã Evangélica.....	121

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Candidaturas exitosas do Projeto Cidadania IEQ.....	66
Quadro 2 – Proporcionalidade de votos dos candidatos ligados ao Projeto Cidadania IEQ.....	73
Quadro 3 – Script: Programa “Amigos da Cidade” de Campo Mourão.....	75
Quadro 4 – Desempenho eleitoral de candidatos ligados à IEQ e AD em Campo Mourão (2016).....	108
Quadro 5 – Fases/tipos de marketing político.....	111
Gráfico 1 – Desempenho dos agentes religiosos oficiais do Projeto Cidadania IEQ em Campo Mourão.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD – Assembleia de Deus
DEM – Democratas
FCE – Frente Cristã Evangélica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEQ – Igreja do Evangelho Quadrangular
ITQ – Instituto Teológico Quadrangular
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEN – Partido Ecológico Nacional
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PMB – Partido da Mulher Brasileira
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

SD – Partido Solidariedade

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

Unespar – Universidade Estadual do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL: IMBRICAÇÕES E DINÂMICAS	20
1.1 A religião no espaço público	21
1.2 Apontamentos sobre a atuação dos evangélicos na política brasileira	29
1.3 Tempo da política e tempo da eleição	41
CAPÍTULO 2: A IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR E A INSERÇÃO NA POLÍTICA	48
2.1 A organização da IEQ até o <i>locus</i> da pesquisa: dos Estados Unidos a Campo Mourão	48
2.2 Projetos de atuação política da IEQ no Paraná e em Campo Mourão	58
CAPÍTULO 3: O ACIONAMENTO RELIGIOSO E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR NO TEMPO DA POLÍTICA	79
3.1 O tempo da política nas eleições municipais de Campo Mourão em 2016	80
3.2 Agentes religiosos em campanha: a IEQ no espaço político mourãoense	85
3.2.1 Pastor Valdir: uma candidatura da Igreja Quadrangular com “esperança no futuro”	85
3.2.2 Pastora Jurema e o chamado para sermos amigos da cidade	96
3.3 Um campo político mourãoense não muito laicizado: os desdobramentos da campanha dos candidatos evangélicos	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
ENTREVISTAS	130
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

Ainda há pouco tempo, constituía ditado popular a afirmação de que política e religião – e futebol – não se discutem. Entretanto, o uso da camisa da seleção brasileira de futebol em protestos políticos pelas ruas do país, somado aos discursos permeados de elementos religiosos, parece apontar que o senso popular comum mudou. Nos horários obrigatórios de propaganda partidária, nos discursos de pré-candidatos à presidência, nas construções de campanhas municipais, o imaginário religioso é acionado para justificar ou dar legitimidade aos posicionamentos em voga. Não arriscaríamos dizer, contudo, que a presença entrelaçada entre os campos político e religioso, na vida social, se trata de cenário novo – antes, afirmar que tal presença vêm ganhando olhares mais atentos.

Os estudos acerca da política e da religião conquistaram destaque no campo das Ciências Humanas e Sociais, especialmente no tocante à interação entre essas duas esferas. Historiadores, antropólogos, sociólogos, juristas, teólogos e cientistas políticos vêm se debruçando sobre as várias formas de imbricação de uma e outra. Este cenário é favorável à pesquisa interdisciplinar, aqui realizada a partir de uma visão da interdisciplinaridade, combinada à complexidade, partindo dos nortes teóricos das obras de Morin (1991, 2005), Alvarenga (2011) e Vasconcelos (2007), em particular a visão instrumental de interdisciplinaridade de Raynaut (2014).

A interação entre religião e Estado não é um novo fato social, uma vez que esses campos tradicionalmente vêm perpassando um pelo terreno do outro, seja de forma a se convergirem ou divergirem em seus interesses de ação – conforme informam Campos (1997), Novaes, (2001), Burity (2005), Montero (2006); Giumbelli (2008), Rodrigues (2006) e Oro (2011), os quais mencionam que essa relação se traduz ou em alianças e suportes, ou na oposição do Estado às regras religiosas (por trazerem o engessamento das relações humanas e dos direitos).

Nos últimos 30 anos, e em especial no Brasil, é visível o aumento paulatino do número de candidatos que mantêm relação com instituições religiosas, aqui denominados agentes religiosos, e que vêm participando de campanhas eleitorais, seja nos pleitos majoritários ou proporcionais. Entre eles, a utilização de recursos da linguagem religiosa nas estratégias de campanha é notável e merecedora de atenção dos pesquisadores.

O propósito central desta pesquisa é identificar e compreender como são construídos e acionados os elementos religiosos na campanha eleitoral, enfocando na institucionalização e

nos agentes religiosos da Igreja do Evangelho Quadrangular. Isto é, de que maneira a referida denominação religiosa e seus agentes religiosos recorrem à religião nos materiais de campanha, discursos e representações produzidas e veiculadas, com o fito de elucidar a imbricação político-religiosa no espaço-tempo estudado e compreender de que forma esses elementos atuam no campo, em no tempo da política.

De uma maneira mais específica, e para atender ao objetivo geral, constatada a existência de agentes religiosos como candidatos nas eleições proporcionais do município de Campo Mourão desde 2008 (MEZZOMO; PÁTARO, 2017a, 2017b), buscou-se problematizar aqueles pertencentes à Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), o modo como utilizaram a estrutura da denominação para fins políticos, bem como analisar as estratégias de campanha por eles utilizadas, realizando-se um recorte empírico de forma a atender os candidatos, seja porque foram indicados como oficiais ou porque se utilizaram do vínculo religioso para a construção da legitimidade política.

Durante a observação participante realizada no tempo da eleição em 2016 em Campo Mourão, Paraná, pôde-se notar a presença de agentes religiosos disputando o cargo de vereador em três grupos políticos principais que lançaram candidaturas. Quando das convenções partidárias, observou-se que a busca de apoio político pelos candidatos ao cargo majoritário se direcionou em diversas frentes, dentre organizações filantrópicas, clubes de serviço e, também, organizações religiosas.

Foi igualmente observado que as denominações que desejaram estruturar uma unidade política mínima de representação (indicação de um candidato-chave) realizaram seus encontros na véspera das Convenções Partidárias, para evitar propaganda eleitoral antecipada e, aproveitando o ambiente plural e democrático, permitiram que seus membros interessados na disputa se filiassem a qualquer partido e grupo político, não se opondo a candidaturas alternativas àquelas preferidas pelo comando da Igreja.

Ao passo em que se realizou a pesquisa de campo, a observação participante permitiu que no processo de identificação dos candidatos religiosos, analisando-se seu histórico político, o tempo de atuação na denominação religiosa e a recorrência de elementos religiosos nos materiais de campanha, realizassemos o recorte justamente pela expressividade e participação da IEQ no campo da política, a ponto de subsidiar elementos para o estudo, notadamente na presença organizada da IEQ, na medida em que a interação com a política é objetivo estatutário e que os principais integrantes em campanha eram pastores, inclusive pertencentes a grupos minoritizados da sociedade. Também foi identificada a existência de

projetos de longa duração da IEQ, visando uma continuidade da ação religiosa no campo político que transcendia o momento da eleição.

A importância de identificar a presença de elementos religiosos nas estratégias de campanha eleitoral no Brasil é respaldada pela crescente diversidade religiosa, pelo aumento na frequência com que esses elementos são utilizados por candidatos a cargos políticos nas eleições, e pela proposta de secularização e laicidade presente no texto constitucional brasileiro, contextos que têm sido objetos de estudo de diversas pesquisas científicas¹.

A compreensão acerca dos campos religioso e político sofreu influências do tempo e dos pensamentos que marcaram a saída da Idade Média para a Modernidade (KURU, 2009), quando as Revoluções Americana e Francesa – especialmente esta última – consolidaram o rompimento do Estado-religião para o Estado-secular. Não obstante os esforços dos pensadores e pesquisadores em dissociar os campos político e religioso, afastando-os e destinando o segundo exclusivamente ao espaço privado, e compreendendo-se que sejam esferas autônomas da ação humana (SILVA, 2005), política e religião se mesclam.

Para atender os objetivos da pesquisa, analisaram-se os conceitos mais importantes, quais sejam, as categorias analíticas (MINAYO, 2004) modernidade, secularização, laicidade e tempo da política, a fim de entender, primeiramente, a imbricação entre os campos em discussão para, em seguida, compreender que o processo de formação sociocultural brasileiro está em produção.

O trabalho de campo foi desenvolvido em duas etapas. A primeira abrangeu o período entre as convenções partidárias e a realização do pleito eleitoral, realizado em 02 de outubro de 2016 e, para a coleta de dados, realizou-se consulta dos candidatos registrados para vereador na eleição de 2016 nos cadastros do Tribunal Regional Eleitoral, através do Cartório Eleitoral da circunscrição local, bem como junto aos Diretórios Municipais dos Partidos Políticos, Convenções Partidárias e Comitês de Campanha, além da observação do respectivo material eleitoral de cada candidato.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento empírico foi realizado com o concurso do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder da Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão, cujos participantes auxiliaram na coleta de materiais de campanha (impressos ou disponíveis nas redes sociais), na observação das reuniões pré-campanha e nos eventos municipais em que houve participação de candidatos. Nesse contexto, foi identificada a ocorrência de comícios, debates, reuniões de campanha, entrevistas no rádio e na televisão,

¹ O tema religião e espaço político, em particular o eleitoral, já é objeto de estudo no *locus* da pesquisa pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder da Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão.

inserções (chamadas) publicitárias, participação no horário eleitoral gratuito, e disponibilização de conteúdo na rede mundial de computadores, especialmente a rede social Facebook.

Visando analisar as compreensões e representações dos próprios agentes religiosos sobre a imbricação religião-política, bem como as estratégias de campanha empreendidas, realizou-se entrevista semiestruturada², em momento que antecedeu ao pleito. Outrossim, para apreender sobre a organização da IEQ na política, foi realizada pesquisa junto à Secretaria da Cidadania da IEQ no Paraná, coletando-se informações com o deputado estadual Gilson de Souza – pastor e Secretário Estadual de Cidadania da IEQ –, e Paulo César da Silva Britto – chefe de gabinete do referido deputado, membro auxiliar da mesma Secretaria da IEQ e pastor fundador da IEQ no Paraguai – os quais informaram o funcionamento do Projeto Cidadania IEQ, bem como o processo de escolha dos representantes oficiais da Igreja nas eleições municipais.

Para as eleições proporcionais de 2016 [em Campo Mourão](#), foram registradas 168 candidaturas para vereador, das quais 20 candidaturas foram identificadas, através da observação nas Convenções Partidárias e nos registros do Tribunal Regional Eleitoral, como de agentes religiosos. Dentre estes, foram selecionados 2 candidatos da IEQ para o acompanhamento das demais etapas do tempo da eleição e realização de entrevista. Tal recorte foi realizado considerando dois elementos norteadores específicos, priorizando, consequentemente, as candidaturas que apresentaram a maior quantidade de utilização de signos e outros recursos religiosos em seu material de campanha ou em suas manifestações orais (primeiro elemento), bem como a utilização da estrutura da IEQ, seja como candidato oficial ou não (segundo elemento)³.

O recorte inicial do objeto de pesquisa para agentes religiosos, candidatos a vereadores e no município de Campo Mourão, PR, justifica-se pela necessidade de limitação do fenômeno a ser pesquisado, de modo a viabilizar um olhar mais acurado aos dados a serem levantados e permitir a apresentação das respostas alcançadas, aproveitando-se o fato de que este já é *locus* do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

² Realizadas mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme orientações éticas para a pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012).

³ Durante a observação participante e entrevistas notou-se, por exemplo, um candidato fiel da referida denominação, o Renato da Van, mas ele não acionou a religião durante a campanha, motivo pelo qual ficou de fora da pesquisa.

Campo Mourão, por ser um município com mais de noventa mil habitantes, poderia ter dezessete cadeiras ao Legislativo Municipal, conforme texto constitucional⁴. Contudo, as limitações de despesa com pessoal exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, somada à pressão popular ocorrida à época de readequação do número de cargos eletivos – em razão da Emenda Constitucional n. 58 de 2009 – fez com que a Legislatura 2009-2012 aprovasse o número de treze cadeiras, que é mantido até os dias atuais.

Durante a realização da primeira etapa da investigação, identificou-se dentre os agentes religiosos da Igreja do Evangelho Quadrangular em campanha: a) Pastor Valdir Modesto, do Partido Republicano, integrante do grupo político de situação, pastor titular da 5ª IEQ de Campo Mourão e negro, representante político oficial da IEQ no município, e; b) Pastora Jurema Portes, do Partido Popular Socialista, integrante do principal grupo político de oposição, pastora da 1ª IEQ de Campo Mourão e mulher, não indicada como representante oficial.

Suas campanhas acionaram a religião de diversas formas, buscando a identificação com o eleitorado cristão, especialmente o evangélico e da IEQ. Destacou-se, na observação participante, que a candidatura do agente religioso oficial da denominação tinha apoio verticalizado, pelas lideranças nacional e estadual e seria parte de um projeto político maior, denominado Cidadania IEQ. A candidata não oficial, contudo, era a líder de outro projeto político da IEQ, denominado “Amigos da Cidade”, que tinha o condão de vocacionar fiéis e líderes para a ação política e o exercício da cidadania.

Desta maneira, realizou-se a segunda etapa do trabalho de campo, mediante análise documental e pesquisa histórica da denominação evangélica em questão, de ambos os projetos de atuação cidadã (Cidadania IEQ e Amigos da Cidade) e do *modus operandi* da definição de representatividade política pela Igreja.

Com os dados coletados, identificaram-se mecanismos estruturais (Secretaria da Cidadania, Coordenação da Cidadania) presentes no Estatuto da IEQ e ações práticas (Instituto Teológico Quadrangular, Projeto Cidadania, Projeto Amigos da Cidade), todos eles apontando para uma efetiva organização da denominação religiosa voltada à atuação direta e indireta na política, nos três âmbitos de ação (nacional, estadual e local).

O presente texto está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Religião e política no Brasil: imbricações e dinâmicas”, apresenta as duas esferas envolvidas na pesquisa, ou seja, religião e política, seus conceitos, atuações e seus contextos nos diversos

⁴ A Constituição Federal, em seu artigo 29, inciso IV, alínea 'e', estabelece o número de 17 vereadores para as cidades com o número de habitantes entre 80 mil a 120 mil pessoas.

campos dos saberes em que transitam. Sob uma perspectiva interdisciplinar e associada à visão de “complexidade”, em consonância com Morin (1991, 2005), o texto aborda, para fins de compreender os dados coletados, as noções de modernidade, secularização, laicidade e evangélicos no tempo da política.

O segundo capítulo, intitulado “A Igreja do Evangelho Quadrangular e a inserção na política”, aborda o que é a IEQ, sua institucionalização para fins políticos, os dois projetos que norteiam essa atividade (Cidadania IEQ e Amigos da Cidade), bem como aponta quem foram os agentes religiosos da IEQ na campanha municipal de 2016 em Campo Mourão-PR e como eles a desenvolveram, acionando a religião, sua simbologia e representações.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “O acionamento religioso e a instrumentalização da Igreja do Evangelho Quadrangular no tempo da política”, é realizada uma análise comparativa da atuação em campanha dos dois agentes religiosos da IEQ – Pastor Valdir e Pastora Jurema – nas eleições proporcionais de 2016, destacando-se a implementação dos projetos “Cidadania IEQ” e “Amigos da Cidade”, e o cenário de conflito autorizado (PALMEIRA, 2010), sua configuração política, e as trajetórias daqueles que permearam a disputa.

A pesquisa evidencia a importância de acompanharmos os fenômenos sociopolíticos em que a religião se faz presente, seja pelo acionamento de signos ou utilização da estrutura/organização das denominações religiosas. Notadamente no campo da política, a presença da religião aparenta desenvolver crescimento “a olhos vistos” – tão marcadamente que discutir religião, política – e futebol – parece ser a “bola da vez”.

CAPÍTULO 1

RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL: IMBRICAÇÕES E DINÂMICAS

A religião e a política são duas dimensões que podem contribuir na construção do sentido para o ser humano, pelo que as ciências sociais analisam a função, o papel e a importância na constituição e configuração dos processos históricos e das relações sociais. Ao analisarmos ambas as dimensões, podemos identificar suas imbricações e inter-relações, de modo que consideramos relevante a discussão dos conceitos de modernidade, secularização e laicidade, como contributos à discussão sobre a posição da religião na sociedade, e servindo ainda de ferramenta para uma compreensão acerca da presença da religião na esfera pública.

Essa presença da religião no espaço público tem chamado a atenção dos estudiosos, especialmente quando se identifica a existência de uma organização estatutária em determinadas denominações religiosas, bem como um *modus operandi* interno que aponta para uma manutenção ou aumento da interação político-religiosa, *in contrario sensu* às iniciais considerações acerca das categorias analíticas modernidade, secularização e laicidade.

A organização política institucionalizada da Igreja e o acionamento da religião por candidatos nos pleitos eleitorais vem requerendo atenção investigativa por evidenciar, com diferentes ênfases, a imbricação religião-política, especialmente por agentes religiosos provenientes de denominações evangélicas nas eleições proporcionais, em razão das peculiaridades de suas estratégias de campanha, e pela natureza que se vislumbra, tal qual um processo de empoderamento, organicidade e legitimidade de uma categoria de sujeitos tidos por minoritários (BURITY, 2005).

Burity (2005) denomina de minoritização o empoderamento de grupos minoritários e a relativização dos discursos das majorias, com o surgimento de novos contendores a dividir o espaço público, permitindo que novas lógicas sociais redefinam os contornos e conteúdos da ordem social. Isso não significa, necessariamente, que o grupo minoritário tenha menor voz ativa ou poder político, pois esse processo faz com que, aos poucos, ele disponha de visibilidade e faça parte das disputas sociais. Os evangélicos são um dos exemplos desses grupos em que se verifica a crescente força da voz política e social de que dispõem na arena política, em contraponto com os católicos, visto que estes ainda exercem hegemonia religiosa e cultural.

Em face do exposto, procura-se discutir no presente capítulo alguns aspectos da modernidade, através do ensejo da secularização e da construção da laicidade dos Estados,

dentro da percepção da política como instrumento baseado na pluralidade humana e que organiza e regula o convívio dos diferentes. Ainda, apontam-se algumas perspectivas de análises acerca da presença da religião na política, notadamente dos agentes religiosos evangélicos, a fim de problematizar como a religião está inserida no contexto político-social. Por fim, abordam-se as noções de tempo da política e da eleição, que, na presente investigação, contribuem para a interpretação dos acionamentos religiosos pelos evangélicos.

1.1 A religião no espaço público

Para que se compreenda o porquê e em que medida a religião interage com o campo público, bem como a atual configuração da religião na sociedade, especialmente sua presença no campo político – um dos focos de análise desta pesquisa – faz-se necessária breve abordagem sobre as noções de modernidade, secularização e laicidade. A primeira delas, a modernidade, trata-se de um conceito multifacetado, justamente pela dificuldade inerente ao próprio sentido de “moderno”. Via de regra, a acepção é relacionada com o rompimento do tradicional, anterior, antigo, uma ruptura irreparável com o precedente (PINZANI, 2009); enquanto para Souza (2005), ela é, a princípio, a introdução de um novo tipo de racionalidade no mundo ocidental, nos mais diversos níveis, como na ciência, na política, na religião e outros domínios da ação humana.

Habermas (2000), sem afastar a discussão atrelada ao fator tempo – porque o novo tempo seria o qual se vive, e o passado é o antigo, a ser abandonado – notou que a modernidade é fruto de uma pluralidade de processos, como o estabelecimento do poder político centralizado, a formação de identidades nacionais, expansão da participação política, do modo urbano de vida, alteração da formação escolar e a secularização de valores e normas. Esses processos vêm se alterando desde o século XVII, especialmente na sociedade europeia, quando o ser humano experimenta a mudança de seu estilo de vida e de sua forma de compreender a sociedade, justamente pela nova relação com o sagrado, na medida em que percebe causas racionais para os fenômenos da vida, passando então à qualidade de interveniente na natureza, podendo prevê-la e dominá-la (HERVIEU-LÉGER, 2015).

Souza (2005) aponta que a modernidade é uma resposta à dissolução do sistema medieval, provocada pela crise do absolutismo teológico da Idade Média. Habermas (2013), por sua vez, separando do processo de secularização a concepção daquela, aponta que este tem na laicização da autoridade política sua chave-mestra, somando-se, à separação entre Igreja e Estado, a instauração do pluralismo religioso e a adoção do regime de tolerância mútua entre credos e doutrinas divergentes.

Surgida a pretensão, estabelecida pelo pensamento ocidental, de que a Idade Moderna seria uma nova época, operando uma nova ordem simbólica capaz de revelar a verdadeira natureza do mundo e do indivíduo, “a razão foi comparada a uma luz capaz de iluminar toda a escuridão da vida da humanidade. A religião foi concebida como uma espécie de miopia que obscurece o olhar iluminado, que somente a razão pode proporcionar” (SOUZA, 2005, p. 16).

O Iluminismo do século XVIII, como parte integrante do movimento de constituição da modernidade, ao explicar as intercorrências sofridas pela humanidade, colabora com o ensejo de transferir a autoridade da Igreja à ciência, ou seja, a razão passa a ser o ponto central da construção do pensamento, dos estilos de vida e da formação da sociedade, gerando, por outro lado, uma crença exacerbada no racionalismo (MORIN, 2012).

A concepção então estabelecida, da razão como instrumento a iluminar o obscurantismo do pensamento teológico, somada à elevada confiança no conhecimento – cuja lógica passa a ser fundamentada e estabelecida pela Ciência –, a centralidade do “eu” e a ideia de progresso para a instalação da felicidade e bem-estar para a humanidade, destacam a importância do movimento iluminista para a compreensão da modernidade. A visão científica, que rejeita a preocupação pela essência das coisas (*causas finais versus causas eficientes*), com suas diversas matizes de reflexão, tal como a galileana (estrutura matemática da realidade), a visão atomista e a moderna (física newtoniana), confere à ciência o papel de agente de transformação da relação do indivíduo com o sagrado, especialmente no campo sociopolítico e antropológico. Segundo Souza (2005, p. 33-34), “o caráter sagrado de autoridade é rejeitado” e “a noção de comunidade humana originada de uma ordenação divina é abandonada”.⁵

A ciência moderna, ao obter sucesso metodológico no controle e transformação da natureza e no processo de transformação dos diversos domínios do sentido humano, não poupou nem mesmo a religião em seu processo de auto-organização:

Os estudos bíblicos, sua exegese em particular, foram influenciados por essa nova ordem do saber imposta pelo método científico. A teologia sistemática foi obrigada a oferecer modelos para a leitura de fé das comunidades cristãs, e muitas das novas igrejas fundadas nessa época incluíam as palavras ciência ou científico em seus nomes (SOUZA, 2005, p. 53).

Assim, a secularização surge como ponto central de reflexão nesse processo, servindo, para alguns, de apoio para a compreensão do que vem a ser modernidade, pela ideia de que

⁵ Importa esclarecer que, embora suas reflexões tenham contribuído com o fortalecimento da ciência, através do valor dado à razão, ao conhecimento e às novas perspectivas de mundo, seus pensadores como Galileu, Descartes, Bacon e Newton, não atuaram no sentido de instalar um movimento com orientação anti-religiosa, inclusive tendo manifestado respeito às convicções religiosas (SOUZA, 2005).

esta levaria necessariamente ao declínio da religião, tanto no seio da sociedade quanto na mentalidade das pessoas. Para Rivera (2010, p. 55), “uma sociedade não secularizada seria aquela na qual a religião tem autoridade no plano do saber e na esfera dos valores. A secularização corresponde ao desenvolvimento e à autonomia das ciências, que forçaram as portas do saber teórico e minaram a autoridade social da religião”.

O processo de secularização, segundo análise inicial feita por Berger (1985, p. 119), resultaria em um “declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular do mundo”. Tal afastamento da religião dos fenômenos sociais, destinando a sua participação apenas à esfera do particular, do individual, seria pretendido pela própria remodelação do Estado, na exclusão da religiosidade oficial que caracterizou os tempos “pré-modernos”, sobretudo no ocidente, pelo que conclui Mariano (2003, p. 112) que a secularização do aparato jurídico-político constitui-se como “um processo histórico decisivo na formação das sociedades modernas ocidentais”.

Essa superação do *mythos* pelo *logos* constituiria a mola propulsora do processo de secularização, o qual ocorreu de forma diferenciada nas distintas sociedades, culturas, grupos, classes sociais e religiões, sendo o Estado, através de uma política liberal, o responsável em proporcionar a liberdade e tolerância religiosa, bem como o próprio pluralismo político, expandindo-se em razão da ocidentalização do mundo (MARIANO, 2016).

Esta percepção da religião fora da estrutura estatal chegou a refletir no modo de classificar e entender o Estado, conforme o tratamento que este venha a dispensar à religião. Neste sentido, segundo Kuru (2009), o Estado teocrático é aquele em que as autoridades religiosas controlam o Poder Legislativo e Judiciário, cabendo ao Estado apenas a função de administrar a máquina. Já o religioso, se configura quando não há opção pela participação de autoridades religiosas na formação do Estado e se adota uma denominação religiosa como oficial. Para o autor, o Estado secular pode ser caracterizado como aquele que adota uma postura a mais próxima possível da neutralidade diante das religiões, enquanto o antirreligioso ~~é quando não se~~ aceita a prática religiosa (a exemplo do ateísmo comunista).

Pela classificação supra, o Brasil seria um Estado secular, já que aqui, desde a primeira constituição republicana (1891), houve um movimento pelo impedimento normativo de participação ativa da religião nas estruturas estatais, incluindo-se a retirada da Igreja Católica como religião oficial (que o fora desde o tempo de Brasil Colônia). Essa não oficialidade religiosa tornou, por conseguinte, as demais denominações religiosas livres para encetar suas atividades, arregimentar fiéis e apresentar seus dogmas, sem risco de represálias

do próprio Estado⁶, ou seja, a modernidade acarretou aparente separação funcional e institucional da religião da esfera social e política, notada aquela entre o Estado e a Igreja Católica, findando o monopólio que outrora esta exercia. Por meio da nova construção normativo constitucional, a sociedade, a cultura e as consciências teriam se emancipado da dominação religiosa, ante a igual incapacidade de imposição de moralidade e de suas crenças, o que não parece ser o ocorrido no cenário brasileiro.

A secularização é, porém, um conceito polissêmico e multifacetado, de modo que se utiliza como fenômeno histórico-social, relacionado com o avanço da modernidade; interpretada como um processo em que os diversos setores sociais e culturais são afastados da dominação hegemônica das instituições e dos símbolos religiosos, retirando o controle ou influência exclusiva das igrejas cristãs, com a decorrente perda de significação social do pensamento e de suas práticas (BERGER, 1985).

A noção de que a religião se afastaria do mundo público não encontrou na realidade social as configurações que a confirmariam. O próprio Berger (2017, p. 10) procura retificar o seu pensamento neste sentido, fazendo *mea culpa* ao dizer que levou “uns vinte e cinco anos para concluir que a teoria da secularização tornou-se empiricamente insustentável”, e por conseguinte seria necessária uma nova teoria para explicá-la.

Essa mudança de paradigma, uma vez que os dados empíricos destoavam da ideia de afastamento da religião do espaço público, fez com que se compreendesse que o processo de modernização teve efeitos secularizantes, em alguns lugares mais do que outros, provocando ao mesmo tempo um movimento contra-secularizador, destacando-se que “a secularização a nível societal não está necessariamente vinculada à secularização em nível da consciência individual” (BERGER, 2000, p. 10).

Observou-se, portanto, que há ao menos um duplo sentido ao termo secularização, na medida em que é possível compreender como a “perda da religião de sua capacidade para impor e regular crenças e práticas. De outro, as sociedades reivindicando sua capacidade de orientar seu destino sem a participação da religião, relegando-a a um lugar secundário” (RIVERA, 2010, p. 55).

Não há, portanto, um afastamento da religião, mas sim o declínio de sua centralidade no contexto da sociedade moderna, bem como de perda da sua influência e do seu papel integrador, promovendo uma ideia de enfraquecimento dos comportamentos e práticas

⁶ O Código Penal de 1940, ainda em vigor, estabelece três condutas criminosas (exercício ilegal da medicina, charlatanismo e curandeirismo) que eram associadas às práticas de religiões não católicas, especialmente as afro-brasileiras, como forma de impedir o exercício de culto de seus integrantes (MONTERO, 2006; MARIANO, 2011).

religiosas, conforme as características do processo de secularização em cada campo espacial que se proponha a estudar, trazendo a percepção de diversos efeitos nas relações sociais.

Davie (2007), Vilaça (2011) e Mariano (2016) destacam que não somente é equivocada a ideia de secularização como exclusão, como também não se pode falar em incompatibilidade entre aquela e a religião. Assim, diversas pesquisas realizadas sobre a atual imbricação entre o campo religioso e o campo público têm apontado para a ressignificação do conceito de secularização, uma vez que o mesmo não tem sido suficiente para explicar a forte, estruturada e crescente presença da religião no espaço público, destacadamente no âmbito da política. Ademais, colocar secularização como contraponto à religião nem sempre é correto, porque se deve compreender aquela, conforme traça Rivera (2002, p. 92), “como saída, como superação, não de um mundo encantado pela magia, mas de um mundo controlado quase que absolutamente pela igreja cristã. Fugir do controle eclesial, da heteronomia, para entrar no controle político do Estado e do autocontrole”.

Notadamente no Brasil, a saída desse “mundo controlado” se iniciou com o rompimento da oficialidade da Igreja Católica através da normativa constitucional de 1891, em que se excluía qualquer modalidade de participação daquela na ação estatal. A compreensão de estado não religioso deve ser feita com o devido cuidado quanto às ideias classificatórias de Kuru (2009), segundo o qual, assim como no caso da secularização, a laicidade é um processo social que não pode ser generalizado e universalizado, porque não ocorre de maneira idêntica em todos os Estados. Neste sentido, enquanto secularização pode ser caracterizada pela redução da presença e influência religiosa na sociedade, a laicidade implica na compreensão das relações entre o Estado e a religião, defendida por uns como uma neutralidade religiosa que dependerá das características do Estado, não sendo contudo nem linear, nem irreversível (SOFIATI, 2015; RANQUETAT JR, 2008).

Hervieu-Lèger (2003, p. 57) também reflete sobre a ressignificação do papel da religião, apontando a ocorrência de uma exculturação institucional, tendo no processo de laicização uma “nova configuração das linhas do poder e os indivíduos fazem da política o princípio fundamental da linha social”, resultando, no Brasil, da descentralização social e religiosa da Igreja Católica.

Utilizando-se da perspectiva de Jean Baubérot (1988), afirma-se que, nas sociedades ocidentais, a laicidade é um processo simultâneo à secularização, em razão de serem ambas relacionadas à mitigação da conexão entre a sociedade religiosa e a sociedade civil, não se olvidando de distingui-los na maneira em que o fez Rivera (2002), que esclareceu que a primeira possui um enfoque institucional, enquanto a segunda, um enfoque cultural.

Com a autonomia do Estado em relação à instituição religiosa, ou seja, da modificação do *status* de Estado confessional para um Estado leigo, não há mais privilégios entre os crentes de uma denominação para com os de outra – ou os sem religião – nem para a Igreja Católica – que exercia hegemonia no Brasil. Há uma nova configuração jurídica baseada na igualdade e liberdade entre os cidadãos (RIVERA, 2002).

Giumbelli (2008, p. 81) reforça esta percepção ao traçar que “foi no interior da ordem jurídica encimada por um Estado comprometido com os princípios da laicidade que certas formas de presença da religião ocorreram”, cativando a pluralidade religiosa que se opera de diversas maneiras e, por consequência, impede a definição de um modelo específico de laicidade, por depender a construção de seu conceito da modalidade de interação permitida entre os Estados e as instituições religiosas. Essa pluralidade de formas de interação é identificada por Oro (2011), ao estudar as formas de laicidade na União Europeia e na América Latina, assentindo:

que em todos os países mencionados variam muito as formas de relações entre Estado e Igrejas e, por outro lado, que malgrado os distintos tipos de laicidades, predominam, em todos os países referidos, em graus diferenciados, os princípios da liberdade religiosa e de cultos, da não discriminação religiosa por parte do Estado e da separação entre poder político e poder religioso. Estes três tipos de laicidade podem, porém, provocar posições políticas diferenciadas em relação à religião (ORO, 2011, p. 224).

Na mesma esteira, Mariano (2011) afirma que laicidade está relacionada com a emancipação e a neutralidade confessional das instituições do Estado e do ensino público, à tolerância e isonomia de tratamento entre as diferentes agremiações religiosas e à liberdade de consciência e culto.

Desta forma, a configuração normativa e suas múltiplas interpretações possíveis é que busca traduzir a natureza da relação entre religião e espaço público. Ao considerar as características constitucionais brasileiras, que permite um regime social de convivência em que a soberania é de origem popular, e não de origem sagrada (BLANCART, 2000 apud RANQUETAT JR, 2008), a laicidade se apresenta na qualidade de fenômeno político através da separação do poder religioso do poder político, uma pretensa neutralidade estatal. Roy (2005) aponta que, quando a denominação religiosa atua em confronto com a soberania popular, há uma flagrante afronta à laicidade estatal.

No entanto, ao observar o histórico das relações entre religião e política no Brasil, observa-se não ser prudente limitar o raciocínio da laicidade apenas à referida neutralidade.

Giumbelli (2008) recorda o advento da primeira constituição republicana (1891) como o marco inicial da laicidade, que em termos mais concretos resultara no rompimento

com o arranjo que oficializava e mantinha a Igreja Católica; o ensino é declarado leigo, os registros civis deixam de ser eclesiásticos, o casamento torna-se civil, os cemitérios são secularizados; ao mesmo tempo, incorporam-se os princípios da liberdade religiosa e da igualdade dos grupos confessionais, o que daria legitimidade ao pluralismo espiritual (GIUMBELLI, 2008, p. 81-82).

Mas igualmente se observa, em momento posterior à dita normatização constitucional, a organização por parte da Igreja Católica no espaço público, com a movimentação do clero para a permissão do ensino religioso nos estabelecimentos públicos, o reconhecimento do casamento religioso, a realização de concordata⁷ com a Igreja Católica e auxílios e cooperações de diversas ordens, dentre renúncias fiscais e ações conjuntas no campo social (ORO, 2011).

Ademais, o não-oficialismo religioso e a liberdade de culto e crença, ao mesmo tempo em que estabelecia a visão de Estado laico, tinha, nas entrelinhas das normas, preferência pelo já institucionalizado – através da Igreja Católica –, em detrimento das demais (e incipientes) denominações, vez que se proibia “práticas por meios ilícitos ou imorais” e criminalizava as condutas religiosas voltadas ao espiritual, mágico e de cura, destacando que o debate não era necessariamente sobre a liberdade que a religião teria, mas sim, de qual religião teria liberdade (GIUMBELLI, 2002; MONTERO, 2006; ORO, 2011).

Desta forma, a análise do contexto de modernidade, secularização e laicidade não deve ser rígida na acepção de afastamento ou declínio da religião, ou da neutralidade do Estado para com esta, porque todo esse processo é peculiar, em especial no Brasil, afinal:

a ampla liberdade religiosa resultante da secularização do Estado está na raiz da desmonopolização religiosa, da formação e expansão do pluralismo religioso e, por consequência, do acirramento da concorrência religiosa. Isto é, a concessão de liberdade religiosa e a separação Igreja-Estado romperam definitivamente o monopólio católico, abrindo caminho para que outros grupos religiosos pudessem ingressar e se formar no país, disputar e conquistar novos espaços na sociedade, adquirir legitimidade social e consolidar sua presença institucional. Fenômeno que não ocorreu do dia para a noite, mas paulatinamente e aos tropeços (MARIANO, 2003, p. 112).

⁷ Quando um Estado-nação realiza um tratado com o Estado do Vaticano, a nomenclatura utilizada para este acordo diplomático é concordata (MAZZUOLI, 2015).

A modernidade possuía como seus pretensos efeitos o declínio da religião como referência sobre a vida social do indivíduo e a realocação de sua atuação apenas ao espaço privado. Em verdade, o que parece ter ocorrido foi a descentralização das instituições religiosas (GIDDENS, 2002), que gerou aparente período de instabilidade em razão de um dilema de autoridade que aquela instalou. Esta assertiva é feita ao se considerar que nas sociedades pré-modernas havia uma autoridade tradicional, instituição ou alguém que a mantinha protegida das intempéries e dando sentido para o funcionamento da mesma.

Mariano (2016) destaca que a não oficialidade religiosa resultou em um pluralismo religioso, na medida em que a diversidade de organizações religiosas origina universos simbólicos distintos e consequente quebra das crenças tradicionais, gerando um efeito: a crise de credibilidade e de plausibilidade. Assim, a pluralidade teria efeito corrosivo face a relativização, indiferença e ceticismo que dela resulta. A ausência dessa referência resultou em um estado de dúvida, de incerteza, uma vez que, sendo autoridades tradicionais nas sociedades pré-modernas,

as autoridades religiosas em particular frequentemente cultivavam a sensação de que os indivíduos estavam cercados por ameaças e perigos – pois só o agente religioso estava em posição de ser capaz de entender essas ameaças e perigos e, portanto, de procurar controlá-los (GIDDENS, 2002, p. 180).

Na contemporaneidade, podemos dizer que essa autoridade é minimizada pela pluralidade de denominações religiosas, uma vez que há uma descartabilidade das autoridades em nome da satisfação pessoal, ou seja, as pessoas trocam de denominação conforme seu apreço de vivência na fé, escolhendo aquela que lhe imprimirá autoridade (GIDDENS, 2002). No entanto, e ao mesmo tempo, verificamos, a partir de discussões apresentadas por Bauman (2011), que o estado de incerteza, a necessidade da sociedade em contar com uma direção, uma segurança, impulsiona a busca por uma força em que se possa confiar e que seja capaz de tranquilizar quanto às inseguranças e instabilidades do mundo contemporâneo. A religião, então, passa a ser a instituição que se incorpora a esta sociedade complexa, atendendo a percepção de que dita força protetora deve ser sobre-humana:

uma pessoa que proclame merecer confiança de todos, em virtude de algo semelhante a uma missão dos céus, dona de uma linha direta com o Todo-Poderoso [...] e se diga possuidora de um caráter à prova de máculas e de uma inata aversão a mentir (BAUMAN, 2011, p. 135).

Ainda, Bauman (2011) aponta que a sociedade, na busca dessa autoridade para a supressão das incertezas causadas pela modernidade, e que afetam a contemporaneidade, pode também buscar um organismo coletivo, uma igreja ou um partido que “acene com a procuração assinada por Deus e pela história [...] capaz aos perplexos da perplexidade e os impotentes da impotência” (BAUMAN, 2011, p. 135).

O dinamismo do modo de vida contemporâneo, com suas crescentes demandas cambiantes das condições sociais, gera um antagônico movimento para novas tradicionalidades, ou seja, para a ressignificação do papel das instituições, com reapego à crença e à convicção religiosa, mediante novas formas de sensibilidades religiosas que impulsionaram a pluralidade das denominações, inclusive porque estas “apelam diretamente a questões relativas ao significado moral da existência que as instituições modernas tendem a dissolver inteiramente” (GIDDENS, 2002, p. 192).

Esse cenário diversificado é garantido pela laicidade, que igualmente se reconfigura, ante as situações em que os atores religiosos investem seus discursos contra pautas do Estado que vão em sentido contrário a seus dogmas. Monteiro (2013) aponta exemplos desta ação político-religiosa na prevalência do posicionamento religioso no campo da atividade legislativa e judicial, nas questões de ordem sexual, reprodutiva e familiar, tais como a legalização do aborto, casamento homoafetivo e outras, permeadas pela “sensibilidade religiosa que no mais das vezes identifica os valores cristãos ao interesse público” (MONTERO, 2013, p. 25).

Nota-se, assim, que a religião se mantém influenciando no seio social e nas discussões deste, demonstrando que o processo de secularização é um movimento de múltiplas dimensões, e também que experimenta um ressurgimento, crescimento e empoderamento no campo político, interagindo conforme seus anseios nas diversas facetas da ação estatal.

Ao invés de “desaparecer”, a religião situa-se no campo público, cumprindo inclusive um papel de mediação entre as pretensões fundamentalistas e secularizadoras, propondo uma ética pública religiosa, não se encontrando fora da racionalidade, ou seja, “o papel da religião não desapareceu, mas mudou” (CIPRIANI, 2012, p. 18).

1.2 Apontamentos sobre a atuação dos evangélicos na política brasileira

Como vimos, o cenário que a modernidade, ao menos intencionalmente, parecia construir, de uma sociedade alheia às influências da religião, tanto no modo de vida, nas concepções sociais e, especialmente, nos campos decisórios da vida política, não se

configurou em sua plenitude, sobretudo quando se analisa a realidade político-social brasileira.

O processo de redefinição da igualdade entre todos, homens e mulheres, bem como as transformações do indivíduo na modernidade, observadas por Gauchet (1993), faz com que a religião deixe de conter em si, a fonte, o referencial para a ordenação da instância política, mas não a afasta de todo. Ela permanece no jogo de significações da democracia, sendo necessário que desenvolva uma capacidade de se projetar no futuro, adequando-se a ele desde o presente (LOTT, 2016).

Novaes (2001) observa que religião e política são dimensões distintas da vida social, sendo a primeira o *locus* do simbolismo, da ordem privada e a segunda, o *locus* da razão, da ordem pública, ou seja, cada uma destas dimensões “conformam espaços sociais diversos, com instituições, finalidades e inserções temporais específicas” (NOVAES, 2001, p. 61). A autora afirma, contudo, que as fronteiras entre essas dimensões não são claramente delimitadas, uma vez que vários recursos do “fazer político” provêm do campo religioso. Soma-se a esta observação o fato de que o vínculo entre religião e política está historicamente construído (BURITY, 2001), pois a linguagem da vida cotidiana e das instituições garantidoras da ordem social sempre esteve sobre o manto da religião, nunca tendo sido rompido, mas “construído de diferentes maneiras, sem obedecer a uma lógica linear ou ao ditame de leis irresistíveis do desenvolvimento histórico” (BURITY, 2001, p. 30).

A hipotética polarização entre religião e política não impediu que um campo venha a interagir com o outro. Ademais, a oscilação, a transversalidade e as superposições parciais entre estes campos é oriunda de decisões ético-políticas, em uma desconstrução de fronteiras, resultado de processos onde a “resistência, a insatisfação ou a frustração/desilusão face às formas concretas assumidas pela modernização encontraram no espaço e na linguagem da religião uma de suas superfícies de inscrição”⁸ (BURITY, 2001, p. 32).

Lott (2016), partindo da concepção de secularização de Gauchet, afirma que nas sociedades em que se acredita que a religião perdeu sua função estruturante do social, nota-se que é ela própria que se transforma para adaptar-se à ordem secularizada, e que

Não há dúvidas de que a religião continua a existir no mundo secularizado, tendo suas prerrogativas gerenciadas pelo Estado laico e, certamente, continuará a existir. Mas a questão a saber, na opinião de Gauchet, é que tipo de religião estamos vivenciando no âmbito dos diversos retornos religiosos

⁸ Aqui se faz necessário o esclarecimento da expressão “superfície de inscrição”, que Burity (2001) utiliza ao recorrer a Laclau (1990), como base de apoio, e que se refere a um discurso representativo de demandas ou interpretações do social originalmente estranha ou não predominantes.

que se manifestam na cena pública das democracias atuais, nas quais existe visivelmente uma adaptação da crença às condições modernas da vida social e pessoal (LOTT, 2016, p. 198-199).

O acima referido “retorno religioso” é compreendido como o emergir da religião por meio da reformulação da crença e da própria religiosidade, reforçando o posicionamento de Gauchet (1985, p. 319) de que “uma sociedade moderna não é uma sociedade sem religião”. Assim, a presença cada vez mais intensa de representantes das denominações religiosas na política, com apresentação de agendas de discussão oriundas daquelas, e a permanência dessa imbricação proporcionam a maleabilidade dos contextos de laicidade, bem como uma abordagem distinta da cultura secular. Montero (2009) aponta que a visibilidade e agenciamento público das religiões são crescentes e impactantes no âmbito democrático, abordando exemplos do fenômeno da imbricação político-religiosa no catolicismo e protestantismo, salientando que se percebe, por exemplo, a atuação do primeiro:

ao modo como o discurso teológico da libertação imantou de paixão religiosa as categorias de 'participação' e de 'comunidade' e, no caso protestante, como a 'teologia da prosperidade' produziu uma idéia de 'direito' dissociada do conceito de cidadania, que nas teorias da democracia é concebida como diretamente ligada aos direitos de propriedade e de acesso aos bens e aos direitos de participação política (MONTERO, 2009, p. 9).

Não se trata de um processo de inversão da forma dominante da política à religião, porque os atores políticos e religiosos se encontram em uma ordem social em processo acelerado de pluralização, com diversos mecanismos de representatividade emergindo, pois então que “a religião não é o único espaço de produção simbólica no domínio social e político” (BURITY, 2001, p. 31).

No entendimento de Burity (2001), há um deslocamento da fronteira entre religião e política que pode ser percebido a partir de três indicadores: o crescimento da atividade regulatória do Estado na vida privada; a ampliação da oferta religiosa com a consequente competição entre as denominações; e a derrocada do espaço estatal como neutro e alheio às questões particulares provocadas pelos movimentos culturais e sociais.

Ao que parece, no Brasil, não houve esse deslocamento da religião para a esfera exclusivamente privada, nem o declínio das crenças religiosas, havendo, segundo Montero (2009, p. 9), a criação de novos movimentos religiosos que, ao invés de privatizarem-se, “imiscuíram-se das mais variadas formas na construção e na gestão do espaço público, [...] correspondeu a uma delegação consentida e pactuada pelo próprio Estado”.

A Igreja Católica, religião oficial do Estado durante o período Imperial (1822 a 1889), resistiu a se tornar apenas uma comunidade de culto⁹, por ocasião da implantação do regime republicano no Brasil, mantendo seu poder político de natureza estatal, ainda que aceitando o princípio legal de separação com o Estado. No entendimento de Montero:

por um longo período conseguiu garantir a identificação simbólica e política entre comunidade política e comunidade de culto, produzindo uma convicção, bem enraizada na longa duração, a respeito da equivalência entre sociedade brasileira e religião católica [...] o fato de ser a única instituição que pode apresentar-se publicamente como 'Igreja' indica que essa associação se mantém no imaginário político (MONTERO, 2009, p. 13).

A título de ilustração, o panorama notado por Novaes (2001) apresenta um exemplo dessa transversalidade, ao afirmar que no Brasil, diante da conjuntura de pós-guerra da década de 1950, a evangelização em massa apresentou-se como o instrumento para afastar as ideologias fascistas e comunistas, e a Igreja Católica, evocando princípios cristãos, apostou na realização de reformas de base, bem como colaborou em parte, e conforme a abertura recebida ou interesse do clero, com a fundação de sindicatos e agrupamentos de trabalhadores e operários em algumas regiões do país.

A participação de membros da Igreja Católica é exemplo da interação da religião no espaço público, uma vez que, após romper com a ideologia do Regime Militar, implantado no Brasil em 1964, resolveram participar na década de 1980 da transição democrática, através de simbolismos verbais, do sacrifício e da comunhão, chamando a atenção sobre as mazelas da nação e articulando a concepção de que “ser cristão” era participar da transformação tanto da Igreja quanto da sociedade (NOVAES, 2001).

Ou seja, o cenário paulatinamente produzido com a laicidade constitucional brasileira, instalada desde 1981, foi o favorecimento da pluralidade religiosa, observando-se um crescimento do número de denominações não católicas no Brasil, especialmente as evangélicas. Antoniazzi (2003) evidencia esta evolução a partir de 1991, inclusive em comparação com o número de católicos, bem como o surgimento de novas formas de pertencimentos étnico-religiosos. A politização procurada por algumas das denominações religiosas despontou outra realidade, “uma configuração do religioso que opera segundo uma lógica de deslocamento de fronteiras e ressignificação ou redescrção de práticas”, com o

⁹ A expressão comunidade de culto é atribuída por Montero (2009) ao grupo religioso que é dirigido por uma pessoa ou organização que detém apenas autoridade moral perante seus fiéis, e as reuniões entre seus integrantes são voltadas ao estudo dos dogmas e práticas litúrgicas.

aprofundamento da religião como experiência pessoal, íntima, e a consequente “desprivatização ou publicização do religioso” (BURITY, 2001, p. 28).

A presença de lideranças católicas ou evangélicas no cenário político nacional, estadual, regional ou municipal tem ganhado corpo, especialmente a partir da redemocratização, e tem sido objeto de estudos de diversas investigações (BURITY, 2001; FRESTON, 1993; MONTERO, 2009; NOVAES, 2001; PY; REIS, 2015), que apontam para a presença cada vez mais intensa da religião na organização do espaço público, notadamente na esfera da política.

No Brasil, este panorama político comprova o cenário de interação religiosa no Estado, na medida em que temos dentre os candidatos a cargos públicos, membros de instituições religiosas, bem como se percebe uma estruturação em prol da representatividade política no seio da denominação; manifestações de dirigentes destas nos assuntos do Estado; participação de manifestações sociais diversas e formação de bancadas religiosas nos poderes legislativos, entre outras situações, apontam para uma dinâmica em que a religião se recusa a desaparecer ou desapegar-se do espaço público.

Com a política sendo exercida além do Estado, somada com a desinstitucionalização da religião, emerge uma mudança da definição do que seja política ou religião, justamente porque estes campos se desterritorializam. Especialmente as denominações religiosas no Brasil estão

multiplicando suas instâncias e 'flutuando' através das fronteiras culturais, políticas e mesmo econômicas das muitas sociedades contemporâneas. Não quer dizer que estejam em toda parte, nem que possam investir igualmente qualquer espaço social. [...] Há migrações, transversalidade e superposições parciais dos dois terrenos pelos espaços e tempos das sociedades concretas em que vivemos (BURITY, 2001, p. 35).

Algumas pesquisas destacam a presença de evangélicos na atividade política também durante o processo de redemocratização brasileiro, deflagrado no início da década de 1980. Contudo, importa asseverar que o ingresso daqueles na seara eleitoral, com o objetivo de representar os ideais sagrados de sua denominação e se opor à hegemonia católica, já era desenvolvido desde 1945, justamente pelo fato de que naquela ocasião Getúlio Vargas e o arcebispo do Rio, Dom Sebastião Leme, terem reconhecida afinidade (MARIANO, 2001; MAIA, 2006b; ORO, 2011).¹⁰

¹⁰ Os grupos protestantes originários dos Estados Unidos, inicialmente, não eram adeptos à participação na política, e essa situação começou a mudar após o departamento de política exterior daquele país descontinuar a aliança que possuía com a Igreja Católica e propor uma campanha ostensiva para a expansão das Igrejas

É neste cenário que se reproduz e amplia a presença de casos de “abertura do político pela penetração de distintas lógicas do religioso”, bem como de “recolonização do político pelo religioso, notadamente onde a religião cumpriu um papel de foco da resistência cultural e política” (BURITY, 2001, p. 30-31), aparentando que, oportunizado o protagonismo religioso na esfera pública, as Igrejas buscaram manter sua participação na vida social, visando ser fonte inspiradora para os próprios fenômenos políticos.

Ante a ausência de acesso aos instrumentos para promover a participação popular nas decisões políticas do período pré-Constituinte de 1988¹¹, foi especialmente durante este processo democrático que os evangélicos também foram protagonistas nesta reconstrução do pensamento político-social, utilizando-se de estratégias do campo da política para entrarem na arena de discussões e legislação.

Bobbio (1997) aborda que, no Brasil, diversas instituições se dispuseram a assumir o papel de interlocutoras das demandas sociais junto ao Estado, utilizando-se de diversos mecanismos de ação (notas à imprensa, apoio a movimentos e campanhas sociais, incentivo a candidaturas políticas, dentre outras), destacando entre estas, as denominações religiosas.

A imbricação entre o campo da política e da religião tem apresentado farto material na atividade eleitoral, onde integrantes de diversas denominações religiosas têm se apresentado como portadores da representatividade popular, capaz de estabelecer uma diversidade na organização, definição e reivindicação de demandas.

Meirelles (2006) ressalta que o público religioso é solidário com os problemas que os circunvizinham e, por conseguinte, em geral são interessados em resolvê-los. A participação na atividade representativa lhe permite a atividade imediata no espaço público, visando a pronta solução, tanto que

são os evangélicos, católicos e espíritas que mais exprimem uma posição intervencionista que permeia a sua ação cotidiana. Do ponto de vista prático, são os setores pertencentes às comunidades evangélicas que mostram uma maior imbricação do campo político e religioso na resolução dos problemas econômicos e sociais. (MEIRELLES, 2006, p. 57).

Evangélicas, circunstância que ocorria no período da Guerra Fria e com o posicionamento político-militar brasileiro em prol da nação americana (ROLIM, 1994).

¹¹ Este é um dos fatores históricos que, somado a outros culturais, resultaram em um país de baixa institucionalização partidária, na medida em que o exercício do poder acaba sendo reservado para poucos, cenário este que levou a sociedade a utilizar formas alternativas para consolidar o diálogo com o Estado. A constituinte como nova arena de oportunidades cativou as diversas multilateralidades sociais a participarem. (MAIA, 2006a).

No momento em que a sociedade abre espaço para as discussões sobre os legitimados para resolver os conflitos sociais, para aplacar as inseguranças e intranquilidades do mundo líquido (BAUMAN, 2011), as Igrejas, e nesse caso nos referimos às evangélicas, têm apresentado especial intenção de prestar esta função “salvadora”, mediante papel de interlocutora junto à esfera pública.

A compreensão de que a estrutura burocrática do Estado favoreceria a expansão das denominações religiosas e a diminuição da hegemonia católica, somada à expectativa de aprovação de leis de acordo com a doutrina seguida, seria uma das principais razões do ingresso, a partir de fins da década de 1980, dos evangélicos na política com força total (FREESTON, 1993). Seguindo similar linha de raciocínio, Fonseca (2002) afirma que, além de permitir a luta pela liberdade religiosa, o modelo sociopolítico brasileiro colabora com o aumento do número de adeptos, com a legitimidade, prestígio social e acesso ao poder, facilitando também a evangelização, o proselitismo e a superação da imagem discriminatória apresentada pelos meios de comunicação.

Essa perspectiva torna mais interessante o panorama da presente pesquisa, ao se observar que um país historicamente construído como católico – religião ainda detentora da primazia simbólica e política da definição dos valores que passam à categoria de normas, regulando toda a vida social e inclusive a própria orgânica estatal (MONTERO, 2009) –, que possui heranças culturais indígenas e africanas, venha não somente a apresentar um aumento do número de evangélicos, como também o fenômeno singular de participação destes no espaço público. No Brasil, os evangélicos passaram de categoria religiosa que rejeitava a interação com a política, em razão de suas bases doutrinárias, para aquela que obteve forte expansão neste campo (NOVAES, 2001).

Quando a sociedade política nacional se reuniu para a elaboração da atual Constituição da República, considerando o aparente poder ilimitado¹² presente na feitura de uma nova ordem, os evangélicos foram tomados do receio de que a Igreja Católica dominasse as discussões relacionadas à religiosidade no Brasil. No plano da justificativa pública e de doutrina, o ingresso evangélico na política foi explicado pelo discurso mágico da existência de um “campo demonizado”.

¹² O advento de uma nova constituição se dá através da atuação, pactuada, outorgada ou promulgada, do Poder Constituinte Originário (PCO), assim denominado porque dele se origina um novo ordenamento jurídico. A Teoria Constitucional classifica esse poder como ilimitado, na medida em que ele não deve obediência a nenhum texto normativo. Enquanto o Poder Constituinte Revisor (PCR) – que reforma uma Constituição – deve respeitar as cláusulas pétreas, o PCO pode dispor da forma que desejar o novo texto, tendo poder de fazer as regras que assim entender a vontade política no momento da sua realização (MARTINS, 2017).

Novaes (2001) é concorde com o referido marco da visibilidade evangélica no campo político e que da preocupação quanto ao retorno da oficialidade da religião católica no país, as denominações, especialmente a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Assembleia de Deus (AD), iniciaram um processo de análise de potenciais candidatos a elas alinhados, estabelecendo alianças entre si, visando a eleição de seus representantes.

Assim, o movimento evangélico, que no Brasil ganhou força em 1970 (especialmente o neopentecostal) e em meio a um processo de redemocratização do final da década de 1980, visualizando

uma arena sujeita às influências demoníacas foi possível instaurar-se uma verdadeira Cruzada Evangélica no campo político. Tal demonização da política por parte dos evangélicos, em realidade, ecoa uma semântica nacional que ao seu modo também denomina esse campo (TADVALD, 2010, p. 84).

Embora a organização e representatividade das igrejas se deem de diversas formas – mediante composição de conselhos e organismos estatutários –, bem como existam outras modalidades de participação e representatividade popular no próprio meio sociopolítico – como os conselhos municipais –, é a partir do momento democrático deflagrado pela Constituição de 1988 que houve a composição de uma bancada parlamentar evangélica. Constituída para articular o diálogo entre os agentes religiosos e favorecer a votação das questões consideradas de interesse das denominações, formou o famoso “Centrão”, segmento com apoio do Executivo e com tendências conservadoras, com o destacado objetivo de amealhar recursos financeiros para auxiliar na atuação política de seus integrantes (FONSECA, 2002).

A desconfiança, a queda como modelo de referência e a insatisfação com o cenário político contemporâneo, tornam vaga a noção de legitimidade em relação à classe política, o que impulsiona a aproximação dos evangélicos e sua agenda de interesses e princípios com esta. Ademais, nesta fase e em razão do contexto democrático nacional, há uma pluralização de identidades, desde político-partidárias às religiosas, cujo processo o qual Burity (2005) chamou de minoritização, que “empodera minorias e cria condições para que os discursos majoritários sejam relativizados e equiparados/equilibrados/reduzidos à condição de uma minoria entre outras”. Então, entre confluências e distanciamentos de vontades, fruto dessa pluralidade, ensejam-se “novos contendores a dividir o espaço público em condições de reivindicada igualdade”, gerando tensão e novas lógicas sociais (BURITY, 2005, p. 24).

Assim, surge um processo de fomento ao apoio por parlamentares religiosos, incrementado pela estratégia de sobrevivência que as Igrejas passaram a empreender diante da pluralidade religiosa, uma vez que:

muitas organizações religiosas, além de reforçar seu proselitismo, estimulando o ativismo do clero e a militância dos leigos, procuram, como forma de atrair clientela e recrutar novos adeptos, conquistar novos nichos de mercado, especializando-se na oferta de produtos e serviços adaptados aos interesses e preferências específicos de determinados estratos sociais (MARIANO, 2003, p. 115).

Desta forma, a política paulatinamente passou a ser um campo de atuação justamente destes “produtos e serviços adaptados aos interesses e preferências” da agremiação religiosa e de seus fiéis, em contraposição com a postura apolítica¹³ que existia até o início da década de 1980, porque tais candidatos religiosos seriam, dentre os diversos do cenário político, aqueles aptos a trazer a moralidade à política brasileira e que defenderiam os interesses da fé (CAMPOS, 1997; RODRIGUES, 2006; PY; REIS, 2015).

A participação e representatividade evangélica são consolidadas de tal maneira que houve a formação de uma bancada parlamentar que não somente persistiu como cresceu¹⁴, uma vez que o número de parlamentares que se identificavam membros da Frente Parlamentar Evangélica saltou de 23 para 73 integrantes, somente na Câmara dos Deputados, entre 1990 a 2010¹⁵. Estas servem, segundo Coradini (2010, p. 242), “como meio de criação de ‘espaços’ ou ‘articulação’ entre os deputados e senadores com os processos de definição e de organização de interesses” e, concentrando-se em uma agenda comum.

Este processo de articulação foi reforçado em 2015, ao ser oficializada, junto à Mesa Diretiva das Casas Legislativas do Congresso Nacional, a atual composição da Frente Parlamentar Evangélica, por 190 deputados federais e 4 senadores da república, e encabeçada pelo deputado estadual João Campos. As denominações religiosas que se destacam na Frente Parlamentar Evangélica são a Assembleia de Deus (20 integrantes), Batista (13), Presbiteriana (8), a Universal do Reino de Deus (8) e a Igreja do Evangelho Quadrangular (5 integrantes).

¹³ Freston (1993) afirma que antes do processo da constituinte de 1988 as denominações evangélicas consideravam a atividade política como negativa e adversa à moral religiosa, sendo considerada como pecado participar dela. Tadvald (2006) atesta que a demonização da arena política é utilizada como motivo, justificção, para a atuação ativa dos religiosos no campo político.

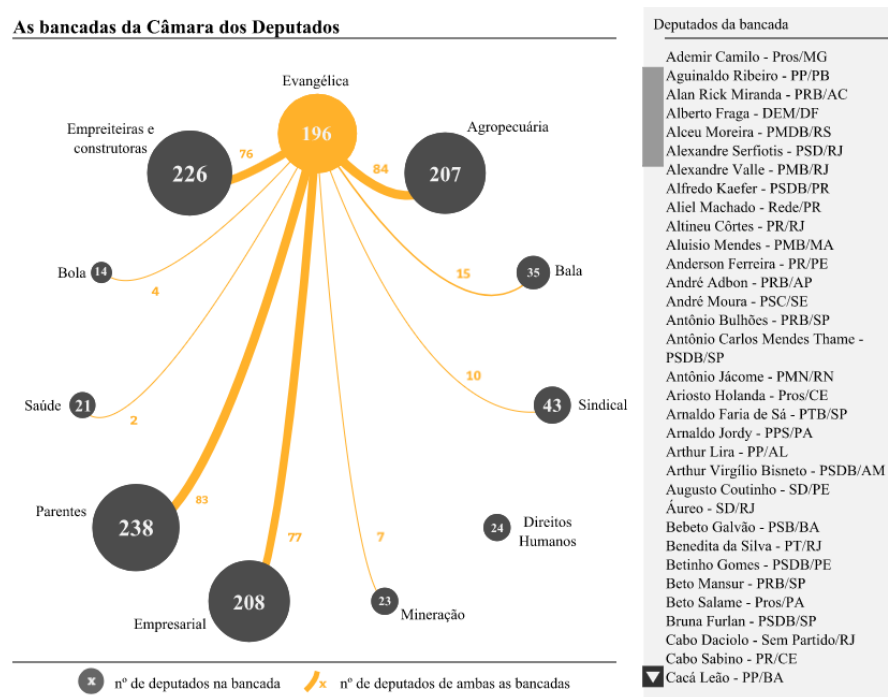
¹⁴ O sítio eletrônico “Bancada Evangélica.com” é um portal de notícias sobre os políticos evangélicos em todo o Brasil (não obstante maior foco aos do Espírito Santo) e concentra as principais informações acerca da atual participação política dos evangélicos. Disponível em: <<http://www.bancadaevangelica.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

¹⁵ Em pesquisa sobre a identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros, Borges (2009) aponta para a mesma configuração nas Assembleias Estaduais.

Conforme aponta Aragão (2014), a força evangélica se repete em diversos espaços políticos pelo país, não necessariamente com a mesma intensidade numérica.

Para compreensão da dimensão representativa da bancada religiosa no Congresso Nacional, aponta-se na Imagem 1 as principais bancadas e sua composição. Note-se que a Imagem não somente aponta os ditos agrupamentos políticos não-partidários, como também apresenta as conexões e interações entre cada um deles. É positiva para que compreendamos que a composição não é engessada, dividida. Permite-se que um parlamentar participe, transite, por mais de uma, motivo pelo qual é muito comum que costurem entre si os acordos, combinações de votos, indicações políticas a estatais, e reunião de agendas:

Imagem 1 – As bancadas na Câmara dos Deputados



Fonte: Medeiros e Fonseca (2016).

O aumento da participação organizada dos evangélicos na política¹⁶ motivou a aceleração da imbricação religião e política institucional, que também se fez percebida paulatinamente nas demais unidades da Federação e, por consequência, nos municípios brasileiros (MACHADO; FIGUEIREDO, 2002; ORO, 2003; MONTERO, 2006; VITAL; LOPES, 2013).

¹⁶ Em novembro de 1986 foram realizadas as eleições gerais nas quais o povo escolheu os representantes para o Congresso Constituinte – Assembleia Nacional Constituinte – que tomou posse em fevereiro de 1987 e concluiu seus trabalhos em 5 de outubro de 1988.

A mobilização de demandas políticas por (e para) um determinado grupo social não é suficiente para que determinado corpo institucional se torne ator político, ou para que mantenha sua representatividade política perante o Estado. É necessário, além do contexto e estrutura social favorável, que a organização colabore com o quadro político existente, o que especialmente se observa nas igrejas evangélicas, as quais possuem fatores favoráveis à sua utilização por meio:

de sua estrutura organizacional, de sua cosmologia e do seu conjunto de valores e crenças para estabelecer sua penetração na esfera política brasileira. [...] a baixa institucionalização partidária no Brasil, a fraca presença do Estado em diversos segmentos da sociedade, a própria organização das igrejas evangélicas e o menor custo, para os fiéis, em receber informações políticas das igrejas (MAIA, 2006a, p. 93).

Este panorama permite a existência de zonas de interação entre religião e política, mediante colaboração e disputas, as quais obedecem uma temática diversificada, geralmente afeta às questões de desenvolvimento, gênero, sexualidade, direitos humanos, educação, meio ambiente, identidade, dentre outros (BURITY, 2005). Estas demandas, que ora se convergem ou divergem, somam-se com os anseios de poder e de força contra a insegurança social apontada por Giddens (2002) e Bauman (2011), trazendo por fim a necessidade de determinadas igrejas evangélicas de se fazerem representadas politicamente. Referidas motivações do aumento da participação evangélica na política¹⁷, surgem como estratégia de convencimento político, de que os candidatos religiosos são a melhor opção política, mediante a utilização de frases de impacto aos seus seguidores, como “irmão vota em irmão”, “políticos de Cristo”, entre outros (PY; REIS, 2015).

Oro (2003), ao estudar as iniciativas e o processo de organização, afirmou que o ingresso dos evangélicos no espaço político, visa enfim à purificação da política, e por conseguinte de toda a sociedade. Vital e Lopes (2013) acrescenta que as denominações evangélicas mantêm pautas contra a descriminalização do aborto e do consumo de entorpecentes, combate à homossexualidade, união fora do casamento ou homossexual, e toda ação tida por imoral com o fito de defender a moralidade cristã, bem como, “a organicidade

¹⁷ Com finalidade apenas ilustrativa da inserção da religião na política, observa-se a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a qual vem utilizando seu periódico de circulação nacional “Folha Universal” para manifestação de apoios políticos em eleições majoritárias. A utilização do jornal, inclusive em meio eletrônico no sítio oficial da denominação religiosa, é uma das diversas ferramentas utilizadas para trazer a política para o ambiente religioso (NOVAES, 2001).

adquirida pela Frente Parlamentar Evangélica e com a forte tomada de posição frente aos temas que avançam na agenda pública nacional talvez seja possível falar na formação de um projeto político comum, mantido por seus integrantes” (VITAL; LOPES, 2013, p. 178).

Diante deste cenário, a Frente Parlamentar Evangélica serve de processo “de reconversão de recursos e de classificações sociais em capital político e, em alguns casos, de formulação e de influência nas decisões políticas” (CORADINI, 2010, p. 251) e a coesão aparentemente existente entre os membros das frentes parlamentares, que é reproduzida em semelhança nas Assembleias Legislativas dos Estados e nas Câmaras de Vereadores, explica a força que o grupo possui, mesmo com os fracassos políticos que alguns vêm enfrentando, através de perdas eleitorais ou denúncias de corrupção.¹⁸ Burity (2005, p. 26) notou inclusive que os grupos religiosos “são frequentemente interpelados, cortejados e mesmo cooptados por forças mais poderosas e sedutoras: governos, agências internacionais e multilaterais, organizações não-governamentais internacionais, organismos eclesiásticos globais, movimentos sociais globais”.

Por isso é que se afirma que, além da inserção mais intensa das denominações na política, houve igual despertar por parte dos partidos políticos e candidatos em relação ao eleitor evangélico, porque se atentam ao alto índice de frequência nas igrejas, que passam a ser vistas como celeiros aptos a oportunizar a captação de votos, colaborando para a construção de um campo de diálogo entre sociedade civil e Estado, porque “os espaços de agregação de evangélicos fazem hoje diferença no jogo eleitoral [...] ainda que as possibilidades de sucesso de candidatos evangélicos dependam, também, das experiências pessoais e de outros vínculos políticos” (NOVAES, 2001, p. 77). Os evangélicos passam então a assumir certo protagonismo na ação política, atuando de forma objetiva e direta nesta esfera, congregando fiéis e todos aqueles que compartilham dos mesmos ideais e projetos (MACHADO; NACIF, 2016, CUNHA, 2016).

A organização de uma estrutura interna dentro das denominações religiosas ou, ao menos, o estabelecimento de um procedimento apto a identificar e apoiar os membros interessados em atuar na política, tem sido a forma mais comum de iniciar uma estratégia que culmine na representatividade política daquelas, por isso que tem se notado nas Igrejas evangélicas, certo destaque ao modo de atuação política e do resultado nos pleitos eleitorais,

¹⁸ Um exemplo desse paradoxo, e considerado ponto culminante em contradição à defesa da ordem e moralidade trazida pelo parlamento religioso, são as diversas denúncias que envolveram parlamentares evangélicos, destacando-se a Operação Sanguessuga, e a recente cassação do ex-Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, conhecido representante da Assembleia de Deus.

diante de uma estruturação interna que promova a ação política de seus membros e fiéis na qualidade de candidatos.

Oro (2003) aponta que a IURD adotou o modelo corporativista de candidato oficial desde 1997, seguida pela Assembleia de Deus e pela Igreja do Evangelho Quadrangular em 2002. Aragão (2014) destaca que essa postura proativa no campo eleitoral, por parte das referidas denominações, resultou na apresentação de candidatura de 270 pastores, 33 missionários e 25 bispos evangélicos, filiados em 16 partidos diferentes, quatro criados pelas Igrejas (PRB, PSC, PR e PEM) para concorrerem às eleições de 2014.

O certo é que cada uma das igrejas evangélicas tem tido maior ou menor êxito nas eleições, não sendo possível fazer uma correlação com o número de fiéis que possua, vez que uns não aprovam a religião na política, outros utilizam este ambiente democrático e de livre escolha e, por fim, o número de votos pode não ser o fator determinante, notadamente nas proporcionais, em razão da necessidade do partido político e da coligação satisfazerem o coeficiente eleitoral.

Em suma, vimos que a movimentação dos evangélicos na política brasileira vem promovendo uma ressignificação dos conceitos de secularização e laicidade, na medida em que passaram a estabelecer uma forte ligação com a tarefa representativa da sociedade, especialmente com os seus semelhantes na profissão de fé. Esta configuração da ação político religiosa chega ao ponto de as denominações religiosas ensejarem representantes no Executivo e Legislativo das três esferas organizatórias da Federação, aparentando buscar sua inserção plena e definitiva nas discussões sobre os problemas públicos, bem como intentam se legitimarem como vozes permanentes no tempo da política e da eleição.

1.3 Tempo da política e tempo da eleição

O modelo democrático oportuniza a escolha de representantes, para que em nome de seus representados procedam à tomada das principais decisões na política. A Constituição da República Federativa do Brasil informa, em seu preâmbulo e seu primeiro dispositivo normativo, que a soberania é do povo, exercida diretamente, ou por meio de seus representantes. Somado ao fato de constituirmos uma república, o princípio fundante desse sistema é a pluralidade e diversidade política, pregando-se a necessária alternância de poder.

Para atender à vontade popular e permitir que os representantes políticos sejam escolhidos para ocupar as estruturas do poder do Estado, prepara-se o período necessário para que os representados, os eleitores, possam conhecer aqueles que intencionam a tarefa,

abrindo-se espaço de discussão de propostas, perfis, prioridades, identificação de problemas públicos e construção das soluções para estes.

Temos aí um cenário de disputa pelo poder representativo que pelas configurações políticas atuais, segundo Meirelles (2006), ou concentra-se na mão de poucos, ou encontra-se disperso entre sujeitos de um determinado grupo social, sendo que a representação que dele decorre dá os instrumentos para a solução dos conflitos sociais e demais problemas públicos notados pelos integrantes da sociedade.

Assim, a política é principalmente, sob o ponto de vista de Kuschnir (2007, p. 164), “um meio de acesso aos recursos públicos, no qual o político atua como mediador entre comunidades locais e diversos níveis de poder”, função esta que através de dita mediação:

estabelece-se um fluxo de trocas regulado pelas obrigações de dar, receber e retribuir, o que o antropólogo Marcel Mauss [...] chamou de "lógica da dádiva", e cujo princípio fundamental está no comprometimento social daqueles que trocam para além das coisas trocadas (KUSCHNIR, 2007, p. 164).

Embora seja utilizada a expressão “público” para a identificação dos recursos políticos, a pesquisadora alerta que não tem o condão de significar a existência de “recursos que pertencem a todos”, mas sim de “recursos monopolizados pelas elites políticas e econômicas”, em que se identificará a impossibilidade de pessoas “de estratos inferiores da sociedade” de participarem do “público”, bem como de ter acesso às fontes públicas de bens e serviços, o qual precisará ser intermediado pelo político (KUSCHNIR, 2007).

A realização da política no Brasil tem sido uma narrativa de luta inserida no postulado da democracia, especialmente ao se observar duas décadas de ditadura militar, com eleições presidenciais diretas apenas em 1989, no advento da atual Constituição Republicana de 1988. Goldman (2000), ao realizar uma etnografia da política e democracia nacional, identifica, além do processo vagaroso de redemocratização ao final da década de 1980, as mazelas relativas a este processo, presentes na “postura antidemocrática assumida pelas elites e pela mídia, nas imperfeições de um sistema eleitoral ultrapassado, na falta de educação política de um povo pobre” (GOLDMAN, 2000, p. 313).

Palmeira (2010) traçou que a imagem associada à política no Brasil ainda é permeada pelo mandonismo exclusivista de um chefe político, ou da divisão social similar às facções ou de partidos, todos em conflito em torno do controle do poder local e do acesso às demais formas de controle, sujeitos a limites nem sempre claros. Contudo, retoma Goldman,

É certo que existem, de um lado, regras políticas e, de outro, comportamentos políticos. A democracia, como qualquer sistema político ou social, é composta por essas duas dimensões, e se os comportamentos não correspondem às normas podemos sempre acionar o sistema repressivo (GOLDMAN, 2000, p. 315).

O modo como a política se move, interage, permeia-se com as demais dimensões e, especialmente, como o sujeito local participante da mesma – nativo – a compreende, é que auxilia na percepção da interação dos religiosos neste cenário. Peirano (1998) traça que, enquanto a política era foco da atenção dos cientistas sociais, a religião o era dos antropólogos, informando que,

o interesse antropológico pelo estudo da política está historicamente ligado a um desafio intelectual particular: nos mais diferentes tipos de sociedade, a política aparece como um domínio de atividades marcado simultaneamente pela escolha individual e pelos grandes rituais coletivos (PEIRANO, 1998, p. 6).

Durkheim (1912 apud PEIRANO, 1998, p. 14) já sinalizava a normalidade em haver mais de uma fonte de representação política, assentindo que “o Estado não é o único produtor de representações”, havendo uma concorrência, um momento em que essas distinções sociais, correntes de pensamento e compreensão da vida política, emergem do silêncio do cotidiano, apresentando-se nas tensões do tempo da eleição.

É nesta esteira que, afirma Palmeira, caracterizando-se como um período de conflito autorizado entre os cidadãos, as particularidades político-partidárias tomam grave sentido e surge enfim o *tempo da política*, época da política ou simplesmente política corresponde grosso modo ao período eleitoral. Mas se trata apenas de uma aproximação. Seus limites cronológicos não necessariamente coincidem, e o tempo da política não envolve apenas candidatos e eleitores, mas toda a população, cujo cotidiano é subvertido (PALMEIRA, 2010, p. 8).

Cervi (2010) aponta que, para o eleitor mediano, aquele que integra a maioria do eleitorado brasileiro, de instrução modesta e com pouca percepção dos modos de fazer política, o tempo da política se inicia com o horário gratuito de propaganda eleitoral, marcador público do tempo e espaço eleitoral, porque é o momento em que o eleitor presta atenção ao que ocorre, não obstante a corrida aos cargos eletivos se inicie meses antes, com a

movimentação dos partidários, militantes e simpatizantes para a construção das alianças e apoios, bem como dos registros das candidaturas. Colaborando com estas assertivas, diz Palmeira (2002, p. 171): “de modo recorrente, as pessoas referiam-se ao período eleitoral como o tempo da política, a época da política ou, simplesmente, a política [...] sobre a política do município ou do estado, automaticamente falavam de eleições”, e ainda traça que:

É nesse período que aquelas municipalidades se dividem de uma maneira pouco habitual nos grandes centros, com o próprio espaço físico da cidade ‘distribuindo-se’ entre as facções e desenvolvendo-se interdições com relação à frequência a bares, farmácias, barbearias, em suma, aos locais públicos controlados pela facção adversária, que tanto impressionaram os que estudaram a política local no Brasil. Mas, se a polarização é delimitada no tempo, dentro dos limites desse tempo ela é ainda mais radical do que se possa imaginar (PALMEIRA, 2010, p. 17).

Esse panorama vem apresentando um grande desafio para adaptação das estratégias de campanha à diversa tipologia de eleitores, uma vez que a noção de tempo da política que eles venham a ter é essencial para a mensagem a ser elaborada ao eleitor. Baquero (1997) os divide em apartidários, partidários cognitivos, apolíticos e partidários de ritual¹⁹.

O tempo em que a disputa ao pleito não se faz evidente, o dia-a-dia, Palmeira (2010) denominou de “cotidiano”, quando a política é vista como atividade própria dos políticos ou daqueles que detêm o poder, no Executivo e no Legislativo. Curiosamente nesse período, em tese, a política não é mais assunto dentro da família, igreja, trabalho, sindicato ou outros ambientes de convivência, sendo então legítimos os relacionamentos entre os que antes figuraram como opositores durante o pleito. Tal percepção parecia estar se modificando com a modernização dos meios de comunicação e a predominância das redes sociais como instrumento interativo contínuo, no qual as pessoas tendem a abrir suas posições e interpretações do mundo e seus fenômenos, especialmente os relacionados à política. O acesso livre e plural aos meios de informação democratiza o ambiente de discussão, alcançando espaço maior de discussão política, viabilizando o acompanhamento de fatos antes reduzidos ao alcance dos editoriais mais elaborados ou exclusivamente apresentados no tempo da eleição.

Campos (2004) entende que a mídia se transformou em uma forte aliada dos evangélicos na disseminação de seus dogmas e como ferramenta de arregimentar fiéis, desde

¹⁹ Os indivíduos sem vinculação a partido político e envolvimento com a política são denominados apolíticos. Partidários de ritual são aqueles que se mobilizam a partir dos vínculos que possuem com a política; os partidários cognitivos estão ligados a um partido político e, por fim, os apartidários são independentes politicamente, mas não filiados a qualquer agremiação partidária.

1950, em programas radiofônicos, ou seja, muito antes do aumento do interesse das denominações evangélicas na política.

Durante as eleições, com o passar dos dias, a política desenvolvida cotidianamente no seio social transforma-se em conflito autorizado, em que a sociedade demonstra suas divisões, motivo pelo qual Palmeira (2002) então define e distingue o tempo da política do tempo da eleição, onde o primeiro não é a mera fração de dias impostos em um calendário por dispositivo constitucional ou legal, e que, no Brasil, ocorre de dois em dois anos nos meses de outubro anteriores ao término do mandato dos representantes. Isto é tempo da eleição, política se faz todo dia.

Ao estudar a representação, a apresentação e a reconstrução como ritos elementares da política, Barreira (1998) colabora com a compreensão do sentido amplo de tempo da política, ao traçar que:

Muito embora a vida cotidiana esteja permanentemente entrelaçada ao mundo da política, essa vinculação parece pouco visível ao cidadão comum. Notícias sobre políticos ou acerca do funcionamento de instituições gestoras dos destinos da sociedade soam, às vezes, como algo distante. “Coisas da política”, diz o senso comum, quando quer se referir a situações já conhecidas no plano das decisões governamentais ou a casos espetaculares que invadem o domínio público. De fato, no terreno da política, circunscrevem-se diferentes enredos. A maioria deles tocados pelos temas da opacidade e da transparência (BARREIRA, 1998, p. 203).

Utilizando-se da expressão tempo para demarcação dos fatos que ocorrem na política e nas eleições, Barreira denomina o período eleitoral como tempo de eleição, ou tempo das escolhas. Nele, as campanhas eleitorais realizam a política de forma mais distinta, porque o realce aos estigmas, distinções e diferenças existentes na sociedade é permitido, ou ao menos tolerado, destacando-se as particularidades dos grupos, classificando-os conforme seus interesses e posicionamentos:

apesar do caráter sempre limitado das escolhas, revitalizam o significado da política. Como espetáculo público, elas evocam, mais do que a metáfora do cotidiano, a sua hipérbole em vários sentidos. Pela radicalidade que assumem as posições contrárias, elevadas de forma nítida à categoria de oposições, pelo enunciar de problemas sociais, pela dinâmica dos estigmas e pela ótica dos reconhecimentos. Algo próximo a uma alegoria torna evidente o que os olhos parecem não ver em tempos normais (BARREIRA, 1998, p. 12).

Em tempo de eleição, a política institucionalizada sai dos gabinetes, dos auditórios e das manifestações e passa a integrar um espaço-tempo de construção da representação (apresentação de candidaturas) e de reconstrução, tanto de propósitos como de legitimidades. Ela também cria uma paradoxal dualidade entre a retenção de conflitos, porque os leva a uma arena de exposição e discussão (debates), bem como evidencia os próprios conflitos pelos choques de opinião, tudo visando “articular os políticos e a política com o conjunto da sociedade” (BARREIRA, 1998, p. 27). É nesse contexto que os candidatos, no anseio de se tornarem representantes da sociedade, procuram construir sua imagem pública a partir de elementos que lhes permitam angariar legitimidade social, utilizando-se uns do seu histórico de vida, outros de sua rede de contatos e, em alguns casos, de forma conjunta ou isolada, a relação com uma denominação religiosa ou o fato de ser representante formal de uma Igreja. Notadamente, os evangélicos têm sido o grupo social que vem explorando a sua relação com a religião e o conjunto ético-moral, que aparentemente decorre de sua filosofia de vida cristã, para construir a representatividade do “homem de bem”.

Assim, as campanhas eleitorais, majoritárias ou proporcionais, são levadas a cabo dentro do objetivo de construção da legitimação, acionando os elementos, signos e estilos que traduzam suas crenças e valores políticos e sociais, onde a utilização da lógica argumentativa se apresenta em paralelo à defesa da “filosofia dos princípios e dos fins”, bem como a evidência empírica cede lugar às crenças, aos valores e aos interesses dos atores na hora da decisão (FIGUEIREDO, 1997).

Na busca por legitimação política, alguns se sobressaem pelo histórico pessoal, ou pela vivência pública. Outros se utilizam da fama obtida pelos canais televisivos, ou pelo êxito profissional ou comercial de seus empreendimentos. Alguns, ainda, destacam-se pelas suas atividades desportivas ou filantrópicas.

Já o evangélico possui um destaque peculiar, que busca ressaltar em tempo de eleição: o de seguir um dogma que lhe impõe retidão e que se traduz em um modo distinto de construir suas acepções de sociedade, relações humanas e políticas. Enquanto o pensamento da sociedade moderna afastaria a religião como elemento de configuração da representatividade política, o que se verifica é justamente o acionamento daquela como instrumento de legitimação dessa desejada representatividade. Em tempo de eleição, quando se estabelece um quase “vale-tudo” pelo êxito eleitoral, o acionamento daquela para alcançar o eleitorado tem sido recorrente e crescente. A religião, ao se integrar com o meio político-social, chancela a influência na formação do corpo atuante do Estado através de seus

representantes, que atingem a qualidade de mandatários, utilizando-se de elementos religiosos no tempo da eleição, firmando um processo de construção da autoridade e legitimidade.

* * *

No campo político-eleitoral, a atuação realizada pelos agentes religiosos, especialmente os oriundos de denominações evangélicas, tem merecido destaque, em razão da ressignificação da própria religião dentro da sociedade moderna. E este é o ponto central da presente pesquisa, que se propõe a investigar a institucionalização e organização verticalizada da participação dos representantes oficiais da Igreja do Evangelho Quadrangular, bem como o acionamento religioso nas campanhas realizadas por aqueles.

A secularização como afastamento total da religião do campo público parece não ser a definição adequada ao processo de ressignificação e reposicionamento sociopolítico a que as denominações religiosas vêm apresentando nas últimas décadas no Brasil.

O contexto de laicidade, longe de ser a neutralidade estatal, passa a ser o campo de igualdade, respeito e liberdade entre as denominações religiosas que, ante a pluralidade dela resultante, tem apresentado inúmeras maneiras do religioso ingressar no tempo da política, sendo esse o momento crucial em que as diferenças da sociedade emergem, em razão da arena de conflitos e disputas que compõem o cenário em estudo.

Nota-se que os integrantes, pastores ou membros, da Igreja do Evangelho Quadrangular têm participado desse movimento, estabelecendo uma organicidade estatutária a fim de viabilizar a participação no campo político-social acompanhando, portanto, os movimentos evangélicos na política. Tais movimentos são notados por antropólogos, juristas e cientistas sociais em várias partes do Brasil e, particularmente no *locus* da pesquisa, em Campo Mourão, durante o pleito de 2016. É sobre este aspecto que nos debruçaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR E A INSERÇÃO NA POLÍTICA

Tendo como ponto de partida que determinadas denominações religiosas participam ativamente do campo político – seja lançando seus candidatos oficiais ou chancelando a candidatura de membros e fiéis – este fato social é melhor compreendido quando se analisa um desses singulares atores da política brasileira. As pesquisas têm se debruçado sobre os católicos – pela tradicionalidade que os caracteriza na constituição histórica do Brasil – e sobre os evangélicos, pela disposição de ação surgida sobretudo a partir de 1945 e reforçada com mais intensidade com a redemocratização e a Constituinte de 1988.

Neste cenário plúrimo, marcado pela diversidade de denominações eclesiásticas e modos de acionamento da religião no tempo da eleição, vem se destacando a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), a qual demonstra organização institucionalizada e foco na ação política em grau semelhante àquelas já detectadas em outras pesquisas, como a Igreja Batista, a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus (FERNANDES, 1998; ORO, 2003; MACHADO, 2006).

Compreender sua origem, organização estatutária e funcional, modo de atuação na política e nas eleições, seus projetos e quem são os seus agentes religiosos é o objetivo do presente capítulo. Considerando o *locus* da pesquisa, Campo Mourão, no Paraná, e o recorte temporal, as eleições proporcionais e municipais de 2016, procura-se problematizar sobre os participantes diretos da ação político-social da denominação no ambiente estudado e que foram candidatos no pleito eleitoral: Pastor Valdir Modesto, candidato oficial chancelado pela coordenação política da IEQ, e Pastora Jurema Portes, candidata não-oficial, mas com representatividade social e política, decorrente de projetos desenvolvidos e pela experiência em outros pleitos eleitorais.

2.1 A organização da IEQ até o *locus* da pesquisa: dos Estados Unidos a Campo Mourão

A Igreja do Evangelho Quadrangular, cujo nome original é *International Church of The Four-Square Gospel*, foi instituída oficialmente em janeiro de 1923 por Aimee Semple McPherson, com a fundação do *Angelus Temple*, em Los Angeles, na Califórnia, estado norte-americano tido como o berço dos meios de comunicação de massa no entre-guerras, e local onde até a atualidade funciona a sede mundial da denominação religiosa (ANTONIAZZI, 1996; CORTEZ, 2009). A fundadora, nascida em lar metodista, iniciou seu trabalho de

evangelização alguns anos antes, quando, entendendo possuir uma missão divina, passou a realizar cultos em algumas cidades dos Estados Unidos a partir do ano de 1915. Com a projeção obtida, o espaço do salão, que havia alugado na cidade de Mount Forest para as atividades religiosas, passou a ser pequeno, pelo que montou uma “Catedral de Lona”, com a qual passou a agir de forma itinerante pela costa leste do país norte-americano. Com a finalidade de disseminar seu ministério, lançou em 1917 a revista pentecostal “Bridal Call”, onde inseria testemunhos de seus fiéis, sermões, poesias, artigos e notícias de suas campanhas. O crescimento da revista fez com que em três meses houvesse ampliação editorial e, após uma visão durante um culto evangélico em Oakland, em 1922, a fundadora decidiu pela mudança de nome da denominação e da criação da Igreja Quadrangular, passando denominar a publicação de “The Foursquare World Advance”, periódico gospel existente até os dias atuais e que informa as ações da Igreja do Evangelho Quadrangular no mundo todo (HAYFORD; MOORE, 2006; ROSA, 1978).

Aproveitando-se da expansão obtida pela mídia radiofônica da época, McPherson inovou nos meios de comunicação e propagação da fé evangélica, criando um programa de rádio (1922) e adquirindo sua própria emissora já no segundo ano de funcionamento da Igreja (1924). O uso dessas ferramentas permitiu uma rápida expansão no número de fiéis e a consolidação da nova doutrina evangélica (CORTEZ, 2009; ROSA, 1978).

O nome “quadrangular”, dado pela fundadora, teria sido “revelado” durante um culto realizado na cidade de Oakland, e refere-se “ao quádruplo ministério do Senhor Cristo: O Salvador; O Batizador com o Espírito Santo; O Grande Médico e o Rei que há de voltar” (PAULA, 2012, p. 50). Da mesma forma que viria a ocorrer no Brasil, a propagação da IEQ nos Estados Unidos se deu principalmente por meio das denominadas “cruzadas de evangelização”, formando células de seguidores que dariam origem aos templos da denominação religiosa, sendo que nas:

‘Cruzadas’, missionários percorriam o país pregando o ‘evangelho da cura divina’, utilizando para isso, locais pouco ortodoxos como ginásios, teatros e tendas de lona. Os cultos eram marcados por sessão de oração, onde se buscava a manifestação da ‘cura divina’ e por uma prática litúrgica moderna, mais adequada às inovações culturais que perpassavam a sociedade americana, com uso de guitarras elétricas e instrumento de percussão (PAULA, 2012, p. 50).

Paula (2012) destaca que o fato de a denominação ter sido fundada por uma mulher²⁰ e, por conseguinte, quebrar os paradigmas do seu tempo – muito arraigados na centralização

²⁰ [Importante observar que a IEQ não é a única denominação fundada por uma mulher, visto que a Igreja Adventista do Sétimo Dia foi fundada por Ellen White.](#)

do homem como provedor social –, pode ter influenciado sua flexibilização quanto aos suportes doutrinários, formas de pregação, usos e costumes de seus fiéis, como, por exemplo, uma menor repressão quanto ao uso das roupas pelas moças, comparativamente ao modo de vestir tradicionalmente exigido pelas demais igrejas evangélicas.

A chegada da IEQ ao Brasil se deu com a instalação de um campo missionário nos moldes da cruzada evangelista americana, pelo Reverendo norte-americano Harold Willians, em 1946, no estado de Minas Gerais, tendo posteriormente fundado a Igreja Evangélica do Brasil, em 1951, em São Paulo, muitas vezes denominada apenas de Igreja das Cruzadas. Com o auxílio do Reverendo norte-americano Raymond Boatright, as pregações itinerantes tiveram muito sucesso, o que motivou a transferência dos missionários para São Paulo em 1953, onde iniciaram, em 1954, a campanha denominada “Cruzada Nacional de Evangelização”, realizada nos mesmos moldes empregados pela fundadora da IEQ estadunidense. Na imagem abaixo, vemos o registro fotográfico de uma das tendas da referida campanha, com a realização de cultos diários e oração para os enfermos:

Imagem 2 – Cruzada Nacional de Evangelização em 1954



Fonte: Adaptado de Igreja do Evangelho Quadrangular (2016)

A denominação religiosa ficou conhecida por suas tendas e pelo nome “cruzada”, e os seus fundadores não tinham a intenção de adotar o nome similar ao da *Internacional Church*

of *The Four-Square Gospel*. A associação com a igreja estadunidense só lhes exigia a manutenção dos princípios e dogmas da Igreja e, segundo Rosa, não se previa:

a organização de mais uma seita religiosa, nem instalação de novas igrejas. O objetivo específico era apenas evangelizar as massas, deixando às seitas já estabelecidas a assistência aos novos convertidos. Para atingir esse alvo, a evangelização as massas a curto prazo em todo território nacional, é que seriam utilizadas as tendas de lona. Cada tenda funcionaria como uma espécie de capela ambulante, permanecendo perto de 30 a 60 dias em cada lugar anunciando o evangelho (ROSA, 1978, p. 40).

Foi apenas ao perceberem que não seria possível manter a Cruzada sem a organização de igrejas, pois a ausência de um campo missionário ou templo causaria a dispersão dos novos convertidos, que a Igreja da Cruzada se tornou Igreja do Evangelho Quadrangular, consolidando-se a ligação com a *International Church of The Four-Square Gospel*, dos Estados Unidos, sem, contudo, ter para com ela qualquer obediência hierárquica.

Essa autonomia entre a igreja-mãe e o seu braço religioso fundado no Brasil é fruto das diversidades notadas em algumas pesquisas, destacando-se a segmentação das denominações religiosas, a criação de novas configurações, tradições e identidades (HOBBSAWM, 1984; LIBANIO, 2000; CAMPOS, 2011), bem como a utilização do termo genérico evangélico para nominar suas igrejas ou atividades, mesmo quando originárias do protestantismo, por exemplo (LÉONARD, 2002; MENDONÇA, 2005).

Segundo Freston (1993) e Mariano (2004), a inicial relutância de fundar uma denominação evangélica fez com que convertidos da IEQ ou interessados em suas técnicas fundassem outras denominações, utilizando-se do proselitismo, da mensagem da cura divina e da utilização dos mecanismos de divulgação midiática, tais como a Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, Igreja Pentecostal Deus é Amor e a Igreja Casa da Benção.

No Paraná, a IEQ teve o início de suas atividades em 28 de maio de 1955. A inauguração da primeira tenda de lona para evangelização em Curitiba foi comandada por Julio de Oliveira Rosa, um jovem que havia conhecido a Cruzada Nacional da Evangelização em São Paulo e lá foi pastor ordenado. O bairro em que a tenda foi instalada – Mercês – era composto por moradores de poder aquisitivo alto, o que seria o motivo da baixa frequência às reuniões (STOCCHERO, 2007).

Sobre os primeiros meses de funcionamento da denominação em Curitiba, Dias e Bandt (2009) apontam que houve muitos entraves para a definição do espaço de culto e início do movimento, com sucessivas requisições de formalidades administrativas por parte da

administração pública municipal, para liberar a utilização da tenda e realização da reunião religiosa, com distinções procedimentais a cada solicitação, sem atenção à legalidade e razoabilidade das exigências, apontando-se o diminuto grau de liberdade religiosa que havia à época. No dia da inauguração, por exemplo, um fiscal do município que era responsável pela vistoria de segurança, em desconformidade com a legislação, impediu a realização da reunião dentro da tenda montada para tal fim, sob a alegação de que não havia sido deferido o processo de vistoria e liberação do competente alvará para aquele específico final de semana. Este fato, contudo, não impediu a reunião religiosa, que foi realizada ao ar livre.

A baixa frequência e os entraves administrativos resultaram na mudança da tenda para o bairro Bacacheri, em um local reservado para exposições, parques de diversões e circos, afastado do centro e com moradores de padrão aquisitivo menor. O crescimento da frequência foi significativo (DIAS; BANDT; 2009). Ainda chamada de “Tenda de Jesus – Cura Divina”, sofreu significativa rejeição dos jornais curitibanos, incluindo uma ação policial noticiada pelo então Diário do Paraná:

Ontem, à tarde, um grupo de investigadores, comandado por Gugelmin, realizou um “raid” no exótico templo de lona armado no Bacacheri, onde um grupo de indivíduos de uma nova seita religiosa pretende ter o poder de curar os enfermos de todas as doenças, através da fé em Deus, incutida por suas palavras. Em resumo, afirmam-se capazes de fazer milagres. [...] Várias suspeitas haviam-se levantado contra as atividades dos tais “missionários”, por parte de elementos da polícia que observaram o desenrolar dos “cultos e as cerimônias de cura”. Diante disto, o delegado Ricardo Taborda Ribas resolveu chamá-los para uma conversa. Não houve prisão, mas um simples convite para comparecer ao gabinete do delegado. Entretanto, quando os rapazes da investigação foram procurá-los, os “santos” esboçaram uma reação, tentando levantar o povo contra a polícia. Só depois de muito falatório aquiesceram em tomar a condução que os levou à presença da autoridade. Ainda assim, continuaram até o último instante a incitar o povo, com gritos de “Aleluia” e frases como: “Querem acabar com Cristo!” e “Deus ordenou nosso martírio!” (DIÁRIO DO PARANÁ, 11/08/1955, p. 5, 1º caderno).

Em razão da repetitiva necessidade de alvará para o funcionamento dos cultos nas tendas, o Pastor Julio Rosa, com o apoio de seus seguidores, alugou o primeiro local para a realização dos cultos, que se vê no registro fotográfico abaixo:

Imagem 3 – Primeiro imóvel alugado para os cultos em Curitiba em 1955



Fonte: Adaptado de Kossar (2010)

Com a locação do referido imóvel, uma antiga fábrica de móveis, o Pastor Julio Rosa assegurou a continuidade das ações de evangelização, incluindo nelas os batismos no tanque que havia no local, o “tanque do Bacacheri”. Chamado a retornar à cidade de São Paulo, Julio Rosa legou a responsabilidade pela Primeira Igreja do Evangelho Quadrangular no Paraná, em Curitiba, ao recém-batizado Reverendo Jessé de Toledo (DIAS; BANDT, 2009).

Nos anos seguintes, ao passo que a IEQ foi se consolidando na capital paranaense, e movidos pela intenção de promover uma expansão da denominação em todo o estado, de Curitiba partiram os primeiros missionários que instalariam os campos de missão (ou campos missionários) em várias cidades e distritos, iniciando o projeto de evangelização nas circunvizinhas (que pertencem à região metropolitana) e ampliando para outros centros urbanos (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Guarapuava, Foz do Iguaçu)²¹. Esse processo foi lento porque a tradição católica e a presença de outras denominações evangélicas resultavam em baixa adesão nas cidades de pequena densidade populacional, devendo-se considerar, ainda, que os processos de ocupação e colonização dirigida das terras devolutas do Estado foram concluídos apenas em 1968.

Paula (2012) afirma que a IEQ, na medida em que foi se institucionalizando e se organizando administrativamente no Brasil, entre os anos 1960 e 1970, começou a se fortalecer para figurar entre as principais denominações evangélicas nacionais, apontando

²¹ O Estado do Paraná possui 399 municípios e, atualmente, 343 deles possuem ao menos uma Igreja do Evangelho Quadrangular, perfazendo um total de 840 templos em todo o Estado, mais de 6.400 pastores e acima de 195 mil membros (IRINEU RODRIGUES, 2017).

que, diferentemente de outras, apresentou baixa fragmentação denominacional e que tal unidade foi mantida:

em grande parte devido às características institucionais da Quadrangular que oferecem liberdade litúrgica e teológica aos seus pastores, coexistindo, por isso, sob o verniz de uma aparente unidade institucional, uma grande diversidade de práticas e crenças. Ao mesmo tempo, **a adoção de uma estrutura administrativa e de governo institucional, baseadas em princípios democráticos**, tem conseguido acomodar os diferentes grupos que anseiam pelo controle da instituição desestimulando a fragmentação institucional (PAULA, 2012, p. 54, grifo nosso).

A instalação da Igreja do Evangelho Quadrangular em Campo Mourão seguiu a onda expansionista no Estado, porém as células da então Cruzada Nacional de Evangelização não recebiam receptividade da população da cidade, especialmente pela forte presença católica. Esse panorama começou a mudar em meados da década de 1980, quando o Missionário Hairton Francisco Silva, hoje Reverendo pela IEQ em Ponta Grossa, no Paraná, veio para Campo Mourão a fim de instalar a missão quadrangular. Iniciou encontros na Rua Brasil, em um antigo clube que hoje é ocupado pela Seicho-No-Ie. O missionário convidava as pessoas em um programa de rádio para participar de um encontro na sexta-feira à noite, para oração aos doentes, dentre outras finalidades, realizando assim, o tradicional *modus operandi* da IEQ, nos mesmos moldes da norte-americana, com foco na “cura divina” (Pastor André Portes, *Entrevista*, 2017)²².

O movimento da Igreja Quadrangular no município ganhou força em 1985, quando Hairton Francisco, propondo carregar uma cruz de eucalipto pelas ruas da cidade, realizou uma grande procissão até o local onde eram realizados os cultos, reunindo mais de mil pessoas e organizando, enfim, o então campo missionário de Campo Mourão. A imagem abaixo foi registrada na ocasião da abertura da Igreja por aquele missionário, em 06 de outubro de 1986. Naquela oportunidade, o espaço foi pequeno para acomodar os presentes ao culto²³:

²² André Luis Portes é o atual pastor titular da 1ª Igreja do Evangelho Quadrangular de Campo Mourão, e quem sucedeu as atividades dos primeiros missionários no município. Concedeu uma entrevista para esta pesquisa sobre a origem da IEQ e a atuação sócio-política da denominação em Campo Mourão, falando sobre o Reverendo Hairton Francisco, pioneiro da IEQ na cidade. Ainda abordou sobre sua candidatura a vereador e a campanha da candidata não-oficial de 2016, Pastora Jurema – sua esposa –, para o pleito municipal.

²³ Através de página na rede social *Facebook*, intitulada “Sangue, fogo e unção”, o Reverendo Hairton Francisco realiza a divulgação de suas atividades dentro da IEQ no curso do tempo, acrescentando fotos de suas passagens pelas cidades em que atuou. O registro acima faz parte do acervo desse sítio eletrônico.

Imagem 4 – Culto da Igreja do Evangelho Quadrangular em Campo Mourão (1986)



Fonte: Adaptado de Francisco Silva (2013)

Na imagem, é possível identificar uma faixa utilizando o termo “paróquia” para designar o local em que eram realizados os cultos, em uma bricolagem (Giumbelli, 2008) para alcançar o público da cidade, que certamente era – e ainda o é – católica em sua maioria.

Com a ida de Hairton para Ponta Grossa no início dos anos 1980, porque acometido de doença respiratória causada pelo excesso de poeira e calor da região, a comunidade quadrangular contou com a coordenação do Reverendo Agostinho Basso, que assumia a superintendência da região, o qual promoveu a vinda dos missionários Sérgio da Silva e sua esposa Célia, que alugaram um salão ao lado do que hoje é a garagem da empresa Expresso Nordeste, em um bairro residencial denominado Jardim Maia, a poucas quadras da região central de Campo Mourão.

Os referidos missionários empreenderam esforços para realizar a compra de um imóvel na Vila Urupês, bairro residencial limítrofe ao centro, mas escolhido pelos pastores justamente após observarem que a maioria das pessoas que frequentavam a Igreja no Jardim Maia moravam neste. O êxito na obtenção do terreno culminou na movimentação para a consolidação da igreja e da organização da IEQ na cidade e instalação do primeiro templo. Em razão disso, no ano de 1989, André Luis Portes, que até então pastoreava em Curitiba, foi designado para realizar a construção do local de culto e concluir o processo da criação da 1ª IEQ em Campo Mourão. Sobre essa fase histórica, o Pastor André relatou que:

foi muito difícil [...] a cidade era muito tradicional, com muito catolicismo e igrejas históricas, a IEQ chegava com propostas diferentes da evangelização tradicional e não era muito bem aceita [...] em 18 de agosto de 1989, quando fui empossado como pastor da Igreja Quadrangular, que ainda não era conhecida assim [...] nos programas de rádio que havia na época, a Igreja Quadrangular aqui era chamada ‘Cruzada Nacional da Evangelização’, e

havia uma placa na frente que dizia ‘Cadeia da Prece’ (Pastor André Portes, **Entrevista**, 2017).

A Cadeia da Prece era um programa de rádio e projeto evangelístico realizado pelos missionários da então Caravana Nacional da Evangelização²⁴ em Campo Mourão, e que vinculava a sua atividade e de seus emissores ao local em que se realizava o culto. Como todo programa radiofônico, realizava-se uma chamada de locução, momento em que se utiliza uma frase de efeito repetida em toda edição do programa, visando chamar a atenção dos ouvintes e que apresentava curiosa bricolagem (Giumbelli, 2008) para obtenção de novos fiéis e “soar bem” aos ouvintes. Dirigia-se convite com os dizeres “você que ouve o programa da prece, esteja conosco no nosso salão paroquial, à Rua Professor Etanil Bento de Assis” (Pastor André Portes, **Entrevista**, 2017). Este mesmo recurso era utilizado nas faixas afixadas na frente do templo, inaugurado naquela mencionada rua, em agosto de 1991.

Na esteira das observações de Mariano (2004), a IEQ vinha, do âmbito nacional ao local, estabelecendo a organização de seus cultos e divulgação de suas atividades de forma a permitir sua imbricação com o modo de vida do local em que se instalavam, processo que ia se facilitando conforme o conhecimento de seus métodos se tornasse popular naquela localidade. Assim, verifica-se que:

sem perder necessariamente sua distintividade religiosa, as igrejas neopentecostais revelam-se, entre as pentecostais, as mais inclinadas a acomodarem-se à sociedade abrangente e a seus valores, interesses e práticas. Daí seus cultos basearem-se na oferta especializada de serviços mágico-religiosos, de cunho terapêutico e taumatúrgico, centrados em promessas de concessão divina de prosperidade material, cura física e emocional e de resolução de problemas familiares, afetivos, amorosos e de sociabilidade (MARIANO, 2004, p. 124).

Para aumentar a atividade de evangelização, o Pastor André abriu tabernáculos em bairros da cidade, no total de cinco, os quais estão entre os atuais sete templos da IEQ em Campo Mourão. A fundação das demais igrejas da denominação se deu através de campanha nacional “Uma Igreja em cada esquina”, instituída em 1990 pelo cargo máximo da IEQ à época, o Secretário Executivo Nacional.

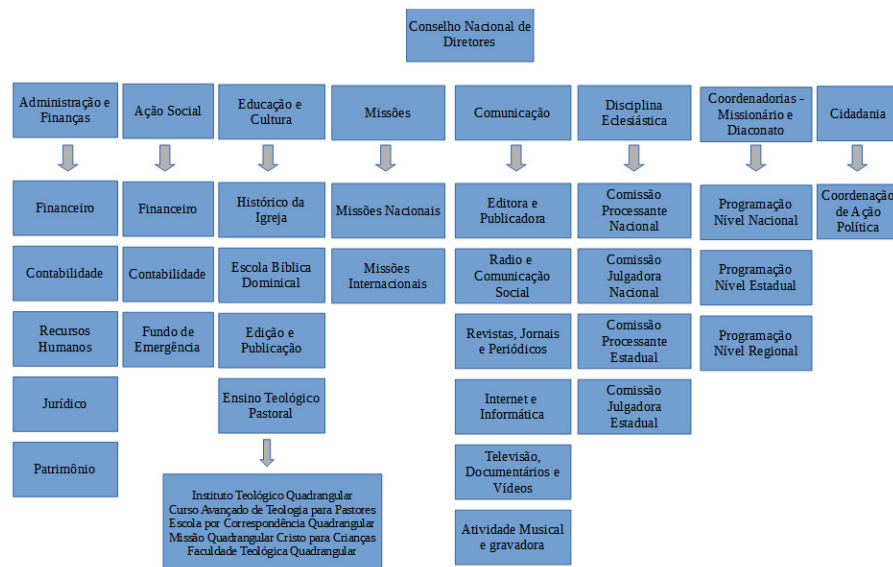
Em 1999, com a consolidação do Conselho Nacional de Diretores da IEQ, criou-se um Estatuto Nacional, válido e obrigatório para todos os campos missionários, templos, membros

²⁴ Seguindo o mesmo *modus operandi* expansionista desenvolvido pela fundadora americana e pelos fundadores brasileiros, a ação evangelística recebia o nome de Caravana Nacional da Evangelização, tendo aí duas conclusões, uma de que havia um movimento nacional de seguidores da International Church of Foursquare Gospel, organizado e unificado, e outra de que a adoção de nome distinto visava a construção de uma nova igreja, independente daquela (FREESTON, 1993).

e fiéis no país, o qual instituiu uma organização administrativa da Igreja em três níveis hierárquicos: Administração Superior – de abrangência nacional; Administração Intermediária – de abrangência estadual e auxiliada por superintendências regionais; e Administração de Base, que são as igrejas locais. Antes dessa organização normativa nacional, cada igreja local possuía o seu estatuto social, e a organização estadual e nacional se dava mediante reunião de pastores ou realização de convenções, onde se escolhiam os representantes da IEQ, que tinham por função promover a reorganização e unificação nacional e executar ações missionárias e de evangelização.

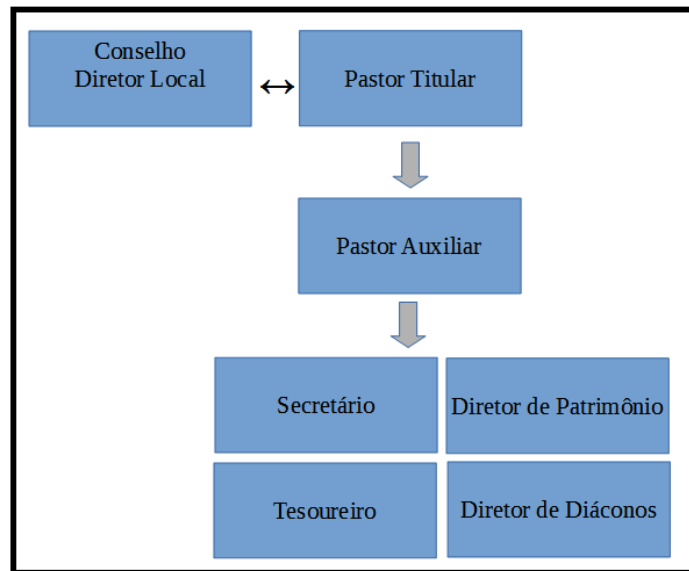
Nas imagens a seguir, para que o leitor possa compreender a dinâmica organizacional e a importância dada ao campo político pela Igreja, apresenta-se a estruturação administrativa nacional e local da IEQ, conforme o referido Estatuto Nacional:

Imagem 5 – Estrutura administrativa nacional da IEQ



Fonte: Adaptado de Cortez (2009, p. 98)

Imagem 6 – Estrutura administrativa local da IEQ



Fonte: Adaptado de Cortez (2009, p. 101)

A estruturação da IEQ em âmbito estadual segue a mesma divisão notada na segunda linha do organograma da imagem 5. Dentre os órgãos apresentados nos organogramas acima, importa destacar, para este trabalho, que um dos que compõem a Administração Superior é a Coordenação de Ação Política, que passou a integrar a Secretaria Nacional de Cidadania, possuindo simetria com a Secretaria Estadual de Cidadania e a então coordenação estadual e regional de ação política. Tais coordenações, segundo o referido instrumento estatutário, têm a função de estabelecer temáticas para estudos dos problemas sociais e políticos entre os integrantes da IEQ, e que são objetos de atuação da Igreja, somando-se a uma atividade de cadastramento dos membros da denominação que exerçam cargos políticos.

Essa estrutura administrativa presente no Estatuto trouxe impacto direto na expansão e organização sociopolítica da IEQ, inserindo um novo modo de programar, operacionalizar e realizar a atuação no tempo da eleição, culminando inclusive na criação de projetos de âmbito nacional e de natureza local, cujo objetivo passou a ser aumentar a atuação da IEQ no campo público, conforme veremos no próximo tópico.

2.2 Projetos de atuação política da IEQ no Paraná e em Campo Mourão

A organização da participação sociopolítica da IEQ veio na mesma toada em que se consolidou a organização estatutária nacional em 1999, que é seguida por todos os órgãos e templos, nos estados e municípios. O protagonismo político merece destaque porque, em consonância com os estudos de Machado e Nacif (2016), e também de Cunha (2016), passou

a ser disciplinado pelo referido instrumento constitutivo, sendo que a estruturação da ação política se deu com a criação – dentre diversos outros, cada qual em uma das facetas de atuação da Igreja – de dois projetos nacionais que são agora o foco dessa discussão, e que assumem contornos próprios nas unidades da federação, em razão de suas particularidades e características específicas.

O primeiro é o Projeto Cidadania IEQ, cuja finalidade é organizar a atuação de campanha e mandatos dos representantes oficiais da Igreja que, no caso de nossa investigação, é representado pelo Pastor Valdir Modesto, pastor titular da 5ª IEQ, e que concorreu, em 2016, à Câmara Municipal pela primeira vez. Já o segundo, o Projeto “Ame sua cidade e ore por ela”, foi criado como missão evangelística, adquirindo contornos próprios em Campo Mourão, sob o título de “Amigos da Cidade”, sob a idealização, coordenação e execução da Pastora Jurema Portes, pastora auxiliar da 1ª IEQ do município, e também pleiteante a uma vaga no legislativo mourãoense em 2016.

Para compreender a relevância e o contexto de institucionalização de tais projetos, são pertinentes algumas considerações acerca das diretrizes estabelecidas pela IEQ na atuação política da Igreja e de seus membros. Nesse sentido, ao criar a Coordenação de Ação Política em seu Estatuto Nacional, a IEQ estabelece um órgão administrativo cuja finalidade é organizar as candidaturas oficiais, as prévias de escolha dessas candidaturas, o acompanhamento das campanhas políticas, o cadastro dos candidatos eleitos e as ações dos então eleitos com apoio oficial da IEQ. Em decorrência da estrutura nacional, foram organizadas as coordenadorias estaduais e regionais, em simetria e semelhança daquela.

A atuação política da denominação religiosa é defendida pelo texto do artigo 10 do Estatuto Nacional, o qual traça que “a Igreja do Evangelho Quadrangular reconhece como sua tarefa docente, capacitar os membros de suas congregações para o exercício da cidadania”. O parágrafo único do mesmo dispositivo estatutário dispõe que, sobre tal capacitação e exercício político, “o propósito primordial da missão é servir ao Brasil, através da participação ativa do povo Quadrangular, na formação de uma sociedade consciente de suas responsabilidades” (QUADRANGULAR, 1999). Com base na institucionalização e organização de tais práticas adotadas pela IEQ, Pedde (2004, p. 119) reforça que os evangélicos não assumem posturas de cidadãos em maior grau que os demais do povo brasileiro, contudo “a afinidade religiosa entre os fiéis e os políticos por eles eleitos motiva um acompanhamento maior da prática parlamentar que o eleitorado brasileiro em geral”.

Para atingir esse panorama e, por conseguinte, organizar o processo de escolha dos agentes religiosos que participam dos pleitos eleitorais, houve a estruturação, conforme

apresentado na imagem 5, da Secretaria Nacional da Cidadania e, por simetria, a criação das Secretarias Estaduais de Cidadania. Junto com o Instituto Teológico Quadrangular (órgão de orientação teológica e de padronização das atividades pastorais), é estabelecida uma ação de conscientização da participação política de seus membros, organizando também as diretrizes locais que nortearão o trabalho de seus agentes religiosos enquanto candidatos e enquanto mandatários.

Incentivar a participação de membros e fiéis na política não foi a intenção inicial da IEQ quando de sua criação, mas, considerando a crescente participação dos evangélicos, especialmente durante o processo constituinte de 1988 (ORO, 2003; MAIA, 2006a; VITAL; LOPES, 2013), houve a consolidação deste novo modo de pensar o campo político, passando a ser entendido como uma ação de missionarização desenvolvida pela Igreja.

O Estatuto Nacional da IEQ de 1999 aborda os motivos para que seus integrantes se preocupem com os problemas sociais e participem ativamente no campo público, estabelecendo em seu artigo 12 que “o Estado é exigência básica, não só para defesa da vida e liberdade da pessoa humana, mas para a promoção do bem comum, mediante o desenvolvimento da justiça, da paz e da ordem social” (QUADRANGULAR, 1999, p. 3). Além disso, indica, ao considerar a “presente situação do país” e de “particular importância”, a compreensão das seguintes realidades:

1. A Igreja é chamada a conduzir a todos a se receberem e a se afirmarem uns aos outros como pessoas de suas relações na família, vizinhança, trabalho, na educação, na religião e no exercício dos seus direitos;
2. A reconciliação do mundo em Jesus Cristo como fonte de justiça, de paz e de liberdade entre as nações;
3. Vivemos num tempo em que países desenvolvem armas nucleares, químicas e biológicas, desviando recursos ponderáveis e pondo em risco a humanidade;
4. A pobreza escravizadora em mundo de abundância é uma grave violação da ordem de Deus, pois segundo as Escrituras, **a causa dos pobres no mundo é a causa dos discípulos de um Deus** que a todos quer enriquecer;
5. **A pobreza de imenso contingente da família humana é fruto dos desequilíbrios econômicos e exploração dos indefesos e uma grave negação da justiça de Deus** (QUADRANGULAR, 1999, p. 5, grifos nossos).

Essa reconfiguração da instituição religiosa é a saída definitiva da IEQ da inércia, inserindo-se entre as principais denominações religiosas que participam ativamente da política, apresentando uma concepção clara de suas relações com o mundo, especialmente o político, na medida em que compreendem que:

a relação dos cristãos com o mundo é complicada e desvantajosa para os fiéis. Mas [...] deve ser intensificada, aprofundada [...] entendido como benéfico para as igrejas que mantêm os políticos a ela ligados, e para a sociedade como um todo, já que esses homens públicos são identificados como honestos e pessoas de princípios (PEDDE, 2004, p. 116).

Para organizar a representatividade da IEQ no campo político, o Estatuto Nacional da denominação estabelece critérios a fim de que todo o processo ocorra sob a regulação e organização da Coordenação Nacional de Ação Política, prevista em seu artigo 13, cuja filiação dos agentes religiosos da IEQ é obrigatória. No artigo 14, o Estatuto prevê:

Os candidatos a cargos político-partidários no âmbito federal e estadual **são escolhidos** pelas convenções estaduais e, no âmbito municipal, **em uma prévia pelos pastores** titulares da região ou campo missionário.

§1º Nos municípios onde existia a criação de mais de uma região, os candidatos são escolhidos em reunião convocada pelo Conselho Estadual.

§2º Os membros do Ministério **devem manifestar seu apoio aos candidatos oficiais, demonstrando sua fidelidade à Igreja** (QUADRANGULAR, 1999, p. 4, grifos nossos).

A institucionalização da participação política pela IEQ possui contornos característicos e distintos aos observados em outras denominações religiosas (CAMPOS, 2006; 2010; 2011; MAIA, 2006a; 2006b; ORO, 2001; 2003; TADVALD, 2006; 2010), uma vez que, além de criar estatutariamente um órgão que organiza as diretrizes para definição de seus representantes políticos, ou de atribuir o exercício da cidadania como missão daquele que a ela pertence, estabelece, ainda, de forma direta a necessidade de apoio aos candidatos oficiais como pressuposto de seus “fiéis”.

Oro (2001) traça que essa organização hierárquica, verticalizada, tem sido a chave para o sucesso nos pleitos eleitorais, destacando sua ocorrência na IURD em contraposição ao sistema congregacional e horizontal da Assembleia de Deus. A IEQ segue o caminho similar ao daquela, inserindo uma estrutura especificamente política no campo estatutário. No sítio eletrônico da Secretaria Nacional da Cidadania, seu secretário geral, Reverendo Flávio Hermes esclarece os objetivos e metas do órgão e, por conseguinte, do Projeto que lhe dá nome:

trabalhar dentro do princípio da Palavra de Deus, **conscientizar o ministério e a membresia para exercer o direito à cidadania político-social**, buscar o bem-estar do povo, por meio de uma postura missionária, e colaborar com as autoridades, buscando espaços de atuação. **A meta, em curto prazo, é preparar a Igreja para o lançamento de candidatos à vereança e majoritário.** (HERMES, 2016, grifos nossos).

O então intitulado Projeto Cidadania IEQ tem sido cuidadosamente organizado e apoiado pelos diferentes níveis de organização da denominação, recebendo apoio do atual presidente do Conselho Nacional de Diretores, Reverendo Mario de Oliveira²⁵, o qual se manifesta em vídeos no Facebook que “é possível conciliar o ministério pastoral com o exercício da cidadania nos anseios da sociedade”.

As atividades da IEQ cultos, projetos, missões, entre outras – são direcionadas para espaços de divulgação em massa, de forma a serem conhecidas em âmbito nacional, estadual e municipal, em claro referencial a ser seguido por todas as igrejas e campos missionários. Esse perfil de atualização se explica pela utilização de diversas mídias, como sites, páginas nas redes sociais, timbres nos documentos e informes oficiais. O Projeto Cidadania recebeu, em razão disso, uma identidade própria, cujo selo se encontra presente em todas as ações que são realizadas por missionários, pastores que são candidatos em campanha ou em seus mandatos, e que vemos na imagem a seguir:

Imagem 7 – Símbolo do Projeto Cidadania IEQ



Fonte: Secretaria Nacional de Cidadania

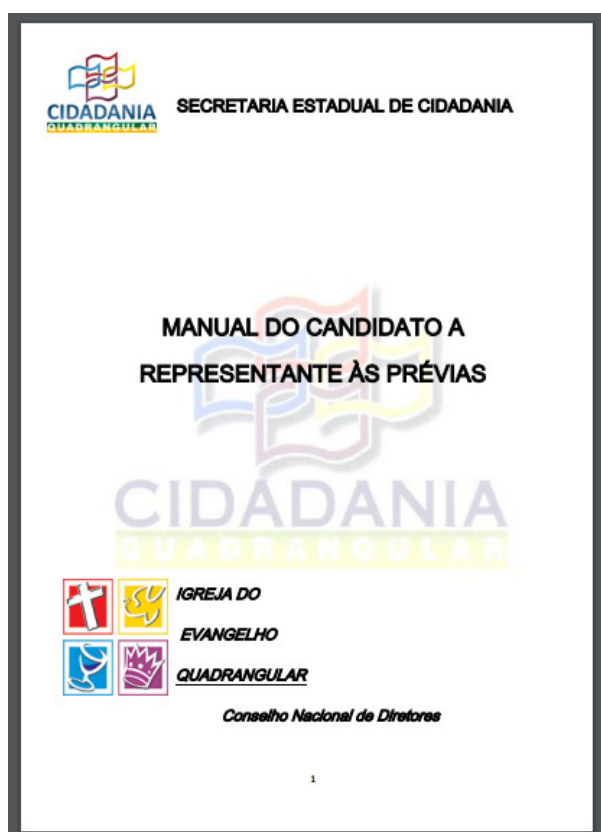
No âmbito nacional, o Reverendo Flávio Hermes é responsável por gerir o projeto, cabendo a ele fazer cumprir os objetivos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Diretores (CND), elaborar as diretrizes e as orientações normativas nacionais tanto para a escolha de

²⁵ O Reverendo Mario de Oliveira é um dos idealizadores do Projeto Cidadania IEQ em Minas Gerais (Paulo Britto, **Entrevista**, 2017), estado pelo qual foi eleito deputado federal em 1982, reeleito em 1986 (participando da Constituinte), em 1990, 1994 e 1998, 2006 e 2010, somando sete mandatos. O deputado federal pelo Pará, Josué Bengtson, que também foi eleito pelo estado da Paraíba, merece nota pois, por ocasião da manifestação de seu voto sobre a autorização do processamento do impeachment da ex-Presidente Dilma Vana Rousseff, justificou o seu “sim” por decidi-lo em favor da “família quadrangular evangélica brasileira”. O deputado federal Jefferson Campos, de São Paulo, também votou pelo impedimento da então Presidente justificando fazê-lo “pela nação quadrangular do Brasil” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

candidatos a representantes da IEQ, nas eleições majoritárias e proporcionais da federação, quanto para os procedimentos de apoio aos candidatos escolhidos, além de apresentar relatórios das atividades realizadas ao CND.

No Paraná, o pastor e deputado estadual Gilson de Souza é o responsável pela Secretaria Estadual de Cidadania e possui as mesmas atribuições do Secretário Nacional, aplicando em simetria as orientações e diretrizes que partem deste. No ano que antecede cada eleição, as secretarias estaduais se organizam e definem as regras de representação política nos moldes do Projeto Cidadania, divulgando-as na forma de manual estadual (aprovado pelo Conselho Nacional de Diretores) e realizando os denominados “Fóruns de Cidadania”, visando atender a proposta do projeto em cativar a membresia para participar do mesmo. Essas ações são desenvolvidas nas principais unidades da Federação pelas respectivas secretarias, conforme se verifica nas imagens abaixo:

Imagens 8 – Manual do Candidato IEQ de 2016



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

Na imagem 9 apresenta-se mosaico dos fóruns do Projeto Cidadania IEQ, desenvolvidos em capitais e em cidades importantes (regionais) com o intuito de fazer conhecido o projeto à membresia e de solicitar apoio aos candidatos oficiais que serão

escolhidos nas prévias. Outrossim, são realizadas atividades de orientação aos que pretendem se candidatar, prestação de contas das ações realizadas quando houver agentes religiosos em exercício de mandato eletivo, discussão sobre as agendas que serão apoiadas pela IEQ nas candidaturas, dentre outras.

Imagem 9 – Fóruns de divulgação do Projeto Cidadania IEQ



I Fórum Regional de



19 de agosto, 9h, na Catedral da Fé

Reverendo Jairo Minho
Bispo da Região 616
A Política na Bíblia: Personagens e sua atuação em favor do Povo de Deus

Pastor Cláudio Moreira
Pastor da 5a IEQ
Importância da Representação Política para a Igreja, Povo de Deus e a Comunidade

Missionário Paulo Acosta
Obreiro da IEQ Sta Margarida
A Unidade da Igreja: Esse é nosso Tempo

Reverendo Luiz Fernando
Secretário Regional Cidadania
Consciência Política: a Vitória é Nossa, Basta Trabalhar.

ENTRADA FRANCA
Av. Francisco Hermenegildo, 898 - Bairro Cidade Nova

Fonte: Acervo da Pesquisa

O manual do candidato para as eleições de 2016 é composto por orientações à membresia e um grupo de formulários e documentos a serem organizados pelo interessado, a fim de constituir um dossiê que oficializa o ensejo de participar das eleições como representante da IEQ. Entre as exigências figuram a Carta de Intenção e de Apresentação, a necessidade de que o interessado assine termo em que assume o compromisso de, caso não seja escolhido como candidato oficial da IEQ, apoiar fielmente o representante, bem como a apresentação de diversos documentos e certidões – cópia de certidão de nascimento ou casamento, identidade, CPF, título de eleitor, certificado de reservista ou de Dispensa de Incorporação, originais de folha corrida, atestado de antecedentes criminais, Distribuidor e execução criminal, Justiça Federal e Eleitoral e regularidade no SERASA e SPC.

Esse modo de seleção e fiscalização do interessado em participar como representante oficial da IEQ está relacionado com a perspectiva de que o candidato seja portador do *ethos* religioso, um ideal ascético puritano, acompanhando a percepção de atuação na política em defesa da ética e da moral pública (BAPTISTA, 2009).

O Projeto Cidadania, como concretização das finalidades da Coordenadoria de Ação Política, e se estabelecendo como atividade da membresia, teve origem no Estado de Minas Gerais, sob apoio do então deputado federal Reverendo Mário de Oliveira, hoje presidente nacional da IEQ. Sua criação teve como elemento motivacional as dificuldades de livre exercício de culto e crença, por razões ideológicas ou religiosas, e igualmente a necessidade de presença constante nos órgãos legislativos em razão de pautas que são contra os ideais de sociedade primados pela Igreja. Sobre a escolha dos representantes políticos, corroborando com o conteúdo dos manuais e dossiê de candidatura, e do Estatuto Nacional, afirmou-se:

que os interessados mandam seus pedidos para a Secretaria, eles fazem uma reunião entre os pastores e membros interessados [...] a gente recebe e decide quem vai representar. Às vezes tem prévia, mas no geral a gente já indica, porque a gente tem que cuidar do bom funcionamento do Projeto, entende? (Paulo Britto, **Entrevista**, 2017).

No Paraná, ao que parece, o projeto Cidadania IEQ tem obtido parcial êxito. Paulo César da Silva Britto – chefe de gabinete do deputado estadual Pastor Gilson de Souza e membro auxiliar da Secretaria Estadual da IEQ no Paraná – reforçou que, embora o ingresso da IEQ na política seja precedente, foi a organização dos critérios para ser candidato oficial proporcionada pelo projeto, bem como o fato de ser uma atividade desenvolvida em âmbito nacional, com unidade de propostas e agenda dos mandatários, o que permitiu a consolidação da IEQ no cenário político e gradual evolução em números de representantes eleitos. Assentindo que a Igreja não precisaria estar na política, Paulo Britto destacou que a necessidade de tal inserção surgiu das dificuldades que a IEQ possuía no campo estatal, mencionando, por exemplo, que em Curitiba houve entraves, especialmente para a regularização da obra de um templo, tendo sido necessário buscar apoio de políticos externos à IEQ. Surgiu, por conseguinte, a ideia de eleger um vereador que representasse os interesses da denominação (Paulo Britto, **Entrevista**, 2017).

Ao ser questionado do porquê ocorrer a indicação direta do representante da IEQ no pleito eleitoral pela Secretaria Estadual de Cidadania, Paulo Britto informa que:

a pessoa tem que ser fiel à Igreja, aos ideais, compromissada com eles, com as lideranças. Às vezes a pessoa é muito independente, a Igreja é só mais um campo de ação e pode se afastar. Então a gente não deixa [...] A Igreja é tudo, queremos alguém fiel a ela, às lideranças, à Secretaria de Cidadania (Paulo Britto, **Entrevista**, 2017).

A institucionalização para a política (MAINWARING, 2001) aqui observada reside na perspectiva de estabelecer uma organização estável, onde as regras de manifestação de interesse para participar do pleito e na escolha dos representantes oficiais da denominação religiosa, visam por conseguinte uma constância nas ações políticas e um quadro de previsível êxito.

Já havia membros da IEQ atuando como mandatários no cenário político, destacando-se o presidente da IEQ, porém, as definições de candidaturas, ações durante as campanhas, as agendas de mobilização e de discussão durante os mandatos ainda eram destituídas de organização e de sistematização quanto ao exercício dessa representatividade religiosa no campo político. A organização estatutária dada em âmbito nacional no ano de 1999, a qual institucionalizou a participação da IEQ no espaço público com a criação da Coordenação Nacional de Ação Política, iniciou um movimento em todo o país para a escolha de representantes da denominação religiosa na campanha eleitoral seguinte, que ocorreria no ano 2000.

Oro (2003) observa que a organização para ação política faz com que os evangélicos constituam uma fonte de mobilização de setores sociais desfavorecidos, sendo para alguns o lugar de uma primeira experiência de conversar sobre política e valorizar o voto. Na IEQ, a norma estatutária nacional impõe a fidelização de seus integrantes à candidatura oficial, sendo portanto uma ferramenta que pode influir no pleito (MAIA, 2006). A importância do projeto Cidadania IEQ, bem como o resultado de suas ações no tempo da eleição, podem ser observadas pela ocorrência de êxitos em algumas candidaturas lançadas pela denominação, exemplificadas na tabela abaixo:

Quadro 1 – Candidaturas exitosas do Projeto Cidadania IEQ

Nome	Estado	Legislatura
Senador		
1. Magno Pereira Malta	ES	2015-2018.
Deputados Federais		
1. Mário de Oliveira	MG	1983-1986; 1987-1990; 1991-1994; 1995-1998; 1999-2002; 2007-2010; 2011-2014

2. Jefferson de Campos	SP	2003-2006; 2008-2010; 2011-2014; 2015-2018
3. Josué Bengtson (Pará)	PA	1999-2002; 2003-2006; 2011-2014; 2015-2018
4. Lindomar Garçon	RO	2007-2010; 2011-2014; 2015-2018
5. Stefano Aguiar	MG	2015-2018
Deputados Estaduais		
1. Martinho Carmona	PA	1995-1998; 1999-2002; 2003-2006; 2007-2010; 2011-2014; 2015-2018
2. Antônio Genaro	MG	2015-2018
3. João Leite	MG	1995-1998; 1999-2002; 2003-2006; 2007-2010; 2011-2014; 2015-2018
4. Aílton Cardozo de Araújo	PR	2003-2006
5. Gilson de Souza	PR	2011-2014; 2015-2018
6. Waldir Agnello	SP	2003-2006; 2007-2010
7. Narcizo Luiz Parisotto	SC	1995-1998; 1999-2002; 2003-2006; 2007-2010; 2011-2014; 2015-2018

Fonte: Elaboração própria

É possível haver outros agentes religiosos que atuaram nos pleitos representando a IEQ ou indicados pelo referido projeto institucional, contudo as informações oficiais não são disponibilizadas com facilidade, dependendo-se do cruzamento de dados dispostos na rede mundial de computadores²⁶.

No Estado do Paraná, o primeiro candidato oficial do Projeto Cidadania IEQ foi o deputado eleito em 2002, Aílton Cardozo de Araújo. Nas eleições de 2006, o deputado Aílton tentou a reeleição, mas a IEQ apontou como candidato oficial o Pastor Fernando Guimarães, o qual obteve apenas 9.204 votos, enquanto aquele obteve 21.538, ficando como suplente – o último eleito da coligação, João Douglas Fabrício, obteve 29.553 votos. Em razão dessa estratégia adotada, a IEQ ficou sem representante na legislatura 2007-2010 da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

As indicações, apoios e determinados êxitos nos pleitos eleitorais também são identificados nas campanhas proporcionais em âmbito municipal. Particularmente em 2016, com as candidaturas impulsionadas e acompanhadas pela Secretaria Estadual da Cidadania, a qual aprovou diversas delas em todo o Estado do Paraná, obteve-se mais de 450 interessados em participar das eleições municipais como representantes da IEQ, atingindo-se a meta de que

²⁶ Através de pesquisa na rede mundial de computadores, embora sem receber resposta oficial das Secretarias de Cidadania de cada unidade da Federação, notou-se notícias sobre apoios a candidatos pela IEQ e conferiu-se com o resultado eleitoral e composição do Senado Federal, Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas. Os nomes apresentados na tabela são aqueles em que se pode confirmá-los mediante o cruzamento das informações encontradas, especialmente no endereço eletrônico <http://52ieq.com.br/candidatos_ieq.htm>.

houvesse ao menos um em cada município do Estado do Paraná em que esteja instalado um Templo Quadrangular. No periódico Folha Quadrangular, publicado semestralmente pela Coordenação Estadual Paranaense da IEQ, a primeira edição de 2017 deu destaque aos êxitos obtidos no pleito de outubro de 2016, tendo sido eleitos, dentre os seus representantes oficiais, 1 prefeito, 23 vereadores e 08 suplentes.

Imagem 10 – Relação de eleitos pela IEQ no Paraná



**CONFIRA ABAIXO OS
CANDIDATOS ELEITOS**

VEREADOR	CIDADE	CANDIDATO	PARTIDO	CIDADE	CANDIDATO	PARTIDO
	Cascavel	Celso Dalmolin	PR	Nova Esperança	Mauricio Gaona	DEM
	Castro	Jovenil	PTN	Pato Branco	Professor Moacir	PMDB
	Carambeí	Irmão Jeverson	PDT	Piraquara	Pastor Valdeci	SD
	Colombo	Pastor Jerçon	PSL	Ponta Grossa	Pastor Ezequiel	PRB
	Curitiba	Dr. Wolmir Aguiar	PSC	Quedas do Iguaçu	João Carlos	PSD
	Dois Vizinhos	Dr. Benini Junior	PRB	Rio Negro	Dr. Rodrigo	PSD
	Fazenda R. Grande	Policial Batista	PMN	Santo A. do Caiuá	João Buchudo	PSC
	Flor da S. do Sul	Professor Chorna	PSC	São J. dos Pinhais	Pastor Gilmar	PSC
	Guaraqueçaba	Julhardy	PSDB	Teixeira Soares	Professor Claudinei	PMN
	Jacarezinho	Pastor André	DEM	União da Vitória	Pastora Sandra	PSDB
	Marialva	Luciano Grudi	PSC	Ventania	Juninho	PR
	Morretes	Pastor Deimeval	PTB			
PREFEITO	CIDADE	CANDIDATO	PARTIDO			
	Rio Branco do Sul	Gibran Jonhsson	PSC			

Fonte: Adaptado de Folha Quadrangular (2017, p. 5)

Em Campo Mourão, igualmente notou-se os passos para a consolidação do Projeto Cidadania IEQ desde sua instalação, dada pela alteração estatutária de 1999. [Segundo Pastor André Portes e Pastor Valdir Modesto](#), na campanha para a legislatura 2001-2004, os pastores do município receberam a orientação do Conselho Estadual de Pastores e da Coordenação Regional de Ação Política para a realização de uma prévia, com a finalidade de que fossem indicados aqueles que seriam os agentes religiosos no tempo de eleição pela IEQ. Durante a organização da referida prévia, havia a intenção de que o escolhido fosse alinhado com o embrionário Projeto Cidadania da IEQ, o que não se percebeu dentre os interessados, pois cada um possuía um projeto pessoal de campanha e legislatura.

Considerando que o candidato oficial da IEQ deveria ser fiel aos ideais políticos da Igreja, obediente às diretrizes morais da mesma e alinhado às atuações das Secretarias

Estaduais e Nacionais de Cidadania, houve sugestão de que, pelo tempo de IEQ na cidade e pela relevância que possuía entre os fiéis, fosse indicado o Pastor André Luis Portes. O Pastor aceitou a incumbência, em razão do apoio dos demais pastores, bem como por entender que se tratava de oportunidade para empenhar-se contra as desigualdades, a pobreza, a marginalização, a violência, frentes que são, para os membros e fiéis da IEQ, uma luta em nome da justiça divina e, no exercício da cidadania, o instrumento em que conseguem fazer o “mundo de Deus” (Pastor André Portes, **Entrevista**, 2017).

Embora não tenha sido eleito no pleito municipal de 2000, o Pastor André Luis Portes fez 527 votos, que o colocaram como 1º suplente do vereador eleito pelo PPS, Sidnei Jardim, tendo o substituído na vereança em 2003/2004, porque o titular assumiu cargo comissionado em secretaria municipal. O fato foi abordado pelo sítio eletrônico “Boca Santa”, um dos principais meios de comunicação da cidade e que aborda a política local, dentre outros assuntos:

Imagem 11 – Nota do Boca Santa de 02 de abril de 2002



Fonte: Adaptado de Walter (2003)

Após um período na vereança, o Pastor André assumiu a Secretaria de Fiscalização, Controle e Ouvidoria no último semestre de 2004, a convite do então prefeito Tauillo Tezelli.

Para o pleito seguinte, referente a 2004, o candidato oficial da IEQ já havia sido definido e divulgado na mídia em agosto de 2003²⁷ – Izidoro Bueno, servidor público

²⁷ Essa notícia foi veiculada pelo Portal Boca Santa, em 28 de agosto de 2003, na Coluna n. 858, ano 3 por Sidirlei Sauer Walter (2003), disponível em: <<http://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbWlyb3RhaUB6aHo66666YWQ9NTQ4ODEmbHVtb3RlX29kYWVpZT0zNTM>>. Acesso em: 22 jan. 2018

municipal e anterior coordenador regional de ação política da Igreja Quadrangular, recebendo apoio do Pastor André Luís Portes. A definição desta candidatura oficial também foi abordada pelo principal blog de notícias políticas, que também informou uma prévia com 11 (onze) pastores da IEQ na cidade²⁸, destacando a atuação do então representante estadual da Igreja do Evangelho Quadrangular na Assembleia Legislativa, à época deputado, Aílton Araujo – ex-presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba e assessor do atual deputado Gilson de Souza, na referida escolha do agente religioso a ser apoiado pela IEQ em Campo Mourão:

Imagem 12 – Visita do deputado Aílton Araújo em 30 de julho de 2003



Fonte: Adaptado de Walter (Boca Santa, 2003)

O candidato oficial da IEQ em 2004, concorrendo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi, portanto, Izidoro Bueno, utilizando-se do nome político “Irmão Izidoro Bueno”, obtendo 367 votos e ficando como suplente do seu partido²⁹. Em 2008, a indicação oficial, e também a suplência, se repetiram com o mesmo candidato, que obteve na ocasião 347 votos.

Nas eleições de 2012, o candidato oficial da IEQ em Campo Mourão foi o Pastor Geber Nasser, cuja candidatura foi sugerida pelo deputado estadual Gilson de Souza – atual Secretário Estadual de Cidadania, como já mencionado – e oficializada na Convenção

²⁸ A consulta ao sítio eletrônico Boca Santa é dificultada pelo fato de que o seu autor, Sidirlei Sauer Walter, conhecido por Sid Sauer, escrever em forma de notas, e por vezes o mesmo assunto possui suas informações distribuídas em diversas delas. Sobre a prévia da IEQ, em que se informam a participação dos onze pastores, pode-se consultar o seguinte endereço eletrônico da rede mundial de computadores <<http://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbWlyb3RhaUB6aHo6666YWQ9NTM0MDAmbHVtb3RlX29kYWNPpZT0zNzQ>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

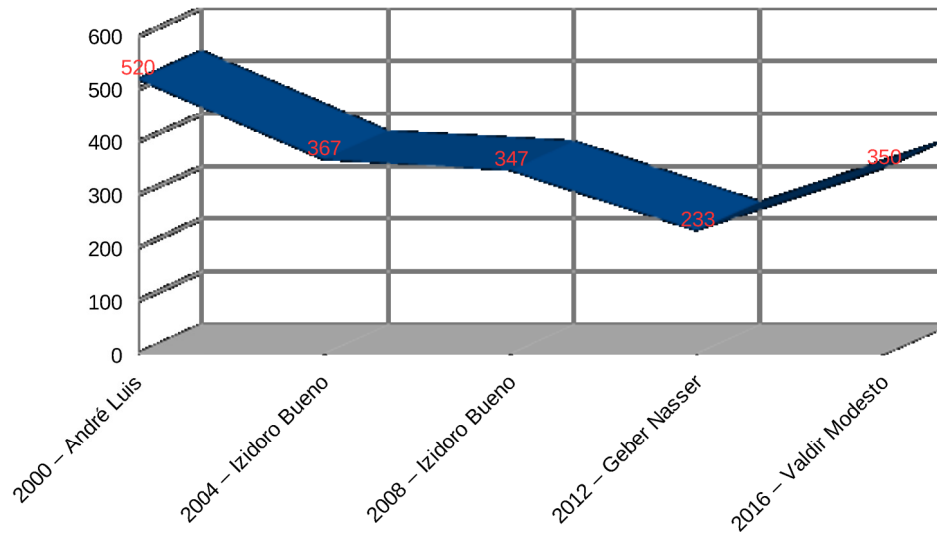
²⁹ Quando concorreu novamente, no pleito de 2008, ainda que candidato oficial da IEQ, não utilizou a expressão irmão em seu nome político, novamente alcançando a suplência, pelo PTB, com 347 votos.

Estadual. Disputando as eleições pelo PSC, obteve 233 votos, não alcançando suplência. Naquela ocasião, o Projeto Cidadania tinha a pretensão de eleger 100 vereadores no Estado do Paraná. A candidatura do Pastor Geber no legislativo foi acompanhada pela de outra integrante da IEQ, no âmbito do executivo: a Pastora Jurema Portes, que, por pertencer ao PPS, partido ao qual o Pastor André, seu marido, é filiado, foi convidada pela coligação para que fosse a candidata a vice-prefeita. A solicitação para participar do pleito foi realizada no dia da respectiva convenção partidária e no prazo final para a inscrição das candidaturas, e tomada da decisão se deu sem o conhecimento da Igreja, a qual ficou sabendo no domingo, pelos jornais (Pastor André Portes, **Entrevista**, 2017).

Por fim, nas últimas eleições municipais, em 2016, o Pastor Valdir Modesto – que era presidente da Frente Cristã Evangélica de Campo Mourão e integrante do partido político da candidata de situação e pretendente à reeleição – foi escolhido como representante oficial da IEQ, por ter sido o único membro que solicitou à Secretaria Estadual de Cidadania a inscrição para concorrer à prévia, atendendo os requisitos do Projeto Cidadania IEQ inseridos no manual do candidato. No pleito, o pastor obteve 350 votos, alcançando a suplência de seu partido, o Partido da República.

Em Campo Mourão, desde o início da implantação do Projeto Cidadania IEQ, em 1999, houve lançamento de candidatura oficial da denominação religiosa ao legislativo (de 2000 a 2016). Em um total de cinco pleitos, foram 4 representantes oficiais que figuraram nas apostas da Secretaria Estadual de Cidadania. Contudo, até o último pleito, o de 2016, não houve nenhum representante eleito diretamente e o desempenho eleitoral dos agentes religiosos da IEQ, que pode ser visualizado no Gráfico 1, demonstra que o processo de participação política da IEQ em Campo Mourão ainda se encontra em desenvolvimento:

Gráfico 1 – Desempenho dos agentes religiosos oficiais do Projeto Cidadania IEQ em Campo Mourão



Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico mostra declínio de votos entre os agentes religiosos oficiais da IEQ, com uma relativa recuperação nas eleições de 2016. O panorama referente à inserção dos evangélicos na política – presente também em outros contextos e em outras denominações religiosas – é discutido por Tadvald, o qual afirma que:

Apesar da religião ser tida como uma espécie de sementeira de novas energias, não obstante quando adentra o campo político, ela também não parece estar imune aos efeitos degenerativos deste campo [...] A regeneração da imagem dos políticos evangélicos – o que permitiria uma retomada do espaço público perdido por estes nas últimas eleições [...] passa por um sofisticado arranjo discursivo [...] da sua cúpula institucional para seus adeptos (TADVALD, 2006, p. 87).

As observações de Tadvald (2006) coincidem com a reconfiguração da IEQ, a partir da qual se busca o espaço público através de um projeto verticalizado, do nacional para o local, mediante diretrizes e ferramentas da instituição religiosa, elaboradas pelas respectivas Secretarias Nacional e Estaduais.

Como já mencionado, o projeto Cidadania IEQ manteve participação em todos os pleitos proporcionais em Campo Mourão desde 2000, na busca pela representatividade política almejada pela denominação religiosa, mas os próprios candidatos informam que não são todos os fiéis que veem com bons olhos suas participações neste campo público (Pastora Jurema Portes, 2016; Pastor Valdir, 2016; Pastor André Portes, 2017). A relação candidatura-igreja, bem como o acionamento da religião nos materiais de campanha não têm sido garantia

de votos e apoios para a vitória, sendo necessários outros elementos que ativem o carisma e a representatividade eleitoral.

Na tabela a seguir, nota-se a proporção entre o número de fiéis da IEQ e o número de votos obtidos por cada um dos candidatos oficiais da denominação, que atuaram nos pleitos legislativos municipais de Campo Mourão mediante apoio do Projeto Cidadania:

Quadro 2 – Proporcionalidade de votos dos candidatos ligados ao Projeto Cidadania IEQ

Nome	Pleito	Partido	Nº de votos	Nº de fiéis	Proporção
Pastor André Luis Portes	2000	PPS	520	2.171	23,95%
Izidoro Bueno	2004	PTB	367		16,90%
Izidoro Bueno	2008	PTB	347		15,98%
Pastor Geber Nasser	2012	PSC	233		10,73%
Pastor Valdir Modesto	2016	PR	350		16,12%

Fonte: Elaboração própria³⁰

Não obstante o planejamento da IEQ na definição de nomes para participar dos pleitos, o que se percebe é a variância de agentes religiosos em cada um deles, talvez decorrentes de disputas (ou falta de consensos) internas, o que pode ser um dos fatores que contribuem para que até o presente momento não se tenha construído uma campanha sólida e eleitoralmente exitosa, em comparação a outras campanhas lançadas pelo Projeto Cidadania IEQ em outras localidades.

Enquanto Pastor Valdir estava à frente do Projeto Cidadania IEQ em Campo Mourão, dele sendo o representante oficial para o pleito legislativo de 2016, a Pastora Jurema Portes, pastora auxiliar da 1ª IEQ de Campo Mourão desde 2012 e que já havia figurado como candidata a vice-prefeita nas eleições de 2012, construiu parte de sua trajetória sócio-política desenvolvendo projeto distinto, contudo igualmente relevante.

Percebendo que apenas uma movimentação eleitoral envolvendo seus fiéis seria insuficiente para o êxito no pleito eleitoral, e na esteira do projeto nacional da IEQ “Ame sua cidade e ore por ela”, pretendeu dar uma nova faceta à participação da denominação na sociedade mourãoense. Atendendo à finalidade de uma conexão entre a igreja e a sociedade, por meio da atividade missionária, da oração e aproximação espiritual, a pastora incorpora ao projeto um viés político e suprapartidário.

O “Ame sua cidade e ore por ela” passou a ser projeto nacional em 2013, quando a Secretaria Geral de Missões – órgão com a atribuição de criar, elaborar e divulgar campanhas para missionários nacional e internacionalmente – o formulou com o objetivo da prática da

³⁰ Para o número de votos, utilizou-se os dados do TSE constantes no Gráfico 1. Quando aos dados de fiéis da IEQ, são referentes às estatísticas do IBGE Cidades, as estimativas e os Censos.

oração em favor da urbe, com papel dúplice de atrair o olhar das pessoas para a IEQ e dos membros desta para os problemas públicos, decorrendo naturalmente na ampliação da participação dos fiéis e pastores nas atividades públicas. O logotipo utilizado em camisetas e faixas, acompanhado ou não de fotos de uma cidade em plano de fundo, é apresentado na Imagem 13:

Imagem 13 – Mosaico com as divulgações do Projeto “Ame sua cidade e ore por ela”



Fonte: Dados da pesquisa

Muito embora tivesse a intenção de promover a participação político-social de seus fiéis, especialmente considerando o comando estatutário de ter a IEQ uma tarefa de docência para capacitá-los ao exercício da cidadania, a Pastora Jurema Portes entendeu que seu projeto deveria também se diferenciar do Projeto Cidadania IEQ, por compreender que a atividade não deveria ser desenvolvida somente no seio da Igreja, como também expandida para a sociedade em geral, alinhando tal propósito com a ideia de utilização das mídias para a pregação evangélica, tal como realizado pelos pioneiros da IEQ nos Estados Unidos e no Brasil.

Novaes (2002) já observa que a atuação dos evangélicos na urbe e nas periferias, especialmente nas regiões carentes, promovendo práticas assistenciais e mobilizando as comunidades por ela assistidas, forma movimentos sociais atuantes na esfera pública, promovendo o avanço da ação evangélica para a esfera política. É dentro deste contexto que é criado o Projeto “Amigos da Cidade”, idealizado pela Pastora Jurema e por ela levado a cabo após sua participação como candidata a vice-prefeita, nas eleições de 2012. Utilizando um dos canais televisivos locais – a TV Carajás, emissora sediada em Campo Mourão, que opera no

canal 2 VHF e é afiliada da TV Brasil – a pastora criou um programa de entrevistas, sendo a pauta padrão de apresentação da atração assim dividida, conforme se apresenta no Quadro 3:

Quadro 3 – Script do Programa “Amigos da Cidade” de Campo Mourão

Primeiro bloco	Segundo bloco	Terceiro bloco	Quarto bloco
Anúncio do conteúdo do programa	Leitura de passagem bíblica e oração	Entrevista com convidado	Mensagem final

Fonte: Dados da pesquisa

O programa era transmitido ao vivo, de segunda a sexta-feira, com início às 08 horas da manhã e com duração de trinta minutos, sendo retransmitido na Rádio Difusora Colmeia, estação regional AM 850. A maioria de suas entrevistas, que variavam de temática para ampliar o campo de telespectadores, tinha foco em questões sociais, políticas e jurídicas, com o intuito de conscientização da importância da cidadania ou, nas costumeiras palavras da apresentadora, “de ser um amigo da cidade, de querer e fazer ela crescer, ser um lugar melhor para viver, um lugar abençoado”.

Seguindo um papel socializador, consistindo no que Deloye (2002, p. 185) aponta como uma “integração do indivíduo a uma comunidade religiosa que informa, de maneira prioritária, o conjunto dos seus sentimentos e atitudes a serem adotados”, o programa televisivo apresentava uma imagem do evangélico, notadamente o quadrangular, porque a Pastora Jurema fazia menção à sua Igreja, e transmitia o ideal de que o bom cristão é um bom cidadão, atuante na esfera pública. Servindo como um espaço de discussão e mediação das intercorrências sociais, o Projeto “Amigos da Cidade”, ao mesmo tempo em que dava projeção social à Pastora Jurema, tinha o condão de representar a IEQ, inserindo-se em duplo desafio:

um desafio pastoral e religioso evidentemente, mas também [...] um desafio propriamente político, se entendemos [...] o desejo de participar da recomposição das relações Estados-sociedade civil e de aproveitar destas. (PALARD, 2006, p. 16).

O programa foi transmitido pela televisão até dezembro de 2016, ocasião em que a pastora resolveu reformular o projeto, em razão dos crescentes custos de transmissão, passando a desenvolvê-lo através de plataforma de rádio on-line. Para a continuidade das atividades, reorganizou um sítio eletrônico e montou, no escritório da 1ª IEQ de Campo Mourão, as instalações para a gravação e transmissão do programa pela internet. O layout da

página eletrônica do Projeto Amigos da Cidade passou a ser conforme a Imagem 14, utilizando-se um desenho muito próximo ao Projeto “Ame sua cidade e ore por ela”:

Imagem 14 – Sítio eletrônico do Projeto “Amigos da Cidade” de Campo Mourão



Fonte: <<http://www.amigosdacidadecm.com.br/>>

Note-se que o símbolo do projeto, apresentado no canto superior esquerdo do sítio eletrônico, é composto por uma representação gráfica de uma urbe e que recebe os contornos geográficos do município de Campo Mourão, com duas mãos que a seguram, para fins de transmitir a ideia de cuidado, zelo. A Pastora Jurema Portes, em entrevista, declarou que o objetivo “é realmente mover pessoas de mesmos ideais, em espírito de cidadania” (Pastora Jurema Portes, **Entrevista**, 2016).

No sítio eletrônico oficial do “Amigos da Cidade” em Campo Mourão, apontam-se a visão e os valores do projeto, informando que sua missão é: a) utilizar os meios de comunicação para atrair e inspirar; b) conscientizar os cidadãos dos seus direitos e responsabilidades na construção de uma sociedade mais justa, solidária e participativa; c) promover o potencial do cidadão de forma integral; d) treinar, capacitar e certificar os “Amigos da Cidade” e; e) desenvolver eventos, cursos, palestras, conferências, workshops, congressos e feiras, transmitindo os valores de cidadania.

Não é possível afirmar se houve uma influência do projeto da Pastora Jurema na criação do projeto “Ame sua cidade e Ore por ela”, organizado nacionalmente, mas as similitudes no desenvolvimento das atividades chamam à atenção, sendo pertinente ressaltar

ainda que, durante a campanha eleitoral de 2016, a candidata saiu em carreatas e passeatas utilizando a camiseta do projeto nacional, conforme veremos no próximo capítulo.

* * *

Ao seguir os passos da fundadora da *International Foursquare Church Gospel*, mediante uso de tendas improvisadas à semelhança dos circos itinerantes, a Cruzada Nacional de Evangelização conquistou diversos seguidores, dando ensejo à consolidação da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil aproveitando-se de um cenário de diversificação religiosa e se distinguindo da majoritária tradição católica, especialmente nos pequenos grupamentos urbanos. No Paraná e em Campo Mourão, a instalação da IEQ foi efetivada de forma gradual, recebendo uma nova direção com a estruturação nacional em 1999, a partir da edição de seu Estatuto Nacional. A nova roupagem dada pela institucionalização estatutária estabeleceu a participação da Igreja no campo político-social, especialmente na interação com as funções do Estado, caracterizando-a como atribuição do integrante e de sua membresia. A importância na colaboração com a sociedade e seus mecanismos instituídos, ao ser tomada como diretriz, trouxe um protagonismo da denominação no campo da política formal – notadamente em eleições – que permitiu à Igreja do Evangelho Quadrangular estar em consonância com o movimento de participação política dos evangélicos.

Para disseminar a referida proposta nacional de participação ativa na política, foram criadas a Coordenação de Ação Política e a Secretaria de Cidadania, as quais lançaram o Projeto Cidadania IEQ, tendo como foco organizar as diretrizes para os candidatos oficiais da Igreja, especialmente seu processo de indicação e fidelização de apoio pelos demais. Incentivou-se também a criação de projetos locais para o cumprimento das normas estatutárias e da ressignificação da participação junto às cidades, o que motivou a criação do projeto “Ame sua cidade e ore por ela”, nacionalmente, e o Amigos da Cidade em Campo Mourão.

Os dois projetos da IEQ, o local – Amigos da Cidade –, de autoria da Pastora Jurema, e o nacional – Cidadania IEQ –, que nas eleições de 2016 em Campo Mourão ficou sob responsabilidade do Pastor Valdir Modesto, têm sido instrumentos de divulgação da própria denominação religiosa no município, como também de motivação e conscientização da membresia acerca da interação entre o campo religioso e o público, através de atividades sociopolíticas.

Em 2016, os dois projetos, liderados localmente por dois candidatos vinculados à IEQ, que inclusive se dispunham em campos partidários opostos na disputa eleitoral – conforme

veremos mais adiante –, foram importantes instrumentos de acionamento da religião na campanha, nas definições dos apoios políticos, e na comprovação da importância social e do perfil ativo da IEQ no município estudado.

CAPÍTULO 3

O ACIONAMENTO RELIGIOSO E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR NO TEMPO DA POLÍTICA

Com o objetivo de compreender o modo como a religião é acionada no tempo da eleição e partindo da compreensão de que a inserção da IEQ no campo político tem se traduzido em uma atividade vertical e organizada, realizamos, neste capítulo, uma análise comparativa da atuação de dois agentes religiosos da referida denominação nas eleições proporcionais de Campo Mourão em 2016: Pastor Valdir e Pastora Jurema. Destaca-se não somente a implementação dos Projetos Cidadania IEQ e Amigos da Cidade, como também os escopos das campanhas, por eles protagonizadas, ao legislativo municipal. Neste sentido, abordamos o cenário político, as informações e trajetória política dos candidatos selecionados, bem como os acionamentos da religião durante a campanha eleitoral.

Os dois pastores da IEQ disputaram a eleição para vereador em 2016: Pastor Valdir Modesto, responsável pela 5ª IEQ no município e candidato oficial, pertencente ao grupo político de situação; Pastora Jurema Portes, pastora auxiliar da 1ª IEQ, candidata não-oficial e do principal grupo político de oposição³¹. Em razão da estrutura de coordenação política que é característica do Projeto Cidadania IEQ, a Secretaria de Cidadania Estadual aprovou o pedido de Pastor Valdir Modesto, tornando-o candidato oficial da Igreja nas vésperas das Convenções Partidárias de julho daquele ano. Aliás, seu pedido de apoio à IEQ foi o único apresentado no prazo estipulado pela Igreja. Ademais, a mesma Secretaria da Igreja permitiu que a Pastora Jurema Portes também lançasse seu nome, embora como candidata não oficial, talvez tendo como justificativa a manutenção de candidatos nos dois principais campos de disputas, garantido, de alguma maneira, que sairia vencedora do pleito.

Essa divisão política entre os dois pastores já havia sido destacada nas eleições municipais de 2012, quando Pastor Valdir trabalhou politicamente pelo mesmo partido da então candidata ao executivo, Regina Dubay, e Pastora Jurema, pelo partido de seu então colega de chapa ao executivo, Tauillo Tezelli. O certo é que o cenário de disputa nas eleições de 2016 era marcado pela rivalidade política destes dois grupos partidários – como veremos

31

Houve também um outro candidato da 1ª IEQ, Renato da Van. Contudo sua votação foi inexpressiva e, ainda, o candidato não acionou elementos religiosos em sua campanha. Sua participação na eleição não seria percebida por nossa investigação – que tematizou os agentes religiosos – se não fosse a menção da Pastora Jurema por ocasião da entrevista, que ocorreu na semana antecedente à eleição.

com mais vagar a seguir –, especialmente porque, por ocasião daquela última eleição, a parceria Regina Dubay e Pastor Valdir Modesto saiu vitoriosa.

É este cenário de conflito autorizado pelo tempo da eleição (PALMEIRA, 2010), com uma disputa entre dois pastores da mesma denominação, no caso, a IEQ em Campo Mourão, que procuramos compreender na sequência.

3.1 O tempo da política nas eleições municipais de Campo Mourão em 2016

Para compreender o *locus* de estudo e o cenário em que os agentes religiosos vinculados à IEQ se inserem, importa trazer em destaque alguns elementos acerca do estado das coisas durante as eleições de 2016.

O município de Campo Mourão, emancipado em 10 de outubro de 1947, está localizado no Estado do Paraná, na mesorregião centro-ocidental, distante 456 quilômetros da capital Curitiba. Possui população estimada pelo IBGE-Cidades (2016) em 93.547 pessoas e, segundo o TRE-PR (2016), contou com 60.121 eleitores aptos para votar no pleito de 2016.

No campo político, desde as eleições 1992, há dois grupos partidários que por algum tempo predominavam nas campanhas eleitorais: um encabeçado pelo hoje deputado federal Rubens Bueno – prefeito em 1993/1997 – e seu pupilo político e atual prefeito Tauillo Tezelli – mandatário do Executivo entre 1997 a 2005 e eleito em 2016. O outro grupo político é liderado por Nelson José Tureck, prefeito entre 2005/2012.

Nas eleições de 2000, o então prefeito Tauillo obteve a reeleição pelo Partido Popular Socialista (PPS) – organização política à qual se mantém filiado, junto com o deputado Rubens Bueno, até os dias atuais. Em 2004, o PPS lançou Douglas Fabrício (hoje deputado estadual licenciado e Secretário Estadual do Esportes e Turismo do Governo Beto Richa) como candidato ao executivo municipal, que, contudo, perdeu as eleições para Nelson Tureck, à época filiado ao PSDB. Este último, prefeito eleito na ocasião, encabeça o segundo grupo político que alcançou êxito em eleições e vem disputando o poder municipal de 2004 a 2016. Essa divisão política entre o PPS e Nelson Tureck – que alterna constantemente de partido – demarcada nas eleições de 2004, considerada por muitos³² como a mais acirrada da história política mourãoense, se manteve em todos os pleitos desde então, inclusive na corrida eleitoral de 2016.

³² Informação obtida através da observação participante, em conversa com candidatos e coordenadores, nos comitês de campanha.

Em 2008, com nova filiação (PMDB), Nelson Tureck obteve a reeleição, derrotando Tauillo Tezelli; em 2012, logrou a vitória de sua vice-prefeita e principal representante política, Regina Massaroto Bronzel Dubay, tendo como opositor o mesmo candidato do PPS.

Vale dizer que, no ano de 2010, os ânimos políticos, que já eram altos em razão da reeleição de Nelson Tureck em 2008, foram aflorados pelo deferimento da cassação do segundo mandato deste e de sua vice Regina Dubay, ocasião em que o juiz eleitoral determinou a posse do segundo colocado, Tauillo. Superada judicialmente em grau de recurso, as eleições de 2012 foram marcadas pela acusação de tentativa de “golpe” dos opositores de Regina Dubay.

Em razão da rivalidade mantida pelos contendores políticos, já era esperado que nas eleições de 2016 entrasse em cena o mesmo embate, numa repetição do cenário estabelecido nos últimos anos, no qual se identifica um grupo liderado por Tauillo Tezelli (PPS) e outro liderado por Regina Dubay (PR) e Nelson Tureck (PEN).

Essa demarcação era tão clara que, em Campo Mourão, não houve prévias intrapartidárias, apenas aclamação dos candidatos através das lideranças dos partidos, que levavam as propostas de coligações para seus afiliados. No momento das convenções partidárias, ocorridas durante o primeiro semestre de 2016, os afiliados políticos de cada grupo se reuniram apenas para verificar as coligações e os pré-candidatos a vereador. O único impasse se dava em razão da indicação de Nelson Tureck a vice-prefeito, uma vez que havia decisão judicial que suspendia os seus direitos políticos em Ação Civil Pública. Foi o desfecho dessa pendenga. O registro da candidatura da chapa Regina Dubay/Nelson Turek foi impugnado na Justiça Eleitoral (pelo grupo opositor liderado por Tauillo) e, embora autorizada a realizar a campanha eleitoral e ter atribuição de votos na urna, estes não podiam ser computados até confirmação da impugnação da chapa em grau de recurso no Tribunal Regional Eleitoral da capital ou pelo Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília.

Geralmente há uma terceira via nas eleições – comuns desde a consolidação democrática da Constituição de 1988 – mas em Campo Mourão tais candidaturas eram comumente inexpressivas em voto, ajustes e esforços políticos. Em 2016, no entanto, o pleito foi distinto dos tempos precedentes, uma vez que a organização em torno da 3ª via possuía um arranjo político estadual forte, especialmente pelo PSC, partido de apoio do governo estadual, além de uma 4ª via composta por um partido único. Portanto, além dos dois grupos partidários locais tradicionais, tivemos outros dois grupos na disputa majoritária, ficando assim constituídas:

a) Regina Dubay, com seu vice Nelson Tureck, na coligação formada por PR, PEN, PROS, PMN, PRB, PDT, PT, PMDB, PTN e PC do B, com a denominação “Campo Mourão pronta para o futuro”;

b) Tauillo Tezelli, com Beto Voidelo, na coligação “Campo Mourão para frente outra vez”, formada por PPS, PRP, PSDB, DEM, PRTB, PMB, PSL e SD;

c) Rodrigo Salvadori, com Isidoro Moraes, em “Novo Campo Mourão – respeito e tradição”, coligação formada por PSB, PSD, PTB, PP, PT do B, PV, PHS e PSC; e, por fim,

d) Professor Evaldo Bertoldi e André Luiz Alves, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), os quais não apresentaram coligação.

Até então, não havia surgido um grupo político que embaralhasse a dicotomia apresentada (PPS - Tauillo x Regina/Tureck). Este cenário mudou justamente nas eleições de 2016, sendo válido mencionar que a candidatura constituída por Rodrigo Salvadori/Isidoro Moraes ganhou muitos simpatizantes e eleitores nos últimos dias do pleito, ocorrido em 3 de outubro daquele ano, como veremos a seguir. A terceira via encabeçada por Rodrigo Salvadori era ativa nas acusações de propinas que envolviam a prefeita à época Regina Dubay (de quem Salvadori havia sido vice-prefeito), bem como pela crença do desgaste político sofrido por Tauillo Tezelli, em razão das consecutivas derrotas e da crise financeira que atingiu sua empresa, a Fertimourão.

O grupo de Tauillo tentou impedir o nascimento de uma terceira via política logo aos cinco meses antes do pleito, vez que, com o discurso de união da oposição em prol de Campo Mourão, buscava aliança junto ao Partido Social Cristão (PSC), presidido por Osni Menezes (que já concorrera para prefeito em 2012). O PSC, por sua vez, em razão do apoio do deputado estadual Márcio Nunes, decidiu montar via alternativa, motivo pelo qual Osni Menezes deixou a presidência local do referido partido, desfiliando-se. Com a troca da presidência do partido e a formação da aliança com o Partido Social Democrático (PSD), e fechada questão com o apoio à pré-candidatura ao governo do Estado a Ratinho Júnior, e pondo como cabeça-de-chave o ex-vice-prefeito de Regina Dubay, o empresário e advogado Rodrigo Salvadori (PSD).

Embora uma quarta chapa tenha efetuado registro eleitoral à vaga do Executivo, do Professor Evaldo Bertoldi, o partido PSOL atuou isolado, sem o lançamento de candidaturas próprias ao legislativo, não possuindo tradição política no município, além de apresentar uma

campanha modesta em termos de quantidade de pessoas envolvidas e recursos financeiros, obteve 1.144 votos e ficou em quarto na corrida ao executivo municipal³³.

Com duas linhas oposicionistas bem fortes e estruturadas, somada às fortes críticas da população e rejeição apontada em pesquisas de opinião, a candidata à reeleição ficou apenas em 3º lugar no pleito, com 11.374 votos. A disputa foi mais forte entre o tradicional grupo do PPS e o inovador do PSD/PSC, com o primeiro levando a melhor com 20.965 votos (51,43%) contra 18.656 votos (45,76%) de Salvadori.

É neste cenário político que os agentes religiosos aqui investigados, vinculados à IEQ, lançaram suas candidaturas ao legislativo. Entendemos que essa configuração auxilia na compreensão das nuances no modo de condução das campanhas políticas de tais candidatos, bem como no acionamento da religião durante estas, ajudando a compreender as razões e o envolvimento da IEQ no pleito eleitoral de 2016.

Em relação ao legislativo municipal, temos 13 cadeiras disponíveis, para as quais 162 candidatos – 10 deles buscando a reeleição³⁴ – concorreram numa proporção de 12,46 por vaga, disputando o voto de 60.121 eleitores. Esse panorama estabelecia uma meta aos candidatos da coligação em obter capacidade eleitoral de mais de 463 votos para haver chances de êxito³⁵.

Especificamente no que tange à eleição para o legislativo municipal, em vista de identificar os agentes religiosos no tempo da eleição, foi necessário o acompanhamento de todos os elementos que compõem a arena política, uma vez que o acesso a informações por meio das denominações religiosas era restrito, justificado pelo temor que muitos dos candidatos possuíam de ver sua candidatura impugnada pela relação entre a mesma e a sua instituição religiosa.

Deferidos os registros de candidatura, e iniciado o período de propaganda eleitoral, além da tradicional gravação em vídeo para o horário eleitoral gratuito, os candidatos fizeram

³³ Conforme os dados lançados pelas coligações na Prestação de Contas ao Tribunal Superior Eleitoral, a campanha do Professor Evaldo Bertoldi custou R\$ 3.996,20, número bem inferior aos demais candidatos ao pleito, vez que Regina Dubay teria gasto R\$ 431.475,55, Rodrigo Salvadori R\$ 546.844,02 e Tauillo Tezelli R\$ 455.611,84. Observe-se que a legislação eleitoral fixa teto de gastos em 70% do maior gasto da campanha anterior, e para 2016 perfazia a quantia de R\$ 731.138,37. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2016/2/74837/candidatos>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

³⁴ Os três vereadores que não pretenderam reeleição foram Pedrinho Nespolo – envolvido com uso irregular da máquina pública e com turbulências políticas provocadas por um processo de cassação de mandato –, Isidoro Moraes – que integrou chapa com Rodrigo Salvadori, como vice-prefeito –, e Professora Vilma, que pretendeu abrir espaço político a outro integrante do PT.

³⁵ Para obter essa projeção, as coligações dividem o número de votantes (60.121) pelo número de cadeiras (13). Essa operação resulta o quociente eleitoral máximo (4.624). Essa é a meta geralmente estabelecida por um partido político para obter uma vaga na Casa Legislativa. Considerando que para obter a vaga o candidato deve obter 10% do quociente eleitoral, se fazia necessário um mínimo de 463 votos por candidato da coligação/partido.

uso da distribuição de materiais impressos, *perfurades*, passeatas e carreatas, visitas em residências e estabelecimentos comerciais, bem como publicações de vídeos, fotos, mensagens e materiais eleitorais na rede social Facebook. Tais materiais foram coletados e encontram-se disponíveis para pesquisa junto ao acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

A limitação dos custos da campanha – à razão de 70% do maior gasto declarado no município na campanha de 2012 para vereador – fez com que os comitês, por uma questão de redução de gastos – que também se exigiu pela diminuição de repasses partidários, novas restrições a financiamento de campanha e o curto período eleitoral –, padronizassem a identidade política dos vereadores com a campanha majoritária, buscando inclusive reforçá-la, emitindo santinhos, colas para votos, *perfurades* com o mesmo layout.

A diferença entre os materiais de campanha dos candidatos de mesmo grupo político se localizam naturalmente nas fotos, pela vestimenta e acessórios, e pelo currículo de vida e político que algumas coligações permitiram. Alguns candidatos fizeram material próprio, uns obedecendo a mesma composição gráfica do comitê, outros diferenciando em detalhes que colaborassem com a melhor identificação de seu perfil.

Em contrapartida, houve uma predominante utilização das redes sociais como instrumento de divulgação das atividades de campanha, das propostas de trabalho e do próprio material impresso por replicação.

Em sua maioria, os candidatos postaram fotos de suas visitas em residências e estabelecimentos comerciais, passeatas e carreatas com apoiadores – inclusive com fiéis e pastores – e várias delas possuíam apenas referência ao empenho à candidatura, sem manifestar diretamente o vínculo religioso, sendo necessário, por muitas vezes, a busca do perfil dos que aceitavam tirar fotos com os candidatos para a confirmação da existência do vínculo religioso entre candidato e apoiador.

Vários candidatos inclusive manifestaram que o Facebook permitia a disseminação das informações e até o barateamento da campanha, graças ao alcance de um número muito maior de pessoas e da diminuição da quantidade de impressões realizadas nas gráficas, permitindo ainda a personalização de alguns mecanismos de campanha, já que os comitês das majoritárias primavam pela padronização e pela preferência aos candidatos a prefeito e vice³⁶.

³⁶ O Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de poder já vem investigando a participação dos evangélicos nas eleições proporcionais de Campo Mourão desde 2008, tendo sido notada a reeleição de dois assembleianos no pleito de 2016 (MEZZOMO; PÁTARO, 2017; MEZZOMO; PÁTARO; ONOFRE, 2014).

3.2 Agentes religiosos em campanha: a IEQ no espaço político mourãoense

Em que pese as ações para ter um representante oficial para cada cargo em disputa nos pleitos eleitorais, a IEQ em Campo Mourão se destacou pelo fato de que dois de seus agentes religiosos disputaram a atenção, o apoio e o voto do eleitorado para alçar uma cadeira no legislativo municipal: um deles, Pastor Valdir, sendo o candidato oficial indicado pela denominação à sua membresia como opção no projeto político da mesma – Projeto Cidadania IEQ –, e o segundo, Pastora Jurema, candidata não-oficial e responsável pelo projeto “Amigos da cidade”.

Pastor Valdir e Pastora Jurema, durante os 45 dias que compreenderam o período eleitoral, organizaram suas campanhas com utilização destacada do acionamento religioso em suas ações, declarando abertamente o vínculo com a IEQ, bem como construíram sua identidade política na esteira de projetos institucionais da Igreja, como o Cidadania IEQ e Amigos da Cidade. Destaca-se, outrossim, a curiosa rivalidade entre os candidatos, que extrapola o seio denominacional, fato que será abordado a seguir, conforme se busca problematizar a construção do referido cenário.

3.2.1 Pastor Valdir: uma candidatura da Igreja Quadrangular com “esperança no futuro”

Pastor Valdir Modesto, teólogo e tecnólogo em Gestão Pública, casado, nasceu em 04 de março de 1963 em Campo Mourão. É pastor titular da 5ª Igreja do Evangelho Quadrangular, da qual participa desde 1988 – contando, portanto, com 28 anos de IEQ na época do pleito eleitoral –, já tendo atuado como pastor em Araruna e São Pedro do Ivaí, municípios que ficam, respectivamente, a 22 e 90 quilômetros de Campo Mourão.

Na administração pública, havia atuado em cargo de comissão – livre admissão e exoneração – como chefe do Departamento de Fomento Agropecuário da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente em Campo Mourão, durante o governo de Regina Dubay, até a época da descompatibilização³⁷ para concorrer às eleições municipais. Preparando o seu nome para a política desde que iniciou a trabalhar no setor público, foi em 2016 que buscou, pela primeira vez, disputar a vereança pelo Partido da República (PR), tendo obtido, conforme apuração do TSE, um total de 350 votos e não sendo eleito.

A candidatura do Pastor Valdir foi lançada pelo comitê responsável pela realização da convenção da coligação da candidata à prefeita Regina Dubay em 30 de julho de 2016 e, como estratégia inicial de divulgação, fez uso de vídeos no Facebook para transmitir

³⁷ A descompatibilização, ou desincompatibilização, é o procedimento de afastamento exigido ao exercente de atividades específicas arroladas na legislação eleitoral, como a de cargos comissionados, para que possa participar do pleito.

mensagens de solicitação de apoio, visando cativar o voto dos fiéis da denominação e demais evangélicos. Cervi, Massuchim e Campos (2016) compreendem que os conteúdos postados na rede social, ante a exposição que ela disponibiliza, acabam sendo de maior interesse por parte daqueles que a acompanham e, portanto, com maior probabilidade de serem selecionados para ocuparem tal espaço e ganharem maior visibilidade, na medida em que os usuários da rede social podem atribuir valor à publicação, “curtindo” ou compartilhando as postagens efetuadas. É através de uma postagem realizada em sua página pessoal na rede social Facebook que Campo Mourão passa a perceber com mais ênfase o projeto nacional da referida denominação, intitulado Projeto Cidadania IEQ, mediante divulgação de vídeos de apoio, estratégia pouco usual nas eleições anteriores.

Utilizando o mecanismo de unificação de postagens, a hashtag #ProjetoCidadaniaIEQ, o presidente nacional da IEQ, Pastor Mário de Oliveira, divulgou apoio aos candidatos oficiais da denominação no Facebook e, em razão do Pastor Valdir sê-lo em Campo Mourão, o vídeo foi compartilhado pelo mesmo, seus integrantes de campanha, apoiadores e auxiliares:

Imagem 15 – Postagem Projeto Cidadania IEQ realizada em 26 de setembro de 2016



Fonte: Perfil social do Facebook de Pastor Valdir Modesto
Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

No vídeo, o presidente do Conselho Nacional de Diretores da IEQ dirige-se aos membros da Igreja com a seguinte fala:

Na esperança de que todos vocês estejam agora gozando de saúde, paz e muitas bênçãos eu quero lembrar que nós estamos na reta de chegada, é a

última semana que temos para fazer um esforço muito especial **em favor dos nossos candidatos**, os nossos candidatos a vereador, **o nosso projeto de cidadania tem que ser um projeto vitorioso**. Por esta razão amigos, irmãos, companheiros vamos fazer um esforço, é última semana que temos para fortalecer e garantir o nosso projeto de cidadania **elegendo os nossos candidatos a vereador**. Estamos contando com você. (Rev. Mário Oliveira. Material de Campanha do Pastor Valdir, 2016, grifos nossos).

Além desse vídeo de apoio vindo da cúpula nacional, a estrutura estadual também se movimentou em favor do Projeto Cidadania da IEQ e, por conseguinte, da candidatura do Pastor Valdir através de um vídeo de apoio do deputado estadual Gilson de Souza³⁸ – também Secretário Estadual de Cidadania no Paraná e, em virtude disso, notadamente conhecido no meio evangélico –, o qual traz a seguinte mensagem:

Olá gente querida de Campo Mourão, aqui quem fala é o deputado estadual Gilson de Souza e eu venho humildemente **pedir o teu apoio ao meu amigo, ao meu irmão**, Pastor Valdir, que concorre a vereador com o número 22909. Pastor Valdir eu conheço, é um **homem de bem**, é um homem **de família**, um homem **comprometido com os valores cristãos**, e ele pretende prestar um serviço ainda maior e melhor para a cidade de Campo Mourão, cidade que ele tanto ama. [...]. É alguém competente, com a **vida ilibada**. Este eu apoio, e peço o teu voto para Pastor Valdir, número 22909. **Deus abençoe a você a sua família** (Gilson de Souza apud Valdir Modesto. Material de Campanha, 2016, grifos nossos).

Pelas referidas publicações realizadas no perfil da rede social Facebook do candidato Pastor Valdir, nota-se a relevância do Projeto e da estrutura da Igreja como suporte e instrumento de divulgação institucional de sua campanha, sendo catalisador do capital político, igualmente demonstrando a organização da IEQ em torno de seu projeto sociopolítico.

A institucionalização da participação política é traçada por Oro (2001) e Mariano (2006) como ferramenta manejada para construir um eleitorado cativo e atender a proposta de êxito eleitoral. A capitalização eleitoral por tais meios era pretendida em 1999 – por ocasião da normatização das finalidades sociopolíticas da IEQ – e identificada pela utilização dos principais gestores do Projeto Cidadania IEQ, no âmbito estadual e nacional deste. A este respeito, vale destacar que é sobremaneira importante para um fiel a palavra do dirigente máximo de sua denominação religiosa, e a presença do presidente nacional na “linha do

³⁸ Reitera-se, conforme visto no capítulo anterior, que o deputado Gilson de Souza é o responsável, no âmbito estadual, pelo funcionamento do Projeto Cidadania IEQ, tendo importante peso nas decisões sobre as candidaturas oficiais a serem chanceladas em todo o território de atuação de sua Secretaria Estadual da IEQ.

tempo” do candidato a vereador que pertencente à sua denominação é similar a um chamado missionário, utilizando-se o carisma que aquele possui (MIRANDA, 1999).

Noutra esteira, a participação do Reverendo Mário Oliveira e do Pastor Gilson de Souza podem ser um indicativo das reflexões trazidas por Miranda (1999, p. 97) de que “os principais interessados na inclusão da política como objeto de reflexão e, conseqüentemente, de discussão, em meio carismático, parecem-me ser aquelas lideranças que pleiteiam mandatos eletivos e que buscam construir suas candidaturas com base na pertença religiosa”.

Buscando aumentar sua projeção política e eleitorado, Pastor Valdir não se limitou ao apoio da Igreja Quadrangular, vindo a obter espaço também junto à Igreja Batista. Esta interação entre evangélicos de diferentes denominações para apoio de um determinado candidato não é incomum, e representa a instrumentalização da religião como recurso de campanha que pode ultrapassar os dogmas ou limites institucionais das denominações, em nome de uma agenda comum que é constituída (CAMPOS, 2006; MACHADO, 2006; FRESTON, 1993). O apoio da Igreja Batista foi identificado porque o candidato, mediante autorização desta, passou a compartilhar as atividades em vídeo do projeto denominado “Conectando Campo Mourão”, organizado de forma diversificada por vários membros daquela denominação, especialmente Edwin Ferraz, pastor titular da Primeira Igreja Batista de Campo Mourão, citado pelo candidato como seu apoiador.

O referido projeto faz matérias, em molde de entrevistas ou quadros de exposição individualizada³⁹, sobre diversos assuntos religiosos e, através de seu perfil na rede social, Pastor Valdir compartilhou, na semana antecedente ao pleito, o quadro gravado em vídeo em 8 de julho de 2016 por Edwin Ferraz, intitulado “Política e religião se misturam? O que você sempre quis saber”, na intenção de legitimar sua ação para os fiéis da IEQ e demais evangélicos. A partir do questionamento se religião e política podem coexistir no mesmo espaço e se o pastor, membro ou fiel pode ocupar-se das atividades eleitorais e partidárias, o Pastor Edwin Ferraz gravou dentro do templo de sua igreja a resposta para tais indagações, como se verifica na Imagem 16, feita através da captura do vídeo disponibilizado na rede mundial de computadores, através da rede de *video streaming*⁴⁰ Youtube:

³⁹ Refere-se ao tipo de gravação de curta duração em que o entrevistado recebe uma única pergunta, utilizando o tempo de vídeo para expor sua opinião sobre o tema.

⁴⁰ Ainda sem tradução equivalente para o português, o *video streaming* é uma tecnologia de transmissão digital audiovisual que não exige que se realize a descarga dos dados no computador pessoal (download), podendo ser feita “ao vivo” ou gravada pelo usuário, bem como compartilhada pelas principais redes sociais como Facebook e Twitter.

Imagem 16 – Captura de vídeo utilizado pelo Pastor Valdir em sua campanha



Fonte: Adaptado de Edwin Ferraz (2016)

O Pastor Edwin Ferraz inicia o vídeo afirmando que “não existem seres apolíticos, todos nós exercemos política”, citando como exemplo a política da boa vizinhança, política da família, afirmando que a relação social é ação política. Aduz ainda que todos “temos a nossa devoção, até quem não gosta, ou não ama Deus ou não tem intimidade com Deus, ele tem fé em alguma coisa, tem fé que Deus não existe; então a parte religiosa faz parte da essência, da natureza humana”. Expõe que a Bíblia mistura religião e política, pois aponta as lideranças “usadas”, “convocadas por Deus”, colocando inclusive Jesus como ser político, exemplificando também nas personagens bíblicas Moisés e Profeta Jeremias, o qual teria sido:

desafiado num momento difícil do país, num momento de corrupção, de degradação moral, e ele aceita o desafio [...] promove, pode olhar na Bíblia, a primeira greve que existe, ele desafia as pessoas, convoca o país, confronta os governadores, os líderes, se torna um líder, toma o poder. Só que aí que está o diferencial, a Bíblia mostra que em momento algum ele usufrui daquilo que o poder colocava nas mãos dos líderes [...]. Jeremias não adquiriu terras, nem comeu dos manjares que eram oferecidos [...] muitas vezes nós confundimos as coisas porque não discutimos política, discutimos eleição (Pastor Edwin Ferraz apud Valdir Modesto. Material de Campanha, 2016).

O Pastor Edwin Ferraz conclui seu vídeo dizendo que a Bíblia traça esse padrão de moralidade do político, afirmando que, pelo país ter aproximadamente 55 milhões de evangélicos – o IBGE aponta um número próximo a 43 milhões –, a ação na política por esta população “de pessoas honestas e fazendo a diferença” pode ser a oportunidade que Deus dá para mudar as coisas e “sermos salvos”⁴¹.

O uso das mídias sociais para a divulgação das campanhas eleitorais já havia sido notado em diversos trabalhos que acompanharam as últimas três eleições realizadas pelo TSE – 2010, 2012 e 2014 –, dentre os quais destacamos as pesquisas de Pires (2013), Ferreira (2013), Bianchini (2013) e Eufrazino (2015), tendo sido destacado, por Braga e Becher (2013), o uso intenso do Facebook como a principal ferramenta digital.

Contudo, as tradicionais práticas de campanha apontadas por Palmeira (2002) e Peirano (1998) se mantêm, motivo pelo qual o grupo partidário do Pastor Valdir ofereceu material impresso de divulgação em idêntica quantidade e design dos demais candidatos da coligação: *perfurades* e a tradicional cola para votação, acompanhada de fotos dos candidatos a prefeito e vice, sua foto e seu número de candidatura, além do símbolo de partido. O material continha a identificação do codinome eleitoral “Pastor Valdir” e das palavras “Atitude no presente, esperança no futuro”, slogan de sua campanha:

Imagem 17: Captura da arte utilizada no *perfurade* de campanha do Pastor Valdir



Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

A mensagem inserida em todos os materiais de campanha é vaga quanto à concepção de futuro à qual o candidato está se referindo. Em sua entrevista, ele deixou ainda mais dúvida,

⁴¹ Outros vídeos são identificados na mesma rede de *streaming* de vídeos, inclusive um gravado por Silas Malafaia, Pastor ligado à Assembleia de Deus, principal denominação religiosa em número de adeptos e de políticos eleitos no país.

podendo ser compreendido tanto como o futuro da sociedade e do município, como o do Projeto Cidadania IEQ, ou até mesmo o seu futuro.

O material de campanha utilizado no início da corrida eleitoral era discreto e tinha como acionamento religioso apenas o uso da expressão pastor, dada a similitude dos impressos entregues pelos comitês, conforme já dito. Isso motivou o Pastor Valdir a elaborar um *layout* próprio, que o diferenciasse dos demais candidatos. Às suas expensas, realizou a distribuição de novos materiais entre apoiadores, sempre utilizando sua conta de perfil pessoal na rede social Facebook para ampliar o espectro de ação de sua campanha.

O processo de personalização do material de campanha ampliou o uso dos signos religiosos, especialmente aqueles aproximados à IEQ, tendo se destacado o modo de apresentação de seu número de candidatura, 22.909, nas cores vermelho (22), amarelo (9), azul (0) e roxo (9), bem como a borda de apresentação da foto grafada com as mesmas cores. Trata-se de acionamento de recurso religioso identificável e de elevada significação àquele que pertence à sua denominação religiosa, ou daquele que possui conhecimento de que ditas cores, na respectiva ordem, são identificadoras da mesma, isto é, da IEQ. Veja-se a Imagem 18 a seguir:

Imagem 18 – Material personalizado da campanha do Pastor Valdir



Fonte: Perfil pessoal do Facebook de Pastor Valdir
Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

Note-se que estas cores fazem parte do símbolo e estandarte da denominação religiosa (Imagem 19). Ainda que estilizado das mais diversas formas, sempre se fazem presente ou ao fundo, ou no próprio símbolo em questão, as cores supra relatadas:

Imagem 19 – Símbolo da Igreja do Evangelho Quadrangular



Fonte: Postagem no sítio eletrônico da IEQ
Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

Nas duas últimas semanas do período de propaganda eleitoral, em razão da nova roupagem dos materiais de campanha do Pastor Valdir, o acionamento dos signos da IEQ foi notado com maior precisão, inclusive com alteração dos *perfurades* para veículos automotores, que passou a ter uma apresentação mais vívida e moderna, distante dos modelos padronizados do seu comitê de campanha:

Imagem 20 – *Perfurade* da campanha com signos da IEQ



Fonte: Material de Campanha do Pastor Valdir
Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

Como candidato oficial da IEQ, escolhido pelo Projeto Cidadania, ao se observar as características do material de campanha do Pastor Valdir, nota-se uma distinção com o modo de acionar a religião pelos outros agentes religiosos oficiais da denominação nas outras campanhas, como se exemplifica na Imagens 21 e 22, onde o recurso era apenas a utilização da expressão Irmão ou Pastor:

Imagens 21 e 22 – Recursos gráficos utilizados nas campanhas de Izidoro Bueno (2004)⁴² e Geber Nasser (2012)



Fonte: Imagem cedida por Izidoro Bueno; Perfil Pessoal do Facebook de Geber Nasser (2012).
Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

Além do uso da rede social Facebook, Pastor Valdir utilizou-se de outros instrumentos de campanha, como o contato corpo-a-corpo, visitando residências de fiéis – os quais convidavam amigos e parentes para compartilhar a palavra e divulgação da campanha –, bem como participando das carreatas realizadas pelo comitê da campanha majoritária. Continuou fazendo suas atividades pastorais – sem contudo presidir o culto, considerando o impedimento legal –, e a trabalhar no grupo de recuperação de dependentes químicos.

Notou-se, através do acesso aos perfis pessoais na rede Facebook, que, embora contando com o apoio de pastores e integrantes de outras IEQ's, a maioria dos auxiliares de sua campanha eram participantes da 5ª Igreja do Evangelho Quadrangular, que postavam – conforme se vê na Imagem 23 – as razões e motivos para a escolha do Pastor Valdir como o seu candidato. O principal coordenador da campanha era o Pastor Machado, que recebia os interessados em trabalhar como cabos eleitorais na sede do comitê majoritário e distribuía os materiais entre estes, incluindo-se a distribuição de “pastorzinhos”, nome dado pelos Pastores André Luiz, Machado e Valdir Modesto, ao material conhecido tradicionalmente como “santinhos”.

⁴² Não foi possível obter a imagem de candidatura de Izidoro Bueno em 2008, contudo em conversa informal, o candidato mencionou que usou os mesmos recursos, apenas retirando a expressão “irmão” por acreditar que ela poderia limitar o acesso ao eleitor.

Imagem 23 – Colagem da captura das postagens de apoiadores do Pastor Valdir



Fonte: Perfis pessoais na rede social Facebook de Danilo Moura e Marcelo da Luz (2016)
Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

Em entrevista realizada por ocasião de nossa pesquisa, Pastor Valdir informou que o pleito de 2016 era a sua primeira vez como candidato a vereador, que começou a pensar em candidatura quatro anos antes – tempo em que trabalhou como comissionado na prefeitura – e até pensou em não utilizar o termo Pastor em seu nome de urna, porém percebeu que assim é conhecido pelas pessoas e decidiu manter tal nome político. Enfatizou que, se não ganhasse, não concorreria novamente, uma vez que a experiência eleitoral não lhe seduzia. Questionado sobre sua equipe de trabalho, afirmou que era composta por três pessoas remuneradas pelo comitê e cinco voluntárias⁴³, retificando a informação de que, informalmente, existiam várias pessoas que se propuseram a auxiliar. Ademais, alegou que não recebeu nenhum apoio financeiro além do fornecido pelo partido.

Por trabalhar em casas de recuperação a drogaditos, Pastor Valdir pretendia usar o mandato para auxiliar as pessoas com dependência, destacando ser este o diferencial de sua campanha para com a de outros candidatos; queria deixar um legado, tendo como sonho

⁴³ Uma das estratégias de campanha era a distribuição de “pastorzinhos/santinhos” nos dias de culto das IEQ’s pelos seus auxiliares, especialmente colocando o material preso nos limpadores de para-brisas dos automóveis estacionados próximos ao templo.

construir uma casa de recuperação em Campo Mourão que comportasse internações compulsórias, afirmando que a função política de vereador poderia contribuir para a concretização.

A respeito de sua possível atuação como vereador e a interação dessa atividade com a religião, Pastor Valdir informou que buscaria agir em prol do município, evitando se opor a projetos e a coisas que trouxessem benefícios a todos, sem trabalhar em prol de um partido, e sim de forma independente. Ainda, segundo o próprio candidato, a religião teria apenas o papel de fornecer a ética, de modo que seu conhecimento religioso e sua postura como pastor ajudariam a manter sua integridade diante de qualquer situação que pudesse surgir:

Nós vivemos em sociedade e eu acredito que na sociedade todos temos direitos e têm também os seus deveres. Então, quando a gente for tratar algum assunto polêmico, a gente tem que se desvincular de qualquer grupo, de qualquer interesse, e procurar ver o interesse do outro. Ver porque ele está reivindicando aquilo ou que benefício vai trazer, ou o que vai acontecer com o grupo dele e a consequência disso tudo para a sociedade. [...] não podemos criar guetos e ficar ali trabalhando em prol dos próprios interesses, porque isto não é sociedade. (Valdir Modesto. **Entrevista**, 2016).

Embora o candidato tenha mencionado que trabalharia em prol da sociedade, vale observar que se trata do empenho para o que é sua visão de sociedade, sem a pluralidade de valores que se espera com tal discurso, afinal o mesmo não teria identidade e nem sairia em defesa de grupos distintos daquilo que se enquadra na sua compreensão de moral religiosa, como por exemplo, diante daqueles que defendem o aborto, discutem o reconhecimento de gênero, dentre outros.

O apoio da IEQ à sua candidatura ficou bem evidente no relato do próprio candidato, ao assentir que:

dentro do nosso estatuto foi criado há alguns anos atrás a Secretaria de Cidadania e Ação Política. Então em todas as cidades a Igreja do Evangelho Quadrangular lança seus candidatos apoiados pela Igreja e dá aos seus membros uma opção de votar nos candidatos da Igreja. A minha candidatura é totalmente apoiada pelo Ministério da Igreja Quadrangular de Campo Mourão. [...] Tem seis igrejas do Evangelho Quadrangular em Campo Mourão, eu sou da Quinta, mas eu sou o candidato que representa as seis igrejas em Campo Mourão (Valdir Modesto. **Entrevista**, 2016).

Ao ser abordado sobre a outra candidata com vínculo com a IEQ – Pastora Jurema –, mas sem a capacidade representativa oficial da denominação, Pastor Valdir disse que, acima

de qualquer estatuto está a Constituição Federal, ou seja, todo brasileiro com idade para se candidatar pode fazê-lo, não havendo qualquer rusga pela atuação daquela no campo político.

Ao concluir a entrevista, afirmou que a experiência de campanha lhe deixou feliz porque ela não o seduziu, traçando que:

imaginava que eu precisasse mais desse mandato pra fazer o que eu faço, mas eu vejo que eu posso continuar fazendo sem ele. Então isso aí me dá uma segurança maior, porque eu sei que, chegando lá, eu não vou ter que me manter no poder, eu não preciso disso. Estando no poder ou não estando, eu vou continuar fazendo o que eu faço. Eu acho que a corrupção parte daí, da pessoa querer se manter, aí ela paga qualquer preço ou compra ou recebe para poder se manter no poder. O poder seduz. Já pra mim, não me seduz. (Valdir Modesto. **Entrevista**, 2016).

Pastor Valdir não obteve êxito em votos para alcançar a vaga de vereador no pleito eleitoral de 2016, mas, em conversa informal após a divulgação dos resultados, declarou que é outra a vitória que conseguiu, na medida em que mostrou o seu trabalho de Igreja e ampliou o seu campo de ação religiosa, além de ter dado destaque à palavra cristã e arregimentado novas pessoas para o rebanho da IEQ.

Por fim, podemos dizer que a campanha do candidato oficial da IEQ teve o acionamento da religião – pelo uso da expressão evangélica “Pastor” e das cores que compõem os signos do ministério quadrangular –, mas o que mais se destacou foi o uso dos instrumentos institucionalizados pela denominação, através do Projeto Cidadania IEQ incluídos os apoios das lideranças eclesiais. A indicação oficial também lhe permitia o trânsito entre os fiéis, tanto da 5ª IEQ quanto das outras seis IEQ’s espalhadas pelo município, para que pudesse apresentar sua campanha, suas propostas, além de atuar com a chancela e credibilidade dada pela Igreja, tanto no âmbito estadual como nacional.

3.2.2 Pastora Jurema Portes e o chamado para sermos amigos da cidade

Jurema Lopes Lorena Portes, curitibana, nascida em 16 de agosto de 1962, é professora e integrante do ministério da IEQ desde 1989, quando veio para Campo Mourão com o seu marido, o Pastor André Luis Portes, para consolidar a 1ª Igreja do Evangelho Quadrangular da cidade. Assim como o Pastor Valdir, Pastora Jurema é graduada em Gestão Pública em um centro universitário privado do município, possui dois filhos e um neto.

Iniciou sua participação na política partidária em 2012, concorrendo ao cargo de vice-prefeita, conforme já mencionado. Sua principal atuação extramuros da Igreja consiste na execução do “Projeto Amigos da Cidade”, cujo objetivo é promover consciência espiritual e

política na sociedade mourãoense, utilizando-se de programa televisivo e radiofônico para transmissão de cultos da 1ª IEQ e entrevistas dos mais variados temas, tendo por predileção a abordagem de assuntos de utilidade social e os relacionados ao cenário político e à participação dos cidadãos neste.

A execução dessa atividade televisiva e radiofônica partiu de convite da própria Igreja, justamente pelo ingresso da candidata nas eleições de 2012 e o impacto observado em razão disso. A IEQ não tomou a frente, apenas autorizando a criação do projeto, que recebeu o nome “Amigos da Cidade”. Foi o canal televisivo local, a TV Carajás, que tem um parente do prefeito Tauillo como sócio, que lhe forneceu os instrumentos de trabalho. Sobre isso, a Pastora Jurema menciona:

aceitei esse espaço, não deixando de ser a pastora e de ter a postura religiosa também, dentro do programa, porque dentro do programa eu trago uma base bíblica, eu trago um momento da oração, mas eu trago o momento da informação que leva o cidadão a conhecer-se [...] não é um programa político no sentido de uma plataforma política, nunca foi [...]. Não é partidário, exatamente. É um programa para mexer realmente com esse nosso “ser político” de cada um (Pastora Jurema. **Entrevista**, 2016).

A decisão de se lançar no pleito proporcional de 2016 fora impulsionada pelo fato de ter sido candidata a vice-prefeita na eleição anterior, somado ao conhecimento angariado com a frequência em curso superior de gestão pública, que lhe sinalizou o quanto um vereador ou prefeito pode fazer pela cidade. Tais razões consolidaram sua vontade de participar, somadas ainda:

a necessidade da mudança da cidade e a necessidade de que o candidato que eu apoio, para prefeito, que ele tivesse a maior força possível pra chegar à prefeitura e questioneei, então, o grupo, se eu poderia acrescentar se eu sáísse candidata a vereadora e o grupo de primeira mão disse que eu poderia acrescentar. E eu entendo hoje, até mesmo dentro do trâmite, que os candidatos a vereadores podem acrescentar mais que o candidato a vice-prefeito. [...] em questão de votos, o candidato a vereador contribui muito mais para o prefeito, para chegada desse prefeito ao poder (Pastora Jurema. **Entrevista**, 2016).

Embora acalentada a hipótese, não foi possível que Pastora Jurema figurasse como candidata oficial da IEQ, afirmando que não teve conhecimento do prazo para a submissão da Carta de Interesse de Candidatura junto à Secretaria Estadual de Cidadania da IEQ, não participando, portanto, das prévias – quando seria escolhido o representante oficial da Igreja. Diante desse cenário e com o ensejo de participação no pleito eleitoral mantido, em razão da

qualidade de membro em atividade pastoral da 1º IEQ, levou seu pedido de apoio ao superintendente regional da Igreja, autoridade regional a que todos os pastores de um conjunto de templos devem obediência hierárquica, obtendo êxito na autorização para que fosse candidata, contudo sem apoio institucional.

Por ocasião da Convenção Partidária que lançou a coligação de apoio a Tauillo ao Executivo, realizada aos 30 de julho de 2016, no salão de gala do Clube 10 de Outubro – tradicional associação recreativa localizada no centro de Campo Mourão –, cada um dos pré-candidatos a vereador era anunciado pelo mestre de cerimônias e se dirigia ao púlpito para falar as primeiras palavras em prol da campanha. Toda a atividade política também foi filmada por uma equipe contratada pelo Comitê Partidário e utilizada como material na campanha majoritária e proporcional. Na ocasião, Pastora Jurema, com vestimenta social escura, quando anunciado seu nome, apresentou-se portando a Bíblia Sagrada que utiliza em seu ministério. Foi muito aplaudida pelo público que se encontrava do meio para o fundo do salão, especialmente por um grupo de simpatizantes de aproximadamente 40 pessoas, vestidos com uma camiseta preta com os dizeres “Amigos da Cidade”. Nessa ocasião, a pré-candidata levantou a Bíblia Sagrada sobre sua cabeça, no famoso sinal de avante, e iniciou seu discurso de que a caminhada realizada na campanha anterior – referindo-se a 2012, quando foi candidata a vice de Tauillo – permitiu-lhe conhecer a cidade como verdadeiramente se deve, mencionando que “nesse novo momento, a Pastora Jurema não poderia ficar de fora [...] porque foi uma conquista dos amigos da cidade, que a cidade tem muitos amigos e os Amigos da Cidade não podem ficar de fora” (Pastora Jurema. Vídeo de Campanha, 2016). No vídeo, a candidata faz clara referência ao projeto de conscientização religiosa e política e ao programa televisivo que possui. Afirmou também:

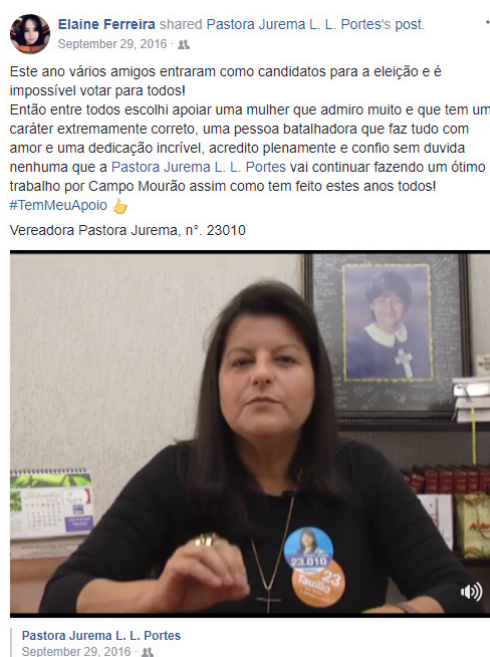
Alguns dizem: pastora não deveria estar nesta situação. Eu encerro minha fala dizendo: Pastora tem que estar! [aumentando o tom de voz e bradando a Bíblia ao alto diz:] E tem que trazer Deus para esta situação! Tem que mudar o quadro de Campo Mourão, do país e da nação (Pastora Jurema. Material de Campanha, 2016).

A fala feita pela Pastora Jurema traduz uma espécie de programa político das denominações religiosas na política, uma vez que essa arena, antes entendida como profana e corrompida porque sujeita às influências demoníacas e, inicialmente, cenário proibido de atuação do evangélico, do “sujeito de Deus”, passa agora a ser o foco de atuação dos

religiosos. De espaço mal visto, passa a ser um alvo de moralização, de limpeza, de luta, repetindo-se o discurso de que a atuação evangélica no campo político o alça ao campo da boa aventura, do ideal, identificado nas pesquisas de Mariano (2016, 2005), Campos (2010) e Tadvald (2006).

A candidata também publicou em seu perfil pessoal na rede social Facebook⁴⁴, aos 29 de setembro de 2016, um vídeo pedindo o voto ao eleitor com o acionamento de vários recursos religiosos. O vídeo, intitulado “Fé, determinação e responsabilidade”, foi gravado no seu escritório pastoral, onde se visualiza no plano de fundo e à direita do vídeo, logo acima da candidata, uma foto da mesma em trajes específicos para as missionárias da Igreja do Evangelho Quadrangular, conforme se nota na Imagem 24:

Imagem 24 – Captura de vídeo de campanha da Pastora Jurema no escritório da 1ª IEQ



Fonte: Postagem compartilhada no Facebook da Pastora Jurema (Adaptado)
Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

Mesmo que o acionamento deste recurso religioso – quadro de missionária – seja mais facilmente reconhecido pelos seguidores da respectiva denominação, a mensagem falada é sobremaneira religiosa:

Não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente. Carta do Apóstolo Paulo aos Romanos, capítulo 12, versículo 2. Somos chamados como cristãos a viver a verdade da palavra de Deus.

⁴⁴ O vídeo está disponível na linha do tempo do perfil da Pastora Jurema, através do link: <https://www.facebook.com/pastorajurema.l.l.portes/videos/977488642397762/>. Acesso em: 29 set. 2016.

Assim sendo, seu voto é importante, não venda, não negocie, não troque seu voto. Não se amolde aos padrões deste mundo. Experimente a boa, a agradável e perfeita vontade de Deus. E então, teremos uma cidade que vai trazer o bem estar pra cada cidadão. Eu sou a Pastora Jurema, meu número é 23010, e eu estou pedindo o seu voto (Pastora Jurema. Material de Campanha, 2016).

A recorrência à Bíblia e a outros meios de simbologia religiosa, tais como as práticas de linguagem – gestos, gritos, invocações, formas de cumprimento, olhares, tom de voz e utilização de adereços –, traduzem um particular processo de comunicação para auxiliar no convencimento e na construção da identidade religiosa da candidata (MIRANDA, 1999). Para Novaes (2001), não há política sem símbolos, e, ao mesmo tempo, vários recursos de fazer política advêm do campo religioso. A utilização de textos bíblicos, ou portar a Bíblia durante os atos eleitorais estão relacionados ao fato de ela “ser uma fonte de saber religioso socialmente reconhecida [...] por políticos e eleitores”, e, por conseguinte, ser “um poderoso recurso cultural para a compreensão do mundo e para ancorar escolhas religiosas com efeitos políticos” (NOVAES, 2001, p. 80).

Muito embora o candidato oficial da IEQ em Campo Mourão fosse o Pastor Valdir, Pastora Jurema recebeu apoio de integrantes da Igreja e compartilhou vídeo feito pela Pastora Damaris – expoente da IEQ em Brasília e muito conhecida dos fiéis da denominação –, a qual manifestou apoio e desejo de êxito, apresentando Jurema como aquela que possui “compromisso com a vida e com a família há muito tempo” e reforçando ao eleitor que sua candidata ao legislativo municipal em Campo Mourão é “Pastora Jurema, sem dúvida alguma, minha amiga querida” (Pastora Damaris apud Pastora Jurema. Material de Campanha, 2016).

Pastora Jurema foi uma das candidatas que mais recebeu recursos de campanha através de materiais da coligação, pois o comitê chamou os candidatos a vereadores que mais despontavam nas pesquisas de opinião – dentre estes, a própria candidata – e reforçou a quantidade de material de campanha, totalizando uma tiragem de 30 mil *flyers*. Identificamos três tipos de impressos, aproximadamente um em cada 15 dias de campanha, sendo o primeiro o material padrão, que todos os candidatos receberam: um *flyer* com a foto da candidata e do prefeiturável Tauillo no anverso, com os números de candidatura e nas cores de campanha (azul e branco). O que se nota neste material é que a candidata tirou a foto segurando a Bíblia Sagrada também na cor azul (identificada com letras garrafais douradas), conforme se verifica na Imagem 25:

Imagem 25 – Pastora Jurema e Tauillo



Fonte: Material de Campanha de Pastora Jurema obtido em 10 ago. 2016
Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

No verso do referido material, há uma mensagem do candidato a prefeito e um minicurrículo da Pastora, informando que é ministra da IEQ, casada com o Pastor André e também com os seguintes dizeres:

Em Campo Mourão desde 1989, atua como co-pastora há 27 anos na 1ª Igreja do Evangelho. Foi candidata à vice-prefeita. É fundadora do Projeto Amigos da Cidade e através dos programas de Rádio e Tv traz informação e conscientização de nossos direitos e deveres como cidadãos. É preciso participar. Não convém esperar que outros façam o que eu devo fazer, quero continuar a trabalhar com as pessoas de bem para resgatar a dignidade da nossa cidade. Dentro de todo o princípio cristão vou trabalhar por você e sua família. (Pastora Jurema. Material de campanha, 2016).

Nos outros dois materiais, manteve o padrão da foto do *flyer*, contudo o número de candidatura aumentou de tamanho, suprimindo a identificação gráfica da Bíblia e isto, ao que parece, com aparentemente intenção de precaver-se ao risco de impugnação de candidatura, por abuso do poder religioso⁴⁵.

Para informar aos fiéis que estava se candidatando⁴⁶, a Pastora distribuiu à membresia da 1ª IEQ, mesmo que na véspera das convenções partidárias, um impresso em que busca

⁴⁵ Essa possibilidade ganha força na medida em que as orientações passadas pelo Comitê de Campanha do PPS aos vereadores era para que evitassem ao máximo a utilização de recursos religiosos ou o fizessem com discrição.

⁴⁶ Pela observação participante e entrevista com o Pastor André Luis Portes, notou-se que esta estratégia era para evitar o desgaste ocorrido com a candidatura de 2012 à vice-prefeita, cujo conhecimento pelos fiéis se deu após a decisão daquela, no domingo posterior à convenção e pelos jornais impressos da cidade.

mostrar a importância do cristão participar da política e justificar sua opção. O panfleto, cuja capa traz os símbolos da IEQ no cabeçalho e fotos da sede-mãe nos Estados Unidos da América e das IEQ's da cidade, inicia a abordagem com um texto escrito por ela e pelo Pastor André, seu marido. Nele, aponta que chegou um “novo tempo para todos” e a responsabilidade de decidir entre aceitar as coisas como estão ou “agir em fé para mudar o que for necessário”. Ainda, afirma que:

Não é tempo de pensarmos apenas em nós mesmos! É preciso atender ao **apelo de Deus** e unir as forças pelo bem comum. **O Evangelho precisa ser vivido** em sua plenitude e isso em todas as esferas da sociedade, **inclusive nas Instituições Públicas** como Prefeitura e Câmara de Vereadores. [...] Temos que aproveitar esse **novo tempo que Deus nos concede**, para avançar! Por isso, **como seus Pastores** e Amigos, **queremos pedir** que considerem o valor que Vocês tem! Não negociem **o direito sagrado de escolher seus representantes**; não troquem sua dignidade por 'um prato de lentilhas'. Não se submetam a mentiras ou ameaças; pensem em suas famílias, na escola de seus filhos, no seu bairro, na sua cidade, **na sua Igreja**. Votem com consciência (Pastora Jurema. Material de campanha, 2016, grifos nossos).

O material ainda faz remissivas ao versículo 13 do capítulo 5 do livro de Mateus, no qual Cristo informa que seus discípulos são o sal da terra, acrescentando que a única maneira de “salgar” a política é tomando uma atitude, sendo o “sal fora do saleiro”. Além de citações bíblicas, Pastora Jurema é apresentada a seus fiéis na qualidade de pré-candidata, onde afirma:

Entendo que uma sociedade justa e solidária só se constrói com os esforços de todos. Ninguém chega ao poder sozinho! Ninguém governa sozinho! Não se constrói uma cidade, sozinho! Por isso eu, Pastora Jurema, me sinto no sagrado dever de usar dos meus direitos para **contribuir, junto com outras pessoas do bem, para que nossa Cidade se torne 'o melhor lugar para se viver'**. Eis a razão pela qual sou pré-candidata a Vereadora do Município de Campo Mourão (Pastora, Jurema. Material de campanha, 2016, grifos nossos).

A habilidade para fazer a boa política, que a candidata insere em seu comunicado de pré-candidatura, destaca o *ethos* religioso traçado por Weber, e é reforçada pela concepção de que o cristão na política é uma solução para o alcance de uma sociedade melhor e, “em seus postos, eles neutralizariam as ações dos demônios, trazendo assim saúde e prosperidade para todo o país” (SIEPIETSKI, 1997, p. 54).

A candidata fez um material pré-período eleitoral dedicado a incentivar seus fiéis a participar da política e, indiretamente, apoiá-la. Embora não tenha pedido diretamente o voto,

o clamor das palavras leva a esse sentido. Ainda, envolveu os membros de sua igreja no “Projeto Amigos da Cidade”, fazendo uso não apenas do título de Pastora, como também de outros recursos religiosos, como um colar com crucifixo e a Bíblia Sagrada, além da menção do lugar de fala, isto é, de dentro e com o apoio da 1ª IEQ, igreja onde congrega há mais de vinte e cinco anos.

A Pastora Jurema, especialmente ao se comparar com o Pastor Valdir, destacou-se pela elevada utilização do Facebook durante a campanha, realizando diversas postagens híbridas (EUFRAZINO, 2015), ou seja, utilizando imagens, textos e vídeos, combinando tais recursos, e de forma diversificada, tanto em apoio ao candidato à majoritária Tauillo, quanto à sua campanha. Seu marido, o Pastor André Portes, pareceu ser seu principal cabo eleitoral virtual, porque publicava as ocorrências de campanha, tais como fotos e visitas, e replicava as palavras de apoio e encorajamento que eram inseridas na rede social, em sua grande parte por fiéis da IEQ.

A candidata montou uma equipe de trabalho composta pelas pessoas que já trabalhavam com o “Projeto Amigos da Cidade” e pelos cabos eleitorais da coligação partidária, que despendeu uma atenção especial, dando-lhe inicialmente 4 colaboradores e, na reta final e com pesquisas de opinião favoráveis, a equipe aumentou para 25 pessoas, afora os voluntários da Igreja. Pastora Jurema, ao apontar a formação da equipe e explicar sobre o perfil de atuação da 1ª IEQ, afirmou:

eu me apresentei para a liderança da Igreja que são os pastores, [...] Nunca, jamais dizendo que todos iam ter que levantar a minha bandeira [...] pedi para que cada um colocasse sua posição com respeito a isso, alguns deles [...] não eram favoráveis, mas estariam me apoiando com o seu voto, mas não com seu trabalho, porque não concordam com a pastora deles ser candidata. É uma coisa particular de cada um (Pastora Jurema. **Entrevista**, 2016).

Como podemos constatar, Pastora Jurema não afirma a integralidade do apoio dos fiéis de sua igreja, justamente porque acredita que nem todos concordam com a participação do pastor na atividade política como candidato, mas não há uma indiferença quando aqueles compõem o rol de elegíveis, demonstrando, na sua opinião, que o público evangélico quadrangular possui perfil político, aproximado com o identificado por Novaes (1985), Gomes (1996) e Bohn (2004). Ao afirmar que a igreja está quase toda com ela, reforça a percepção de que o evangélico costuma votar “em seus pares, seus irmãos e pastores” (FONSECA, 2002, p. 237), ressaltando que uma totalidade é inalcançável em razão da

pluralidade política, da democracia e que também “não há garantias de consensos entre denominações, nem de que evangélicos votem necessariamente de acordo com a orientação do pastor” (NOVAES, 2001, p. 75).

Durante a pesquisa de campo, não era possível distinguir os fiéis da 1ª IEQ e os apoiadores do “Programa Amigos da Cidade” e, considerando que os cultos realizados na 1ª IEQ eram muitas vezes transmitidos pelo programa televisivo, a identificação dos primeiros com os segundos era quase automática, como se os fiéis também fossem os “amigos da cidade”. Nas passeatas que eram realizadas, predominantemente em conjunto com o comitê e em companhia dos candidatos da majoritária, a Pastora Jurema participava com seus apoiadores e auxiliares de campanha vestidos com uma camiseta preta, com desenho de prédios ao fundo em contraste branco e com os dizeres acima da figura, “Ame sua cidade”, e abaixo da figura, e acompanhado de um coração e sinais de diástole e sístole, “Ore por ela”, símbolo do Projeto Nacional supranarrado e apresentado na Imagem 26:

Imagem 26 – Pastora Jurema e camiseta de campanha



Fonte: Material de campanha da Pastora Jurema (adaptado)
Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

Nota-se, na Imagem 26, que a pastora utiliza um crucifixo pendurado ao pescoço. Embora o uso seja comum entre cristãos, não deixa de ser o acionamento de um elemento religioso e que visa a identificação com os demais cristãos, apontando sua fé aos que lhe recebem a atenção durante as carreatas e visitas. A este respeito, Sarmiento (2007) aduz que o

crucifixo não é mero adorno, mas sim instrumento portador de forte sentido religioso, associado ao cristianismo e sua figura sagrada, Jesus Cristo:

A cruz representa, como desde sempre, um símbolo religioso específico do Cristianismo. Ela é exatamente seu símbolo por excelência [...] Para os fiéis cristãos, a cruz é, por isso, de modos diversos, objeto de reverência e de devoção. [...] Para os não cristãos ou ateus, a cruz se torna, justamente em razão do seu significado [...] a expressão simbólica de determinadas convicções religiosas e o símbolo de sua propagação missionária. Seria uma profanação da cruz, contrária ao auto-entendimento do Cristianismo e das igrejas cristãs, se quisesse nela enxergar [...] somente uma expressão da tradição ocidental ou como símbolo de culto sem específica referência religiosa (SARMENTO, 2007, p. 9-10).

Com seus auxiliares de campanha, Pastora Jurema realizou inúmeras postagens, sempre em fundo azul e com uma foto sua, porém trazendo diferentes mensagens, seguindo um tronco comum de propostas do candidato à maioria e que a candidata, uma vez eleita, cobraria sua aplicação. O acionamento da religião se dá através de postagem como a identificada na Imagem 27, que aparecia alternadamente no material, veja-se:

Imagem 27 – Postagem de minicurrículo da Pastora Jurema

VOCÊ JÁ ME CONHECE?
Permita que eu me apresente:

- Sou natural de Curitiba - PR.
- Nasci em 16 de Agosto de 1.962.
- Sou cristã, Ministra do Evangelho.
- Atuo como Co-pastora na 1ª Igreja Quadrangular de Campo Mourão há 27 anos.
- Sou casada com o Pastor André L. Portes há 32 anos e temos um casal de filhos e um neto.
- Fui Professora do Ensino Fundamental.
- Fui candidata a Vice prefeita com Tauillo Tezelli em 2012.
- Sou a Mentora e Diretora do Projeto "Amigos da Cidade" desde 2013.
- Sou a idealizadora e apresentadora dos programas de TV e Rádio - Amigos da Cidade com a Pastora Jurema.
- Sou empresária do ramo de Publicidade.
- Sou filiada ao PPS desde 2.000.
- Sou graduanda em Gestão Pública pela UNICESUMAR.
- Fui Diretora do Instituto Bíblico Quadrangular.
- Resido em Campo Mourão desde 1.989.

POR QUE SOU CANDIDATA?

- Porque desejo continuar contribuindo com as pessoas do bem no sentido de construirmos juntos uma cidade mais bonita, segura, moderna, sustentável, que se torne "o melhor lugar do mundo para se viver"!
- Porque penso que a boa política se faz com gente do bem.

Pastora Jurema - Vereadora
23.010
"Juntos por Campo Mourão!"

23 Tauillo Tezelli - Prefeito
 Beto Voidelo - Vice

Fotos de Pastora Jurema L. L. Portes

Fonte: Perfil pessoal do Facebook da Pastora Jurema
 Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

A percepção de moral evangélica, ideal para a busca das soluções sociais e políticas, é identificada em diversas postagens como a representada acima. A pastora utiliza o discurso de que a política pode ser feita por pessoas de bem, reforçando a ideia de que aqueles que estão

com ela em campanha possuem essa mesma qualidade, recurso discursivo identificado em outras campanhas eleitorais (SPIEPIETSKI, 1997; MACHADO, 2006; TADVALD, 2006). Com essa mensagem, ela procura transferir a qualidade “de bem”, que os evangélicos prezam, para o candidato à majoritária, Tauillo Tezelli.

Durante a campanha, Pastora Jurema não se limitou às visitas nas residências e estabelecimentos comerciais, sempre realizadas em conjunto com seus auxiliares, a quem denominava de amigos da cidade. Seu estafe preparava e distribuía envelopes, com a tradicional colinha para voto, pelas casas da cidade, conforme já relatado, visando atingir o maior número de residências possível. Sem qualquer identificação de seu conteúdo, o envelope branco possuía apenas a etiqueta que lhe selava com os dizeres “Está em suas mãos”. O mesmo fazia, mas de forma mais personalizada, com envelopes endereçados a determinadas pessoas, dentre elas, os profissionais que eram encaminhados pelo Centro Universitário Integrado – principal instituição privada de ensino superior do município e empresa parceria de seu programa “Amigos da Cidade” – para colaborar com o quadro de entrevistas do programa.

Sobre a existência de outro candidato da IEQ na disputa à Câmara Municipal, referindo-se ao Pastor Valdir, a candidata apontou que a dualidade era natural, inclusive pelo grupo eleitoral defendido, uma vez que aquele era comissionado da gestão Regina Dubay, grupo da situação. Esclareceu ainda que o mesmo era candidato oficial da Igreja em razão da definição feita pelo Projeto Cidadania IEQ, cuja finalidade, além da promoção da consciência política, é de lançar candidatos aos pleitos proporcionais:

para que os municípios também tenham uma representação dentro da Câmara de Vereadores e tem assim se posicionado no estímulo, [...] visitando inclusive as igrejas, despertando os líderes para isso, pra que abra o caminho, geralmente até na questão pastoral, pedindo para que realmente os pastores saiam. A Igreja Quadrangular tem essa preferência, que o pastor saia candidato do que um membro da igreja, porque o pastor vai ter o compromisso com ministério Quadrangular. O membro da igreja tem um compromisso com a igreja local, mas o pastor da igreja tem esse compromisso na esfera estadual, nacional. (Pastora Jurema. **Entrevista**, 2016).

Pastora Jurema ressaltou que o fato de ser um seguidor da IEQ já é um caminho para validar a idoneidade política de alguém, mas o processo de escolha de um candidato oficial, com parâmetros próprios, auxilia ainda mais, agindo como suporte às escolhas políticas dos fiéis, mesmo porque é possível que não se conheça determinado Pastor ou membro auxiliar de uma outra Igreja e que tenha aptidão política e de fazer o bem.

Assim, podemos afirmar que Pastora Jurema utilizou grande gama de signos, expressões e recursos religiosos durante toda a sua campanha e no máximo de oportunidades que fosse possível, sendo uma ferramenta que potencialmente tenha contribuído para equilibrar o fato não ter sido escolhida como candidata oficial da IEQ. Já possuindo um *approach* com a dinâmica eleitoral, que lhe foi oportunizado com a candidatura de 2012, e recebendo atenção especial do Comitê de campanha, chegou muito próximo de ser eleita, com número de votos circundantes aos dos eleitos – 712 votos – e figurando como primeira suplente.

3.3 Um campo político mourãoense não muito laicizado: os desdobramentos da campanha dos candidatos evangélicos

Os pastores da IEQ participantes da presente pesquisa atuaram no pleito eleitoral dentro de uma perspectiva verticalizada, havendo observância aos valores da Igreja e de seu modo de organização para a construção das candidaturas e condução das campanhas. A existência de dois agentes religiosos, um oficial e outra não-oficial, cada qual nos principais blocos de poder existentes no município, foi justificada como estratégia para buscar ao menos um representante no grupo vencedor. Isto porque, no momento das definições das candidaturas, os participantes das coligações tradicionalmente rivais não acreditavam em destaque político da intitulada terceira via encabeçada por Rodrigo Salvadori.

A forma como o pleito se desenvolveu, o resultado nas urnas, as particularidades do acionamento da religião na campanha, o histórico de envolvimento político dos agentes religiosos e o próprio processo de escolha da representação oficial da IEQ apontam que o tempo da política em Campo Mourão foi além de meramente estabelecer uma arena de busca representativa para a denominação religiosa, havendo interesses partidários e particulares que dão um outro olhar sobre a interação sociopolítica.

Dia 02 de outubro de 2016, duas horas após o fechamento da urna eletrônica, já era possível saber o resultado das eleições municipais de Campo Mourão, Paraná, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Encerrava-se o tempo da eleição, juntamente com as expectativas da Igreja do Evangelho Quadrangular de possuir um vereador eleito.

A proposta de representatividade e atuação sociopolítica (SCHMIDT, 2011; DABOIT, 1996) iniciada em 1999, com um Estatuto Nacional institucionalizando e verticalizando o modo de participação eleitoral, e dirigida pelo Projeto Cidadania IEQ, amargava uma derrota local pela 5ª vez consecutiva (2000, 2004, 2008, 2012 e 2016). Enquanto em outros

municípios lograva-se o êxito eleitoral, em Campo Mourão, os agentes religiosos da Igreja Quadrangular retiravam-se da arena política sofrendo mais um insucesso eleitoral.

Pesquisa publicada por Mezzomo e Pátaro (2017) sobre as eleições municipais para o legislativo mourãoense em 2016 aponta, entre outros elementos, a diversidade de agentes religiosos em campanha, os modos de construção de candidatura, os desempenhos de campanha e os resultados do pleito, destacando-se em Campo Mourão a atuação da Assembleia de Deus e da Igreja do Evangelho Quadrangular, dentre outras denominações religiosas existentes, e que tiveram agentes religiosos figurando no tempo da eleição. A Assembleia de Deus (AD) obteve êxito com duas candidaturas, mesmo não possuindo localmente um projeto institucionalizado de ação política em suas estruturas, tal como a IEQ, guardando similaridade na existência de um candidato apoiado pela Igreja (MEZZOMO; PÁTARO, 2017; MEZZOMO; PÁTARO; ONOFRE; 2014). Para ilustrar e comparar as distinções de desempenho, vejamos o Quadro a seguir:

Quadro 4 – Desempenho eleitoral de candidatos ligados à IEQ e AD em Campo Mourão (2016)⁴⁷

	Igreja do Evangelho Quadrangular		Assembleia de Deus	
Nº de fiéis em Campo Mourão ⁴⁸	2.171 pessoas		3.289 pessoas	
Nº de candidatos religiosos	2		2	
Agentes religiosos	Pastor Valdir	Pastora Jurema	Edilson Martins	Olivino Custódio
Nº de votos	350 votos ⁴⁹	712 votos	1.293 votos	769 votos
Situação no pleito	Não eleito	Suplente	Eleito	Eleito
Relação votos/fiéis	16,12%	32,8%	39,31%	23,38%
Votos totais	1.062 votos		2.062 votos	
Relação votos totais/fiéis	48,92%		62,7%	
Quociente eleitoral	3.972 votos por coligação – mínimo de 397 votos por candidato			

Fonte: Elaboração própria

É importante ressaltar que não é possível afirmar que todos os votos obtidos pelos candidatos tiveram origem na relação que estes possuem com a denominação religiosa, uma vez que os fatores que perfazem a escolha do eleitor são plúrimos, havendo múltiplas razões que orientam a escolha. Utiliza-se o quadro apenas como parâmetro comparativo do

⁴⁷ Informações obtidas através do relatório de estatísticas eleitorais do TSE, disponível no endereço <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

⁴⁸ Informações subtraídas do relatório de estatísticas do IBGE-Cidades, disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/campo-mourao/pesquisa/23/22107>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

⁴⁹ Considerando que havia a estimativa de 60.121 votantes (com votação desejável estimada em 463 votos, e mínima em 372 – obtida pelo número de eleitores dividida pelo número de cadeiras existentes), a votação do Pastor Valdir é interpretada no meio político como um resultado inexpressivo e que influencia no ponto de vista de capital político que o candidato possui. Continua, porém, como fator relevante na soma de votos da legenda.

desempenho de cada um deles com relação ao seu vínculo denominacional e como um norte sugestivo da influência do acionamento da religião e do uso da estrutura das denominações para a construção da candidatura, uma vez que pesquisas vêm indicando uma maior probabilidade de influência desses mecanismos no processo eleitoral, especialmente entre os evangélicos pentecostais (NOVAES, 2004; BOHN, 2004).

A Pastora Jurema foi a 18ª candidata mais votada em Campo Mourão, enquanto o Pastor Valdir ficou em 41º lugar, em um total de 162 candidatos. Em razão das restrições legislativas atuais, o Pastor Valdir sequer qualificou-se como suplente, pois não atingiu o décimo por cento do número de votos do quociente eleitoral⁵⁰.

Diferentes pesquisas acerca da temática vêm indicando que o comportamento eleitoral do evangélico tende a ser alinhado ao se verificar uma candidatura publicamente identificada como evangélica (FREESTON, 1993; NOVAES, 2001, ORO, 2003; PIERUCCI; MARIANO, 1992; PIERUCCI; PRANDI, 1995). Por conseguinte, as denominações religiosas parecem ser capazes de mobilizar este elemento como captador de votos, ou seja, “somente candidatos evangélicos são capazes de obter margens significativamente maiores entre eleitores evangélicos do que entre os demais grupos da população brasileira” (BOHN, 2007, p. 380).

Esse contexto, de alguma forma, traz elementos explicativos acerca da publicidade eleitoral das duas candidaturas evangélicas, com o intenso acionamento da religião, mais evidenciado por parte da Pastora Jurema, e da utilização de projetos políticos nos quais os agentes religiosos da pesquisa estavam envolvidos – Projeto Cidadania IEQ e Projeto Amigos da Cidade/Ame sua cidade e ore por ela –, os quais tinham o obséquio de funcionar como propulsores no convencimento do eleitorado.

A análise de uma candidatura se inicia no material ou métodos de marketing político utilizados pelos candidatos e, no caso dos Pastores Valdir e Jurema, houve uso dos tradicionais elementos de campanha como *jingles*, *perfurades*, santinhos, realização de campanha corpo-a-corpo, dentre outros. As mudanças do posicionamento legislativo e jurisdicional sobre o período eleitoral⁵¹, notadamente as realizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral mediante expedição de resoluções específicas para o pleito de 2016, aumentaram a

⁵⁰ A título de curiosidade, outro ponto que incomoda ao observador atento – e que reforça a influência das múltiplas vinculações no desempenho eleitoral – é que o candidato a vereador Renato da Van, pertencente à 1ª IEQ, conforme atesta Pastora Jurema, não acionou os elementos religiosos em sua campanha, e mesmo assim fez 248 votos, dois a menos do Pastor Valdir.

⁵¹ As alterações normativas aqui mencionadas, e já referenciadas em outros momentos deste texto, dizem respeito à Lei Federal nº 13.165/2015, e resoluções publicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e que podem ser consultadas no link: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Dezembro/tse-aprova-resolucoes-sobre-regras-das-eleicoes-municipais-de-2016>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

necessidade de um desempenho diferenciado do ocorrido nos pleitos anteriores, de forma rápida, barata e acessível à maior parte do potencial eleitorado, exigindo um trabalho de personalização do marketing eleitoral através da rede mundial de computadores.

A confecção de material próprio ou de publicações personalizadas, feitas pelos dois agentes religiosos – seja na forma impressa ou por meio do Facebook – e com a utilização de linguagem e signos religiosos, é uma clara demonstração da personalização como importante instrumento de marketing político, a fim de estreitar as relações candidato-eleitor e de influenciar na formação da opinião deste último na escolha da opção de voto:

A “personalização”, nesse caso específico, ocorreria especialmente por ocasião das campanhas eleitorais, através do emprego cada vez mais maciço de técnicas de marketing político, com o declínio do peso das ideologias veiculadas pelas máquinas partidárias tradicionais nas estratégias de campanha e nas decisões de voto do eleitor, que estaria cada vez mais polarizado pelas características da personalidade do candidato (BRAGA; BECHER, 2013, p. 169).

A utilização da rede social Facebook ocupa lugar de destaque no marketing político e, segundo Aggio e Reis (2013, p. 184), os “*social media* são imprescindíveis pelo contingente de eleitores e militantes em potencial que reúnem, mas também pelas dinâmicas sociais que permitem a expansão da visibilidade de mensagens e conteúdos”. Esse *modus operandi* que prioriza o uso das redes sociais, já pesquisado por Pires (2013), Braga e Bechor (2013), Eufrazino (2015) e Cardozo Cunha (2016), permite uma gama de informações e disponibilização de conteúdo que pode ser disposto e disseminado gratuitamente, bem como permite, através das “curtidas”, visualizações, compartilhamentos e comentários realizados pelos usuários da rede social, um acompanhamento que funciona como termômetro da campanha e fornece um eficiente feedback aos candidatos (PENTEADO, 2011).

Diante das observações feitas por Marques e Sampaio (2013) há uma grande disponibilidade de informação política no ambiente digital, geradas por candidatos, partidos e pelos próprios usuários das redes sociais, aumentando-se a concorrência pela atenção destes. Dessa maneira, cresce a ideia de que as plataformas sociais criam laços entre os usuários, ainda que distantes, fazendo com que os eleitores tenham a impressão de que têm importância para o candidato que se dispôs a seguir ou responder suas ações (MARQUES; SAMPAIO, 2013) e pela pluralidade dos discursos presentes neste recurso, alcança-se as mais diversas tipologias de eleitores.

Penteado (2011) sinaliza que há uma evolução entre os modos de fazer campanha e a maneira de construção da imagem do candidato, apontando que, dentre os diversos métodos ainda utilizados pelo candidato político brasileiro, é necessário destacar uma alteração substancial na maneira em que se conduz a construção da campanha no tempo da política e os métodos de aproximação com o eleitorado. A diversidade de formas de fazer marketing político ainda presente nos pleitos é dividida em fases:

Quadro 5 – Fases/tipos de Marketing Político

Nome	Características	Tipo ideal de comunicação	Meio de comunicação
Pré-moderno	Marketing político intuitivo, ligação próxima entre eleitor e candidato	Corpo a corpo (pessoal)	Jornal do partido, panfletos, “santinhos”
Moderno	Marketing político de massa, ênfase na persuasão, campanhas profissionais	Comercial de televisão, Horário Eleitoral Gratuito	Rádio e televisão
Pós-moderno	Marketing político sedimentado, mensagens personalizadas, banco de dados	Website de campanha, malas diretas (correspondências/e-mail)	Internet, portais, serviços de e-mail
Colaborativo	Marketing político colaborativo, ênfase na mobilização virtual, descentralização da campanha	Redes sociais	Internet, redes sociais e blogs

Fonte: Adaptado de Penteado (2011)

O uso do marketing colaborativo tem crescido exponencialmente nas últimas campanhas no Brasil (BIANCHINI, 2013), sendo um favorável instrumento ao pleiteante a cargo eletivo, considerando a redução de despesas e de tempo de campanha ocorridos a partir da legislação eleitoral publicada em 2015.

Como vimos, os dois candidatos religiosos utilizaram as redes sociais para apresentar suas candidaturas, propostas e apoiadores, buscando influir naqueles que acompanham as atividades em rede. Bohn (2004) traça que, quanto maior a exposição de um indivíduo aos meios de comunicação de massa, maior tende a ser o seu grau de sofisticação política: ou seja, mais elevado tende a ser seu nível de conhecimento a respeito dos principais eventos, temáticas, símbolos e clivagens da esfera política, pelo que as redes sociais são, portanto, poderosos instrumentos de comunicação entre o candidato e seu potencial eleitorado, justamente por suas facilidades que as distinguem dos outros métodos de comunicação e interação social, como a televisão, o rádio e os sítios eletrônicos na internet. Aponta-se como elementos favoráveis à sua utilização o modo de interação que ela traz entre os usuários – como curtir ou compartilhar informações –, a eficaz exposição do conteúdo incluído pelo usuário para um significativo número de pessoas (ainda que não relacionadas ao perfil do candidato ou página oficial de campanha – “amigo do Facebook”, mediante simples ação do usuário). Ainda:

mediante critérios de escala e velocidade dos fluxos de informação [...] é através de sites de redes sociais que diversos públicos discutem e compartilham informações diariamente acerca de temas políticos, inclusive em período eleitoral, graças à estrutura de organização em rede de seus usuários e da praticidade de seus mecanismos de compartilhamento e publicação (RAINIE, 2012 apud AGGIO; REIS, 2013, p. 158-159).

Notou-se que as postagens realizadas tanto pelo Pastor Valdir quanto pela Pastora Jurema mantinham práticas tradicionais de política. Visando construir ou reforçar vínculos com o eleitorado (BRAGA; BECHER, 2013), reproduziram o famoso “santinho”, com números de candidatura e divulgaram fotos das ações de corpo a corpo, bem como os apoios de outros expoentes da política ou da religião. Neste processo de aproximação em busca do voto, destacou-se, no caso do agente religioso oficial, a utilização de vídeos de apoio provenientes dos responsáveis pelo Projeto Cidadania IEQ em âmbito nacional e estadual, respectivamente, Reverendo Mário de Oliveira – ex-deputado federal –, e pastor e deputado estadual Gilson de Souza.

Pastor Valdir, por ocasião de sua entrevista, ao realizar promessa de verificar as atividades públicas necessárias ao bem estar coletivo, especialmente na construção de uma unidade de recuperação para dependentes químicos, aproximou-se de prática corriqueira na política, assim compreendida na visão de Brava e Becher (2013, p. 177) “como a ostentação da capacidade do político de promover a transferência de recursos, execução de obras específicas para determinadas comunidades ou segmentos da sociedade, a partir de sua prerrogativa de agir como um ‘agente de intermediação’ com a administração pública”. Esta qualidade de intermediador, de ponte entre o desassistido e o executivo municipal, era destacada quando mencionava o pertencimento ao grupo político da então prefeita municipal, Regina Dubay, candidata à reeleição.

Pastora Jurema, igualmente, repete as práticas comuns de campanha, com acentuada linguagem religiosa em suas falas, materiais e informes. No discurso para o eleitorado, inseria imagens com textos inclinados a conscientizar, especialmente seus fiéis da IEQ, à politização, participação e interação política, interagindo com os visitantes de sua página pessoal na rede Facebook. Esta postura configura o que Latour (2002) e Cardozo Cunha (2017) chamam de ator-rede, na medida em que o administrador da página eletrônica a utiliza como um instrumento de mediação política, usando os objetos técnicos do marketing político por meio de um complexo de imagens, vídeos e textos, potencialmente aptos a mobilizar outros usuários e provocar mudanças nos processos associativos do fazer política e ser candidato.

Nota-se que os agentes religiosos da IEQ utilizaram simbolismos para estreitar laços e permitir a vinculação com o eleitorado, usando expressões religiosas, com uso de fragmentos bíblicos – ou até portando o livro sagrado dos cristãos – em pronunciamentos e nas fotos de campanha, recurso largamente explorado pela Pastora Jurema, e em maior número quando se compara com a campanha do Pastor Valdir.

O uso de concepções e linguajar comum do meio evangélico, tal como o de batalha espiritual, de moralidade em Jesus Cristo, de retidão dos dogmas cristãos, da defesa da família, tudo através da movimentação de homens e mulheres “de bem”, notadas nas entrevistas, nos discursos e ações de corpo-a-corpo durante a campanha, pelo Pastor Valdir e Pastora Jurema, passa a constituir ponto-chave para o discurso interno no seio das agremiações religiosas, e no convencimento dos fiéis, para que todos votem nos candidatos propostos pela Igreja, porque alinhados às mesmas preocupações destes (PIERUCCI, 2011; TADVALD, 2010; PEDDE, 2004, NOVAES, 2001).

Os dois agentes religiosos pesquisados mantinham discursos na capacidade e aptidão em trazer a moralidade à política brasileira, e que defenderiam os interesses da fé, apresentando discurso similar ao apresentado quando da modificação da postura do evangélico perante a atuação política, ocorrida na década de 1980 (CAMPOS, 1997; RODRIGUES, 2006; PY; REIS, 2015). Informavam, por ocasião de suas entrevistas, que a ação de candidatos evangélicos é uma ação contra o “mal da política”, destacando o campo demonizado traçado por Tadvald (2006), Spiepietski (1997) e Machado (2006), bem como seguindo a mesma linha das conclusões de Bohn (2007), de que as pessoas pertencentes à denominação possuem “insatisfação com o funcionamento do regime democrático no Brasil e a probabilidade mais elevada de desenvolverem atitudes ambivalentes em relação à democracia” (BOHN, 2007, p. 381). A ideia da personalidade moralmente adequada para a mudança da política era identificável na fala e material dos candidatos e, provavelmente para reforçar a disputa, equilibrar-se com os demais agentes religiosos em campanha.

Pastor Valdir, além da qualidade de candidato oficial da IEQ, utilizou, como estratégia de obtenção de eleitorado, ser pessoa vocacionada à assistência aos desamparados, especialmente drogaditos, o que poderia resultar em votos expressivos, já que, segundo Maia (2006, p. 108), “grande parte dos fiéis evangélicos pertence às camadas de menor poder aquisitivo da população brasileira e que em suas comunidades, ao invés do Estado, quem realiza trabalhos comunitários são as Igrejas”.

A Pastora Jurema recorreu aos elementos de Igreja com mais insistência, aproveitando o trânsito político que amealhou quando das eleições de 2012, o auxílio direto de seu partido

político e a imagem já oportunizada pelo Projeto Amigo da Cidade, considerados os respectivos programas televisivo e radiofônico.

Oro (2003) e Maia (2006) apontam que uma soma de estratégias corrobora com o êxito da ação religiosa na política, destacando que IURD, AD e IEQ possuem cada qual seu *modus operandi*, sendo esta última uma versão híbrida das duas primeiras. Inicialmente, ocorre a definição e divulgação dos seus candidatos, com fins de determinar em quem os fiéis devem votar, por fidelidade à Igreja. Neste sentido:

o que se vem tentando realizar nessas igrejas é uma definição prévia dos candidatos e uma tentativa de indicá-los de forma mais clara aos adeptos, podendo, como ocorre com a Igreja Quadrangular, chegar a exercer pressão, de forma semelhante à IURD, sobre os adeptos eleitores. No caso da Igreja Quadrangular há ainda a realização de reuniões prévias, semelhantes às realizadas pelos partidos políticos, para a indicação de seus candidatos (MAIA, 2006, p. 103).

Partindo da ideia de que decidir o voto é um processo complexo, Carreirão (2002) e Maia (2006) supõem que o direcionamento da escolha, proporcionada pela fidelização decorrente do vínculo com determinada denominação religiosa, permite alcançar o desejo de melhor opção pelo menor esforço, ou seja:

a determinação, ou o condicionamento do voto por parte das igrejas permite aos fiéis a transposição do custo referente à sua adesão religiosa, para a escolha eleitoral. Dessa forma o custo seria mínimo, já que o exercício da fé ocorreria independente do pleito eleitoral e a opção proposta pela Igreja renderia, de acordo com a lógica do adepto/eleitor, os maiores benefícios (MAIA, 2006, p. 104).

Através de uma plataforma política previamente definida, o Projeto Cidadania IEQ, assumido localmente pelo Pastor Valdir, e o Projeto Amigos da Cidade, pela Pastora Jurema, permitiram a demarcação de um horizonte de representatividade, ou seja, iniciaram um ingresso no tempo da política de forma antecipada ao tempo da eleição, justamente para buscar melhor o processo de identificação com o eleitorado e abrir espaço entre as opções possíveis para seus fiéis, seguidores, evangélicos da denominação ou não. Esta construção antecipada da candidatura do Pastor Valdir e da Pastora Jurema demonstra de forma clara a verticalização do *modus operandi* da IEQ, requisitos, agenda de intenções e marketing político promovidas pela Igreja, e o quanto o referido modo organizacional colaborava com a definição das estratégias durante a campanha.

Neste sentido, a formação e funcionamento dos projetos sociopolíticos Cidadania IEQ e Amigos da Cidade são uma característica marcante da denominação, destacando-a no cenário de ação política construído pelas igrejas evangélicas, uma vez que “o aumento da participação evangélica na política eleitoral acrescenta novas variáveis na decisão do voto e torna ainda mais complexo o jogo eleitoral”, bem como há “aumento da representatividade no espaço político, há também um aumento de poder econômico e político das Igrejas evangélicas”, tornando as disputas entre este segmento religioso cada vez mais acirradas (MAIA, 2006, p. 109).

Como contrabalanço do apoio oficial da IEQ, pelo Projeto Cidadania, ao Pastor Valdir, a Pastora Jurema não só se utilizou do projeto gerido e utilizado em âmbito local – Amigos da Cidade – como também do Projeto Nacional da IEQ denominado Ame sua cidade e ore por ela, vestindo a camisa do programa missionário em questão durante as passeatas. Compreende-se que ela utilizou este pela similaridade entre as propostas, bem como pela capacidade de apelo junto aos fiéis.

Em ambos os casos, Pastor Valdir e Pastora Jurema fizeram uso do carisma da IEQ, tanto em razão da qualidade de serem pastores, quanto pelo fato de terem recorrido a elementos religiosos durante a campanha, demarcando, dentro da turbulência própria do tempo da política, a existência de pessoas preparadas e alinhadas com o propósito do público, especialmente o evangélico, mas em particular o da Igreja Quadrangular. Como modo de reforçá-lo, os agentes religiosos davam conhecimento ao eleitorado dos apoios que recebiam: o oficial, Pastor Valdir, por meio de vídeos dos principais agentes políticos da Igreja em âmbito nacional e estadual, e a não-oficial, Pastora Jurema, notadamente de seu marido, Pastor André Luiz, detentor de experiência política e de mais longa atividade no ministério quadrangular dentre os que presidem a IEQ em Campo Mourão.

Outrossim, cada um dos agentes religiosos estudados pertence a grupos sociais minoritários, o evangélico e, ainda de forma mais específica e que lutam por espaço político e social, a mulher – como é o caso da Pastora Jurema – e o negro – como o Pastor Valdir –, grupos sociais que tiveram um longo processo de luta por aquisição e manutenção de direitos, e que ainda sofrem com discriminações perpetradas das mais diversas formas⁵². Burity (2015) traça que as principais discussões referentes às questões sociais que permearam, nas últimas décadas, os organismos internacionais, os fóruns de discussões, os embates legislativos, as

⁵² A Pastora Jurema em seus discursos ressaltou a importância da mulher na política, ressaltando a pertença minoritária neste campo. Pastor Valdir não acionou sua característica afrodescendente, contudo a sua presença em campanha já possibilita a identificação do eleitorado negro com o mesmo.

disputas eleitorais, não teriam tamanha repercussão se não fosse o concurso da minoria, particularizando a minoria religiosa. Há, portanto, um crescente:

processo de pluralização de identidades, sua crescente assertividade e respostas acolhedoras ou ressentidas frente a elas. Esta emergência empodera minorias e **cria condições para que os discursos majoritários sejam relativizados** e equiparados/equilibrados/reduzidos à condição de uma minoria entre outras (BURITY, 2015, p. 24, grifos nossos).

Através do empoderamento das minorias, há uma relativização dos discursos majoritários, na medida em que a voz dos que pertencem aos grupos minoritários passa a circular com maior ênfase no espaço público e competindo o alcance das acepções e respeitos sociais. Por conseguinte, no espaço político se dá destaque à luta pela igualdade de condições com os grupos majoritários, notando-se, inclusive, que os evangélicos ingressaram na política constituindo a minoria, justamente para servir de contrafluxo da alta representatividade católica (MEIRELLES, 2006, NOVAES, 2001 e FRESTON, 1993).

A compreensão do grupo social, sua identificação e análise, permite que se oportunize uma demanda por igualdade de condições, gerando novos conflitos e alianças, o que se explica pela crescente minoritização assertiva, zelosa na defesa de suas pretensões. Para Burity (2015), este processo de ampliar o olhar para esta parcela da população ocorre por meio do diálogo crescente entre os grupos, ao passo que se notam, também, posturas de exclusão quando as pretensões de determinado grupo minoritário entram em choque com a maioria afetada ou com aquelas que não compartilham dos mesmos valores e práticas.

Assim, de um lado, o Pastor Valdir pertence a um dos grupos de minoria: a população afrodescendente. A questão “negra”, dos “homens de cor”, nunca deixou de pautar as discussões políticas brasileiras, e a participação desta população no campo público/político foi por muito tempo ignorada. No transcurso do século XIX, a questão racial envolvendo libertos, africanos e demais “pessoas de cor” eram temas recorrentes, especialmente pelo medo de “africanização” da cultura brasileira, do que decorreu a norma pelo fim do tráfico negreiro e do estímulo da imigração europeia, além da percepção de que eram uma nação sem povo e sem cultura nacional (FLAVIO GOMES, 2005; GUIMARÃES, 2001). O processo de conscientização e humanização das relações sociais, sobretudo em relação aos afrodescendentes, é paulatino, pois “foram necessários anos para que os líderes políticos entendessem a situação psicológica e sociológica real destes antigos escravos, disfarçados em trabalhadores livres privados” dos mais elementares direitos (FREYRE, 1956, p. 46).

No campo político, sintetiza-se a política negra e tendências no histórico político-nacional, observando que:

no passado, a simpatia política do povo negro sempre esteve com a monarquia, pois era sabido que o Imperador sempre fora muito mais propenso à abolição da escravidão que os fazendeiros. Do mesmo modo, a Primeira República, que se segue à abolição, por ser uma república de fazendeiros, no plano do poder, e ter adotado uma política cultural de europeização dos costumes, nunca fora bem vista ou bem-quista pelos negros. Apenas o Estado Novo de Getúlio Vargas, com sua política de proteção ao trabalhador brasileiro e de tutela de seus sindicatos (e, posteriormente, o trabalhismo de Getúlio, Jango e Brizola), reconquistou as simpatias das massas negras na mesma escala conseguida pela casa imperial (GEORGE ANDREWS, 1991 apud GUIMARÃES, 2001, p. 124).

Segundo Guimarães (2001), no que tangia ao exercício do voto, pesquisas feitas na década de 1970 e início dos anos 1980 indicavam a concentração do voto negro na direção de candidatos populistas e trabalhistas, porque deles despontava um discurso de atenção aos desfavorecidos da sociedade. Prandi (1996), ao analisar o mesmo período, defende que o populismo da Era Vargas transmitia a ideia de unidade de desígnios políticos, aparentando-se não haver necessidade de afirmação racial, vez que tal ideologia partidária era *per si* de integração do negro como um igual aos demais.

Essas reflexões permitem compreender por que o candidato negro demorou a aparecer no cenário político nacional e, igualmente, a identificar o valor de uma campanha eleitoral como a do Pastor Valdir, que em Campo Mourão é um dos poucos negros que transitam pelo cenário político⁵³. Os movimentos de defesa racial, consciência negra e quilombolas têm servido de instrumentos de conscientização social do negro e do racismo estrutural que existe na sociedade, mas a posição política, especialmente no tempo da política e da eleição, ainda é muito incipiente. Notadamente na campanha do Pastor Valdir Modesto, em nenhum momento o candidato levanta a bandeira racial, de defesa da população negra ou de combate à discriminação, focando seu discurso exclusivamente na defesa da família e da moralidade política e religiosa.

Já a Pastora Jurema integra outro grupo minoritário na política nacional, o formado por mulheres, as quais, embora sejam mais de 51% da população brasileira e representem 52% do eleitorado, não desfrutam de correspondente representatividade na Câmara e no

⁵³ Nas eleições municipais de 2016, em Campo Mourão, Paraná, 6 candidatos se declararam negros (5 homens e 1 mulher), perfazendo menos de 4% das candidaturas levadas ao TRE-PR.

Senado Federal, não ultrapassando, respectivamente, 13% e 10% em cada uma das referidas casas legislativas do Congresso Nacional (DUARTE DE SOUZA, 2015).

O entendimento acerca da mulher como sujeito de direitos no campo eleitoral não adveio com a primeira república de 1981, pois naquela época os constituintes viam a participação da mulher na vida política como algo que “abalaria os alicerces da família” (MACHADO NETO, 2000, p. 6). O sufrágio apenas tornou-se universal em 1932, com a possibilidade de exercício da capacidade eleitoral ativa e passiva⁵⁴.

Com tímidos avanços, as mulheres fazem parte de uma minoria que ganhou maior atenção com o advento da Lei 9.504 de 1997, que obrigou a reserva de 30% das candidaturas a elas. Contudo, essas conquistas legislativas não possuem o condão de afastar “as estruturas raciais e sexuais de poder e que obstruem de forma sistemática a cidadania formal das mulheres” (PATEMAN, 2010, p. 30), não representando significativo impacto, inclusive na atual legislatura estadual (2015-2019), em que o número de 51 deputadas não alcança 10% das cadeiras existentes na referida casa de leis.

Em Campo Mourão, a participação feminina é identificada pelas atuais vereadoras Nelita Piacentini e Elvira Schen (reeleitas em 2016), alcançando 15% das cadeiras legislativas existentes⁵⁵, o que demonstra, proporcionalmente, uma maior pró-atividade das mulheres no campo político, valendo informar que a segunda vereadora mencionada foi a mais votada no pleito em questão. Este cenário reproduz a inserção feminina no legislativo, mas não se deve descuidar que dentre as eleitas nas últimas cinco legislaturas municipais, nenhuma delas pertence ao universo evangélico:

O crescimento das candidaturas femininas de forma geral, seja pela obrigatoriedade das cotas, seja pela maior participação econômica das mulheres, seja pela luta feminista para que as mulheres participem das escolhas públicas do país, também repercutiu no campo evangélico. O número de candidaturas de mulheres evangélicas, porém, não se consolidou nas urnas. Na legislatura 2011-2014, havia nove mulheres autodeclaradas evangélicas, e a legislatura atual conta com dez. Apesar do fato das mulheres serem ampla maioria em todas as denominações evangélicas (IBGE, 2010), isso não tem se revelado fator de ampliação significativa de sua participação na esfera política (DUARTE DE SOUZA, 2015, p. 1279).

⁵⁴ A cidadania ativa se dá através do alistamento eleitoral, obrigatório aos 18 e facultativo a partir dos 16 e 70 anos de idade. A passiva, corresponde à elegibilidade, que está relacionada à idade para o desempenho do cargo, dentre outros requisitos.

⁵⁵ Nas eleições de 2016 em Campo Mourão, foram 121 candidaturas do sexo masculino (70%) e 51 do feminino (30%), [tendo sido eleita duas mulheres](#).

Das evangélicas eleitas para atual legislatura federal, uma é do Paraná – Deputada Federal Christiane Yared, pastora da Igreja Evangelho Eterno. Consultadas todas as declarações de vínculos religiosos do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Paraná e o periódico estadual Folha Quadrangular, constatamos que não houve eleição de nenhuma mulher vinculada à IEQ. Não foram identificados apoios oficiais a candidaturas femininas pelo Projeto Cidadania IEQ, ao mesmo tempo em que é possível verificar que o engajamento feminino religioso raramente é reconhecido mediante a ascensão na hierarquia das igrejas que participam. A IEQ possui raros casos de pastoras titulares, e a maioria das mulheres envolvidas com a organização das igrejas ocupam a função de pastoras auxiliares, cujos titulares são os seus maridos. Duarte (2009) e Peirano (2002) apontam que a presença da mulher como dirigente e pastora é um ponto ideologicamente excepcional, fora da ordem comum, ou então um lugar liminar e uma posição marginal (TUNER, 2005). Para Duarte de Souza (2015, p. 1280), “as transformações socioculturais em relação às representações de gênero têm, de alguma forma, modificado a postura das instituições religiosas acerca da inserção das mulheres na esfera pública”, contudo esse raciocínio é aplicável a outras denominações, não tendo sido notado sua ocorrência ainda no seio da IEQ.

Aqui nota-se um paradoxo, uma vez que a denominação religiosa foi fundada por uma mulher, Aimee Mcpherson, mas o número de mulheres religiosas que se destaca, conquista espaço e comanda é reduzido, igualmente como na seara política. A Pastora Jurema, em várias ocasiões, afirmou – tanto em seu Programa Amigos da Cidade, na TV local Carajás, como no seu discurso de lançamento de candidatura, nas conversas informais e na entrevista – a valorização do papel da mulher na construção social (e inclusive religiosa, ao elevar a personalidade da fundadora da IEQ).

Assim, além da minoritização que marcou a campanha dos dois agentes religiosos, vale mencionar que, a despeito de ambos comporem nomes da IEQ, havia certo conflito velado entre os agentes religiosos, porque, nas eleições de 2012, o Pastor Valdir trabalhou politicamente pelo mesmo partido da então candidata ao executivo, Regina Dubay, e a Pastora Jurema, pelo partido de seu então colega de chapa ao executivo, Tauillo Tezelli. Durante este pleito, em 2012, a participação da IEQ na política foi notada pela mídia local ao se observarem que, se de um lado da campanha majoritária havia uma religiosa da referida denominação, doutro lado do grupo político, em apoio à candidata Regina Dubay, também se fazia presente a mesma igreja, tendo um integrante, Pastor Valdir, presidindo a Frente Cristã Evangélica, e abençoando esta candidata:

Imagem 28 – Frente Cristã Evangélica abençoa campanha de Regina Dubay em 08 de agosto de 2012



Fonte: Adaptado de Walter (Boca Santa, 2012)

A Imagem 28 apresenta os dois principais agentes religiosos da IEQ, que lideravam, localmente, por ocasião do pleito de 2012, cada um dos projetos ora discutidos: de um lado a Pastora Jurema da 1ª IEQ, candidata a vice-prefeita pela oposição e, de outro, o Pastor Valdir Modesto, da 5ª IEQ, que por ocasião da reportagem representada acima, era o apoiador da candidata da situação.

Este cenário por si já seria suficiente para compreender a rivalidade política, tanto dos agentes religiosos da IEQ, quanto dos grupos a que eles pertencem. Contudo, há outro fator que é comburente nesta divisão política no seio da IEQ, porque em 2012, penúltimo pleito municipal, observou-se um arranjo político mais polêmico, uma vez que o candidato oficial da IEQ naquela ocasião, Geber Nasser, criticou fortemente – Imagem 29 – a organização da Frente Cristã Evangélica (FCE), organizada pelo Pastor Valdir Modesto, e criada especificamente para ser um grupo EVANGÉLICO em apoio à candidatura de Regina Dubay naquela eleição.

Imagem 29 – Crítica de Geber Nasser à Frente Cristã Evangélica



Fonte: Página pessoal do Facebook de Geber Nasser (2012)
Acervo: Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder

O projeto da Igreja a que se refere Geber Nasser em seu comentário identificado na Imagem 29 é justamente o Projeto Cidadania IEQ, pelo qual era candidato oficial. Observando as postagens daquele período eleitoral, nota-se existir apoio dado pelo Pastor André e pela Pastora Jurema, bem como fotos que apontam a participação conjunta destes em muitas atividades da 1º IEQ. Notadamente, para que alguém seja candidato oficial, é necessário que o Pastor titular dê assentimento perante a Secretaria Estadual de Cidadania, portanto a unidade esperada pelo candidato, e recebida dos pastores e membros de algumas IEQ's não teria sido atendida pelo Pastor Valdir, titular da 5º IEQ e presidente da Frente Cristã Evangélica. Curiosamente, o Estatuto Nacional da IEQ determina a fidelidade de seus membros (sobretudo pastores) no apoio aos candidatos oficiais da denominação e aprovados pelos seus pares em prévias ou convenções.

A rivalidade que então se opera pode ter ido além do mero cenário de conflito autorizado (PALMEIRA, 2010), justamente pela suposta infidelidade do Pastor Valdir ao Projeto Cidadania IEQ no ano de 2012, e potencializada pelo fato de que, por ocasião daquela última eleição, a parceria Regina Dubay e Pastor Valdir Modesto saiu vitoriosa.

O processo de escolha do representante oficial da IEQ é teoricamente rígido, ao considerar o dever de cumprimento de um dossiê e outras formalidades para submissão da candidatura à Secretaria Estadual de Cidadania, utilizando-se de chancela do pastor ou do superintendente regional, somando-se ao dever de que aquele siga os parâmetros ético-morais e dogmáticos da denominação religiosa. Tal rigor é possível observar também no eleitorado evangélico, uma vez que, se um agente religioso é favorável a uma proposta contrária à cosmovisão da moral religiosa da denominação a que pertence, pode ser questionado por seus “irmãos”, pois os fiéis das igrejas evangélicas, das quais se destacam os da IEQ, em regra acompanham o desempenho de seu representante, fiscalizando-o dentro das questões morais e religiosas. Portanto, junto da verticalização, hierarquização e estrutura da denominação, pesa no contexto político a cosmovisão pregada pela mesma e por seu agente religioso (PEDDE, 2004). O dever institucionalizado de apoio aos candidatos oficiais, que é expressamente apontado no Estatuto Nacional, tem justamente no rigor o elo de confiança para os membros e fiéis, motivo pelo qual é dada muita importância à candidatura oficial.

Em 2016, considerando a decisão de participar do pleito, essa prerrogativa não pode ser utilizada pela Pastora Jurema, uma vez que teria desconhecido o prazo para submissão do dossiê de candidatura, exigido pela Secretaria Estadual de Cidadania. Pastor Valdir disse ter sido o único interessado a se manifestar, oficial e formalmente.

De todo modo, a ação sociopolítica dos agentes religiosos pesquisados já era notada pela IEQ desde 2012, afinal a Secretaria de Cidadania possuía conhecimento do engajamento político de cada um. O fato de não ter havido interesse em convidar a Pastora Jurema para a submissão de seu dossiê à prévia, ou de indicação para ser a candidata oficial, à semelhança de seu esposo, Pastor André, em 2000, é no mínimo curioso. Ao que parece, a estratégia eleitoral/política da IEQ não é definida de forma desvinculada dos jogos e embates da política partidária e das testilhas locais. A Pastora Jurema é integrante do PPS há anos, partido que em âmbito municipal disputa o quadro eleitoral com o PSC, do deputado Gilson de Souza, secretário estadual e coordenador político do Projeto Cidadania IEQ.

Com a finalidade de montar uma chapa eleitoral sólida para vencer o grupo político de situação liderado por Regina Dubay, houve proposta na executiva estadual para arranjo político, nas eleições de 2016, entre PPS e PSC, não havendo êxito justamente porque o deputado estadual Marcio Nunes (PSC) mantinha aliança com a base de situação do governo do Estado, especialmente com o Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano, e pré-candidato ao governo do Estado para as eleições de 2018, Ratinho Júnior (PSD).

As eleições municipais são o foro de testes e arranjos das eleições majoritárias e proporcionais para o Estado-Membro e União/Governo Federal. Elas indicam, aos partidos políticos, os campos de trânsito de cada um dos políticos e dos partidos, sendo uma prévia de potencialidades de eleitorado e projeção dos possíveis enlances, coligações, apoios, suportes e, enfim, candidaturas a deputado estadual, federal e governador de Estado. No âmbito paranaense, desde o início das discussões sobre as eleições municipais, já se costumavam as possíveis alianças para o governo estadual, em 2018. Notadamente, o PSC e o PPS são partidos políticos igualmente mantidos em postos divergentes, o primeiro com possível apoio à candidatura do Secretário Ratinho Júnior, e o segundo, com pré-candidatura do ex-deputado estadual e atual prefeito de Guarapuava, Celso Costa (reeleito com expressiva margem de votos nas eleições de 2016).

Este cenário, já antevisto quando das eleições municipais em 2016, aponta para a compreensão de que podem ter havido razões político-partidárias para a ausência de procura e eventual indicação da Pastora Jurema como candidata oficial da IEQ. Afinal, a estrutura verticalizada, como parece ser a IEQ, intriga o observador, ao se perceber a escolha de um candidato oficial com pouca trajetória política, que não manifesta a intenção de prosseguir no campo político e que possui pouco trânsito popular, levantando questionamentos sobre a efetividade e o planejamento das ações estratégicas que a IEQ parece desenvolver.

É possível conjecturar também que tenha ocorrido um desarranjo político interno, em relação ao Projeto Cidadania IEQ, ou de seu próprio candidato oficial Pastor Valdir, em razão do paradoxo causado entre os episódios relacionados à Frente Cristã Evangélica, em oposição à candidatura da Pastora Jurema (a vice-prefeita) e a Geber Nasser (candidato oficial de 2012), podendo ter contribuído para a baixa adesão dos fiéis da Igreja do Evangelho Quadrangular ao agente religioso oficial de 2016.

O resultado demonstra que o acionamento da religião, a plataforma verticalizada de projeção eleitoral via projetos institucionalizados e a centralidade no uso da internet como ferramenta de comunicação com o eleitorado não foram suficientes para garantir êxito eleitoral dos agentes religiosos da IEQ em Campo Mourão no pleito de 2016. Se de um lado confirma que o uso dessas ferramentas não assegura bons resultados no pleito (BRAGA; BECHER, 2013), esse panorama parece relativizar a direção contrária da apontada por Oro (2001), “para quem o sucesso ou não nos pleitos eleitorais está intimamente ligado à estrutura hierarquizada das denominações. Quanto mais hierárquica e vertical é colocada a nominata de representantes da instituição religiosa, mais sucesso obtém nas urnas” (ORO, 2001, p. 117).

* * *

A presença institucionalizada da religião na política é uma realidade para a Igreja do Evangelho Quadrangular, observada por esta pesquisa na esteira de outras realizadas por Oro (2006), Pedde (2005) e Schoenfelder e Paz (2006). A instituição religiosa, através do Projeto Cidadania IEQ, incentiva e identifica os interessados na atuação político-partidária, e, através do Projeto Amigos da Cidade – que, em âmbito local, nacionalmente se refere ao Projeto Ame sua cidade e ore por ela –, torna-se protagonista no espaço público, discutindo os problemas que afligem a sociedade e de que modo o fiel da denominação pode atuar para a resolução dos mesmos (sem afastar a ação mística da oração).

Em um cenário politicamente competitivo como o verificado no município de Campo Mourão, Paraná, a organização verticalizada dos projetos permite um planejamento e construção das candidaturas e das campanhas, visando o aumento do poder político e a representatividade, especialmente no legislativo. Para atender esse propósito, nas eleições de 2016, a denominação escolheu o Pastor Valdir Modesto para ser o seu representante, estando ele no quadro da situação, apoiando a reeleição da prefeita municipal.

A IEQ, potencialmente para ter condições de elegibilidade diante dos dois grupos políticos principais em disputa em Campo Mourão, aquiesceu com a candidatura não oficial da Pastora Jurema, já experiente na política porque anterior candidata a vice-prefeita, com carisma conquistado pela função de pastora auxiliar e executora do Projeto Amigos da Cidade, além do fácil trânsito com o principal grupo de oposição, cujo candidato foi Tauillo Tezelli, atual prefeito eleito.

Os candidatos já eram politicamente ativos desde o pleito anterior, em 2012, quando o Pastor Valdir envolveu-se com a Frente Evangélica Cristã, apoiando a candidata da situação Regina Dubay, em contraponto com o próprio Projeto Cidadania IEQ, que tinha a Pastora Jurema como candidata a vice-prefeita e o Pastor Geber Nasser, a vereador.

Os agentes religiosos da IEQ construíram suas campanhas eleitorais e sua relação com o eleitor por intermédio dos projetos institucionalizados da denominação, destacando-se pelo pertencimento a grupos sociais minoritários e assumindo um papel representativo ao negro e à mulher, em uma ação de empoderamento, de dar voz ativa a estes segmentos, o que fez com que suas ações políticas merecessem atenção do eleitorado.

O acionamento da estrutura dada pela IEQ, somado ao dos símbolos religiosos e linguagem bíblica, foram utilizados no tempo da eleição. O uso das redes sociais, acompanhando a tendência observada nos últimos anos e em crescente ascensão, permitiu o

alcance de um amplo espectro de eleitores, não se convertendo, porém, em quantidade de votos suficientes para catapultá-los a uma vaga ao legislativo municipal.

Por uma margem pequena de votos, no caso da Pastora Jurema (712 votos obtidos), e por outra que se nota ao mínimo intrigante, do Pastor Valdir (350 votos), a IEQ, pelo quinto pleito consecutivo, não conseguiu eleger um integrante de sua membresia. Assim como o número de votos alcançados não pode ser relacionado exclusivamente ao eleitorado evangélico, o fracasso dos agentes religiosos da IEQ em Campo Mourão também não pode ser medido unicamente por este fator, porém se levantam questões sobre eventual erro de estratégia na indicação do candidato oficial pelo Projeto Cidadania IEQ, que poderia ter resultado na eleição da Pastora Jurema, visto ser detentora de desenvoltura política que lhe aproximou da oportunidade de vaga ao legislativo.

A ação política da IEQ em Campo Mourão, Paraná, tem ocorrido de forma organizada e contínua desde o pleito municipal de 2000, quando o Pastor André Luis Portes, esposo da Pastora Jurema, foi o primeiro candidato oficial do Projeto Cidadania IEQ. Até o presente momento, apenas ele assumiu a cadeira de vereador (em razão da suplência com o eleito Sidnei Jardim).

Em 2016, o Pastor Valdir não teve um resultado positivo comparativamente à Pastora Jurema, contudo, importa asseverar que sua votação representa uma melhora no espectro político do Projeto, quando comparado com os resultados dos últimos três pleitos, uma vez que, conforme demonstrado no Gráfico 1 do presente texto, havia um declínio no número de votos obtidos pelos agentes religiosos oficiais da IEQ.

Em um cenário ocupado majoritariamente por homens, a Pastora Jurema demonstra ocupar cada vez mais um espaço na política, seja através do Projeto Ame sua Cidade, quanto pelo acionamento da religião na construção da campanha, visto que sua quantidade de votos foi relevante para alcançar um cargo no segundo escalão do Executivo Municipal – Diretora da Procuradoria de Defesa do Consumidor (PROCON).

O êxito da ação política não é medido apenas pela eleição do candidato, mas também na projeção de seu capital político. Tanto o Pastor Valdir nas eleições de 2012, quanto a Pastora Jurema em 2016, obtiveram espaço na administração pública, vindo a compor, ainda que indiretamente, as vozes de seus grupos minoritários e de sua Igreja no espaço público municipal, configurando a presença da religião (e da IEQ) no tempo da política e da eleição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar a relação entre religião e política a partir da análise da institucionalização da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) e da presença de seus agentes religiosos no tempo da política, mais especificamente no tempo da eleição em Campo Mourão, Paraná, em 2016, tomamos nota de categorias que permitiram problematizar o fenômeno político-social – modernidade, laicidade, secularização e tempo da política –, bem como produzimos material empírico resultante da observação participante, de entrevistas semiestruturadas e análise de documentos.

A presença de duas candidaturas – Pastor Valdir e Pastora Jurema – construídas pelos agentes religiosos da IEQ com flagrante acionamento de elementos religiosos, tanto em seus discursos, quanto nas representações gráficas e na condução do percurso junto ao eleitorado, confirma que a religião não se afastou do campo social e político, como, aliás, vem sendo demonstrado por algumas pesquisas que tomam o Brasil como foco de análise.

Ainda no contexto brasileiro, como bem salienta Montero (2006, p. 51), a “agenda do regime republicano para laicizar o Estado e excluir critérios religiosos da cidadania começou por ocupar-se exclusivamente da Igreja Católica”. Com a pluralidade decorrente da liberdade religiosa que a laicidade gera, os evangélicos vêm se tornando o público crescente em número e atuação na sociedade e em um dos seus mais distintos campos de ação, a política.

Pensar em secularização como o afastamento definitivo da religião do espaço público é diametralmente oposto ao notado nas mais diversas pesquisas realizadas por cientistas sociais e da religião. Notadamente, a modernidade reservou ao campo religioso uma nova configuração, onde sua participação na sociedade tomou contornos que o Estado, a Igreja e a população cotidiana e diariamente desenham, não sendo a secularização, portanto, um processo finalizado, acabado, e sim, em construção.

A organização estatutária da IEQ, bem como de um *modus operandi* interno, destacado pela existência do Projeto Cidadania IEQ, confirma o movimento da Igreja sobre a esfera política, evidenciando, com diferentes ênfases, a imbricação religião-política, especialmente pela manutenção de um sistema de escolha de agentes religiosos como representantes oficiais nas eleições proporcionais. As candidaturas de Pastor Valdir e de Pastora Jurema indicam, de alguma maneira, o processo de empoderamento de minorias (BURITY, 2005), afinal tratam de personagens representativos do universo afrodescendente e das mulheres.

A observação da modernidade como fruto da pluralidade de processos sociais (HABERMAS, 2000) e como contributivo à formação de identidades, à expansão da participação política, e ao refletir sobre a ação evangélica no campo político-social, encontra-se em consonância com as observações de que não há afastamento da religião, e sim um afrouxamento de sua centralidade. Ao invés da inércia ou apatia em relação aos fenômenos que afligem a sociedade, tem-se a preocupação em ser parte dela.

A expansão do número de evangélicos na política brasileira, e a consolidação de uma proposta de ação direta por parte da IEQ desde 1999 – em razão da normatização estatutária da coordenação política da igreja –, é paradoxalmente um resultado possivelmente atribuível à laicidade, na medida em que essa emana a liberdade de culto e crença (MARIANO, 2016), impedindo que uma denominação concentre a influência nas relações estatais (GIUMBELLI, 2002, MONTERO, 2006).

Os projetos Cidadania IEQ e Ame sua cidade e ore por ela/Amigos da Cidade, atestam que a religião, nesse caso a IEQ, não pretende se “privatizar”, mas compreende possuir um papel colaborativo com o desenvolvimento da sociedade. Conforme traçado na presente pesquisa, a necessidade da sociedade em contar com uma direção, uma segurança, impulsiona a se buscar algo em que possa confiar e que seja capaz de tranquilizar ou resolver as inseguranças e instabilidades do mundo contemporâneo (BAUMAN, 2011). O discurso presente nos agentes religiosos da IEQ – de serem pessoas de bem, honestas, de família e outros adjetivos que apontem para a probidade e retidão – são elementos que possuem tanto o condão de alcançar o carisma junto ao eleitorado, para fins de êxito no pleito, como também suprimir a falta de autoridade que o Estado vem experimentando (GIDDENS, 2002, BAUMAN, 2011).

Este cenário de atuação de agentes religiosos na política – demonizada – para alcançar os ideais da sociedade, gera, conforme Giddens (2002), justamente um caminhar do lado oposto à pretensa secularização que a modernidade causaria, ressignificando o papel das instituições, mediante novas práticas religiosas no encaixe da pluralidade das denominações.

O Estatuto da IEQ de 1999 é uma reorganização das estruturas da denominação, visando o movimento ativo no campo político e o entrelaçamento entre fiéis e responsáveis – porta-vozes do sagrado – com a finalidade de estabelecer a Igreja como mais um dos interlocutores nas representações junto ao Estado. Com o projeto Cidadania IEQ, o tempo da política parece ser ininterrupto pelo acompanhamento dos mandatários e dos interessados em se candidatar. Soma-se a estes esforços, a realização de projetos que, embora não diretamente ligados à política partidária e ao tempo da eleição, funcionam como estandartes em

preparação do terreno propício à atuação do Cidadania IEQ. O “Ame sua cidade ou ore por ela”, e localmente, o “Amigos da Cidade”, atuam na conscientização, sobre o cidadão, em se importar com a cidade e com a política, para uma valorização da democracia e consequente melhor qualidade de vida. Notadamente o Projeto “Amigos da Cidade” serviu de instrumento também para arregimentar fiéis para a 1º IEQ de Campo Mourão – pela apresentação dos cultos e mensagens evangélicas – e aumentar o capital político da Pastora Jurema.

No tempo da eleição, momento em que as distinções sociais, de modos de pensar e compreensão do que seja a ação política tornam-se acentuadas, notou-se que a IEQ não está imune aos reflexos do período. Pastor Valdir e Pastora Jurema – um e outro apresentando-se como guias espirituais em seus templos e seguidores da mesma filosofia institucional – tiveram visíveis distinções no tempo da eleição, seja pelos partidos políticos a que pertenciam, pelo grupo majoritário que apoiavam, ou pelas cisões intra-eclesiásticas que eles expressavam desde as eleições municipais de 2012.

Durante a campanha, o acionamento de signos religiosos esteve presente entre os dois agentes religiosos pesquisados, mas destacou-se o maior volume dessas ocorrências pela Pastora Jurema, em especial quando comparado aos acionamentos do Pastor Valdir. Em contrapartida, este repousava sob a chancela de candidatura oficial pelo Projeto Cidadania IEQ, entretanto, os votos obtidos não foram suficientes para o êxito consistindo na quinta campanha a vereador sem representante da denominação eleito. Este panorama é contraposto à votação relevante da candidata não-oficial, que poderia ter sido eleita com mais 50 votos.

Apesar do resultado nas urnas, a organização verticalizada dos projetos encabeçados por Pastor Valdir e Pastora Jurema foi importante instrumento de acionamento da religião na campanha ao legislativo mourãoense, auxiliando nas definições dos apoios políticos e na construção de um perfil político, consolidando um protagonismo da IEQ no *locus* da pesquisa.

O cenário politicamente competitivo enfrentado pelos agentes religiosos pode ter sido um dos fatores que não colaboraram com o êxito eleitoral, despontando também uma possível falha de estratégia política ante a incoerência de diálogo entre as lideranças locais da IEQ, dada a dispersão de votos dos fiéis entre as duas candidaturas, e a limitada campanha do Pastor Valdir em comparação à própria Pastora Jurema.

Embora o Pastor Valdir tenha feito o acionamento da religião, e o número de votos apresentar crescimento em comparação às candidaturas oficiais da IEQ dos últimos três pleitos em Campo Mourão, a fidelidade estatutária, exigida dos membros da denominação perante o candidato oficial, não apresentou resultados, vez que sua votação foi inferior à da

candidata não-oficial, Pastora Jurema. Outrossim, o uso de signos religiosos não garantiu a eleição desta, ainda que já possuidora de capital político obtido nas eleições de 2012.

O número de votos alcançados por Pastora Jurema (712 votos obtidos) e Pastor Valdir (350 votos) não podem ser relacionados exclusivamente ao eleitorado evangélico, bem como o resultado dos agentes religiosos da IEQ em Campo Mourão não pode ser medido como positivo ou negativo unicamente pela quantidade obtida nas urnas. Porém, levantam-se questões sobre eventual erro de estratégia na indicação do candidato oficial pelo Projeto Cidadania IEQ, que poderia ter resultado na eleição da Pastora Jurema, visto ser detentora de desenvoltura política que lhe aproximou da oportunidade de vaga ao legislativo.

Muitas outras reflexões podem ser feitas a partir do empírico apresentado neste texto, especialmente considerando a proposta de que olhares interdisciplinares, [tais como o da Ciência Política, do Direito, da Sociologia, da Antropologia e da Ciências da Religião](#), parem sobre ele, sobremaneira ao se analisar todo o conjunto de dados a apontar que, além dos grupos sociais constituídos pelo ordenamento lançado pelo próprio Estado – partidos, sindicatos, órgãos de classe –, as autoridades religiosas vem se fazendo presentes em cada pleito.

Trata-se de um cenário em que se vislumbra uma competição por apoios no tempo da política (campanha e mandato), tudo para que as pautas das denominações venham a ter mais voz na esfera pública, em particular na política, o que nos impulsiona à compreensão atualizada do que vem a ser laicidade, especialmente no Brasil, e que a modernidade não é, necessariamente, secularizante.

ENTREVISTAS

BRITTO, Paulo Cesar da Silva. **Entrevista**. Curitiba, 13 de julho de 2017, (A/A).

MODESTO, Valdir. **Entrevista**. Campo Mourão, 15 de setembro 2016. (A/A).

PORTES, André Luiz. **Entrevista**. Campo Mourão, 04 de outubro de 2017. (A/A).

PORTES, Jurema Lopes Lorena. **Entrevista**. Campo Mourão, 27 de setembro 2016. (A/A).

REFERÊNCIAS

AGGIO, Camilo; REIS, Lucas. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos nas eleições municipais de 2012. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 155-188, jul./dez. 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Valdevino de. Agentes Religiosos e bens simbólicos: (neo)pentecostalismo e semiótica sob um olhar bourdiano. **Ciências da Religião**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 185-203, 2015.

ALVARENGA, Augusta Thereza et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (org.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011, p. 3-68.

ANTONIAZZI, Alberto. As religiões no Brasil segundo o censo 2000. **Rever - Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 75-80, 2003.

ARAGÃO, Jarbas. **Entenda melhor a participação dos políticos evangélicos no Brasil**. Gospel Prime, 2014. Disponível em: <<https://noticias.gospelprime.com.br/entenda-participacao-politicos-evangelicos-brasil/>> Acesso em: 26 dez. 2016.

ARENDDT, Hanna. **O que é política?** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira**: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo: Annablume, 2009.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BAQUERO, Marcello. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In: _____ (org.). **A lógica do processo eleitoral em tempos modernos**: novas perspectivas de análise. Porto Alegre/Canoas: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, p. 123-140.

BAUBÉROT, Jean. Le protestantisme dans une société postsécularisée. **Revue de théologie et de philosophie**, Lausanne, v. 1, n. 120, p. 41-61, 1988.

BAUMAN, Zigmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BRASIL. **Resolução n. 466/12-CNS**. Estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2012.

BERGER, Peter. **Os múltiplos altares da modernidade**: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-24, 2000.

_____. **O dossel sagrado**: elementos para uma sociologia da religião. São Paulo, Paulinas, 1985.

BERQUÓ, Elza; ALENCASTRO, Luis Felipe de. A emergência do voto negro. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 33, p. 77-88, jul. 1992.

BIANCHINI, Aline Feijó. **Política na web**: um estudo sobre o uso de redes e mídias sociais pelos candidatos à prefeitura de Porto Alegre em 2012. 2013, 193f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOCA SANTA. **Frente Cristã Evangélica**. Publicado em 08 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbWlyb3RhaUB6aHo6666YWQ9NjA5OTUxJmx1bW90ZV9vZGFjaWU9OTA5NQ>>. Acesso em: 13 nov. 2017

BOCA SANTA. **Lista tríplice**. Publicado em 30 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbWlyb3RhaUB6aHo6666YWQ9NTMzNDQmbHVtb3RlX29kYWNPZT0zNzQ>>. Acesso em: 09 de jun. 2017.

BOHN, Simone Rodrigues. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 366-387, nov. 2007.

_____. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out. 2004.

BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria Alejandra; BECHER, André Roberto. Clientelismo, internet e voto: personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 168-197, jun. 2013.

BURITY, Joanildo A. Políticas de minoritização religiosa e glocalização: notas para um estudo de redes religiosas de ativismo sócio-político transnacional. **Cuerpos, emociones y sociedad**, Córdoba, v. 7, n. 18, p. 19-30, ago./nov. 2005.

_____. A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 27-45, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA FEDERAL. **Fac-símile da Denúncia por Crime de Responsabilidade** – DCR 1/2015 (Inteiro Teor) – Autorização de processamento de Impeachment em face de Dilma Vana Rousseff. Brasília: Congresso Nacional, 2016.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Pentecostalismo e protestantismo “histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 504-533, jul./set. 2011.

_____. O projeto político de “Governo do Justo”: os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara Federal. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 11, n. 18, p. 39-82, jul./dez. 2010.

_____. Os políticos de Cristo: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria da Dores Campos. **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2006, p. 29-90.

_____. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. **Revista USP**, São Paulo, n. 61, p. 146-163, mar./maio 2004.

CARDOZO CUNHA, Vanessa. O uso das cibernarrativas neopentecostais como estratégia política de Marcelo Crivella nas eleições municipais de 2016. **Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Curitiba: InterCom, setembro, 2017.

CASANOVA, José. The secular and secularisms. **Social Research**, Nova Iorque, v. 76, n. 4, p. 1049-1066, 2009.

CERVI, Emerson Urizzi. O “Tempo da política” e a distribuição de recursos partidários: uma análise do HGPE. **Revista em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 8, p. 12-17, 2010.

CERVI, Emerson Urizzi, MASSUCHIN, Michele Goulart, CAMPOS, Eva. Personalismo e partidarismo em perspectiva comparada nas postagens do Facebook: uma análise da cobertura eleitoral nas fanpages dos principais jornais durante as eleições de 2014 no Brasil e de 2015 na Espanha. **Anais do XXV Compós**, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, jun. 2015.

CHAGAS, Tiago. **Evangélicos elegerão um presidente da República**: diz Senador Marcelo Crivella. Gospel Mais: Sítio eletrônico. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/evangelicos-elegerao-presidente-republica-marcelo-crivella-86340.html>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

CIPRIANI, Roberto. A religião no espaço público. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson (org.) **A religião no espaço público**: atores e objetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 15-27.

CORADINI, Odaci Luiz. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.241-256, jun. 2010.

CORTEZ, Rodrigo Claudino. **Um ensaio para a administração estratégica da Igreja do Evangelho Quadrangular**. 2009, 122 f. Monografia (Bacharelado em Administração) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CUNHA, Magali. O poder evangélico no Brasil. **Revista Giz**, São Paulo, n. 6, p. 566-586, jun. 2016.

DABOIT, Pedro Carlos. **Do sócio-religioso ao sócio-político**: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no oeste catarinense. 1996, 104f., Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

DATASENADO; PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER. **Mulheres na Política**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/senado/procuradoria/publicacao/cartilha-mulheres-napolitica>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

DAVIE, Gracie. **The sociology of religion**. Londres: Sage Publications, 2007.

DELOYE, Yves. Socialisation religieuse et comportement électoral en France. L'affaire des "catéchisme augmentés" (19e-20e siècles). **Revue française de Science politique**, Paris, 52a., n. 2-3, p. 179-199, jul./dez. 2002.

DIAS, Agemir de Carvalho, BANDT, Daniel Langemann. A implantação da Igreja do Evangelho Quadrangular em Curitiba: a evangelização através de tendas. In: SANCHES, M.A. (org.). **Anais eletrônicos do Congresso de Teologia da PUCPR**, 9 ed. Curitiba: Champagnat, p. 80-90, 2009.

DUARTE, Tatiane dos Santos. A autoridade não vem do sexo, mas sim do Senhor: investidura religiosa e delegação política. **Anais do ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009.

DUARTE DE SOUZA, Sandra. Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1261-1295, jul./set. 2015.

EDWIN FERRAZ. **Publicação em streaming no Youtube do ConectandoCm**, Campo Mourão, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KXXo1zR5cf0&t=67s>>. Acesso em: 28 set. 2016

EUFRAZINO, Lara de Figueiredo. **Marketing político e mídias sociais**: as estratégias utilizadas no Facebook e twitter de Cássio Cunha Lima PSDB/PB, nas eleições de 2014. 2015, 134f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

FERNANDES, Rubem Cesar (coord.). **Novo nascimento**: os evangélicos em casa, na igreja e na política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FERREIRA, Karla Lourdes. **Mídias sociais e práticas de participação política**: um estudo de caso das eleições municipais de 2012, em Natal. 2013, 184f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

FIGUEIREDO, Marcus *et al.* Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 4, n. 3, p. 182-203, nov. 1997.

FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho de. **Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil**: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política (1998-2001). 333f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FRANCISCO SILVA. **Culto da Igreja do Evangelho Quadrangular em Campo Mourão (1986)**. Ponta Grossa, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SangueFogoeUncao1/photos/a.453649104708377.1073741825.434457016627586/453651968041424/?type=3&theater>>. Acesso em 13 nov. 2017.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica**. Câmara dos Deputados, Brasília, Diário Oficial da União, novembro, 2015.

FRESTON, Paul. **Os protestantes e a política no Brasil**: da constituinte ao impeachment. 303f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro, Schimidt, 1993.

GAUCHET, Marcel. Le mal démocratique. **Revue Esprit**, Paris, n. 195, p. 67-88, out. 1993.

_____. **Le désenchantement du monde**: une histoire politique de la religion. Paris: Gallimard, 1985.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p. 80-101, 2008.

_____. **O fim da religião**: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar, 2002

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOLDMAN, Marcio. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 311-332, p. 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1988-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GOMES, Wilson. Nem anjos nem demônios. In: ANTONIAZZI, Alberto (coord.). **Nem anjos nem demônios**: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 239-270.

HABERMAS, Jürgen. **Fé e saber**. São Paulo: UNESP, 2013.

HERMES, Flávio. **Secretaria Geral de Cidadania**. Brasília: Portal da Igreja do Evangelho Quadrangular, jul. 2016. Disponível em: <<http://www.portalbr4.com.br/Artigo/71/materia>>. Acesso: 17. nov. 2017

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Catholicisme, la fin d'un monde**. Paris: Bayard, 2003.

IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR. **Cruzada Nacional de Evangelização em 1954**: Portal da Igreja do Evangelho Quadrangular, Brasília, 2016. Disponível em <<http://www.portalieqbrasil.com.br/materias/5>> Acesso em: 13 nov. 2017.

IRINEU RODRIGUES, Pastor. **Quadrangular no Paraná: um ministério crescendo em graça**. Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://pastoririneurodrigues.com.br/historia-da-ieq-no-parana/>>. Acesso em: 17 nov. 2017

KOSSAR, Raquel. **Pr Júlio O. Rosa da IEQ**: blog com a finalidade de preservar a história da vida e obra literária do Pastor Júlio de Oliveira Rosa, tendeiro, pioneiro da IEQ no Brasil (1923-2004). Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://prjuliorosa1ieq.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2017

KURU, Ahmet. **Secularism and state police toward, religion, and politics**. Cambridge, Nova York: Columbia University Press, 2009.

_____. Changing Perspectives on Islamism and Secularism in Turkey: The Gülen Movement and the AK Party. In: YILMAZ, Ihsan. **Muslim World in Transition: The Gülen Movement**. Londres: Leed Metropolitan University Press, 2007, p. 140-151.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 163-167, 2007.

LAMOUNIER, Bolívar. Raça e classe na política brasileira. **Cadernos Brasileiros**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 39-50, 1968.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LÉONARD, Emile-Guilahume. **O protestantismo brasileiro**. 3 ed. São Paulo: ASTE, 2002.

LIBANIO, João Batista. **Igreja contemporânea: encontro com a modernidade**. São Paulo: Loyola, 2000

LOTT, Henrique. **Religião, política e democracia**: a sociedade desencantada de Marcel Gauchet. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.

MACEDO, Edir. **Plano de poder**: Deus, os cristãos e a política. São Paulo: Thomas Nelson, 2008.

MACHADO, Mônica Sampaio; Nacif, Cristina Lontra. Evangélicos, política e espaço: novas estratégias rumo à Presidência da República. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 566-586, 2016.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos; FIGUEIREDO, Fabiana de Melo de. Gênero, Religião e Política: as evangélicas nas disputas eleitorais na cidade do Rio de Janeiro. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 4, n. 4, p. 125-148, out. 2002.

MACHADO NETO, Afonso Celso (coord.). **Sociedade e história do Brasil**: os primeiros tempos da República. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2000.

MAGGIE, Yvonne. O medo do feitiço: verdades e mentiras sobre a repressão às religiões mediúnicas. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-86, 1986.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. Os evangélicos e a política. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 91-112, ago./dez. 2006a.

_____. **Religião e política**: o fenômeno evangélico. 2006. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2006b.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Mercado Aberto/FGV, 2001.

MANTZAVINOS, Chrysostomos. O círculo hermenêutico: que problema é este?. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 57-69, 2014.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil. **Com Ciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, Campinas, v. 65, 2005. Disponível em <<http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/2005/05/13.shtml>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 710-728, 2016.

_____. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago. 2011.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, set./dez. 2004.

_____. Efeitos da Secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111-125, jun. 2003.

_____. **Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil**. 319f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Internet e Eleições 2010 no Brasil: rupturas e continuidades nos padrões midiáticos das campanhas políticas online. In: MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camilo. **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 95-117.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MEDEIROS, Étore; FONSECA, Bruno. As bancadas da Câmara. **Agência Pública**, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/&gws_rd=cr&dcr=0&ei=TYmzWbGIMYT_wQTfoYW4AQ>. Acesso em: 16 mar. 2017.

MEIRELLES, Mauro. Nem sempre as coisas foram assim: ou dos (des)encantamentos do campo político e religioso frente as eleições de 2006. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 7, n. 10, p. 51-64, jul./dez. 2006.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 48-67, set./nov. 2005.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Religião e Política: estratégias institucionais e acionamentos religiosos por candidatos evangélicos em eleições proporcionais (2008-2016). **Rever**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 139-165, 2017b.

_____. Boa política se faz com gente do bem: candidatos evangélicos nas eleições proporcionais de 2016 em Campo Mourão, PR. **Revista TEL**, Irati, v. 8, n. 1, p. 197-227, jan./jul. 2017a.

MEZZOMO, Frank Antonio; Pátaro, Cristina Satiê de Oliveira; ONOFRE, Lucas. Evangélicos na política: as eleições proporcionais de Campo Mourão em 2012. **Rever**, São Paulo, v. 14, p. 244-264, 2014.

MIRANDA, Julia. **Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político**. Rio de Janeiro: Relume Delumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo, Hucitec, 2004.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

_____. **Ciência com consciência**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MONTERO, Paula. Religião, laicidade e secularismo. Um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro. **Cultura y Religión**, Santiago, v. 17, n. 2, p. 13-31, 2013.

_____. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 7-16, maio 2009.

_____. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 74, p. 47-64, mar. 2006.

MONTERO, Paula; ALMEIDA, Ronaldo. O campo religioso brasileiro no limiar do século: problemas e perspectivas. In: RATTNER, Henrique (org.). **Brasil no limiar do Século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. São Paulo: USP, 2000, p. 325-340.

NOVAES, Regina Reyes. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens In: FRIDMAN, Luiz (org.). **Política e cultura: século XXI**. Rio de Janeiro. Relume Dumará: ALERJ, p. 63-97, 2002.

_____. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 60-81, mar./maio 2001.

_____. **Os escolhidos de Deus: trabalhadores, pentecostais e cidadania**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 221-237, maio/ago. 2011.

_____. A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, out. 2003.

_____. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS). **Debates do Ner**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 9-71, set. 2001.

PALARD, Jacques. Médiation et institution catholique. **Archives de sciences sociales des religions**, Paris, n. 133, p. 9-26, jan./mar. 2006.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2002, p. 171-178.

PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 89, p. 29-40, jun. 2010.

PAULA, Vitor Aparecido Santos de. Religião e Política no Vale do Paranapanema: a Igreja do Evangelho Quadrangular em Assis-SP (1996-2008). 148f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

PEDDE, Valdir. A percepção dos fiéis pentecostais quanto ao envolvimento de suas denominações na atividade política. **Debates do Ner**, Porto Alegre, v. 5, n. 6, p. 113-128, dez. 2004.

PEIRANO, Mariza. A análise antropológica dos rituais. In: _____ (org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 17-40.

_____. **Uma antropologia da política: rituais, representações e violência**. Rio de Janeiro: Nucleo de Antropologia da Política, 1998.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo. Marketing político na era digital: perspectivas e possibilidades. **Revista USP**, São Paulo, n. 90, p. 6-23, jun./ago. 2011.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 89, p. 5-15, mar. 2011.

_____. Reencantamento e dessecularização - a propósito do auto-engano em sociologia da religião. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 49, p. 99-117, nov. 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, José Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 20-43, jun. 1995.

PIERUCCI, Antônio Flávio; MARIANO, Ricardo. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 34, p. 92-106, nov. 1992.

PIRES, Livia Maria Falconi. **O funcionamento do discurso político: o twitter na campanha presidencial de 2010**. 132f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, 2013.

PRANDI, Reginaldo. Raça e voto na eleição presidencial de 1994. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 61-78, 1996.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. Uma interpretação da sociologia da religião de Danièle Hervieu-Lèger. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, a. 3, ed. 7, p. 183-198, maio/ago. 2009.

PY, Fábio; REIS, Marcos Vinícius de Freitas. Católicos e evangélicos na política brasileira. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 135-161, jul./dez. 2015.

QUADRANGULAR, Igreja Brasileira do Evangelho. Estatuto Nacional da IEQ. São Paulo: IEQ, 1999.

RAINIE, Lee. Social Media and Voting. **Pew Research Center Internet & American Life Project**, Washington D.C, nov. 2012. Disponível em: <http://www.pewinternet.org/~media/Files/Reports/2012/PIP_TheSocialVote_PDF.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2017.

RANQUETAT JR, Cesar. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2008.

RAYNAUT, Claude. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. **Interthesis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2014.

RIVERA, Dario Paulo Barreira. Pluralismo religioso e secularização: pentecostais na periferia da cidade de São Bernardo do Campo no Brasil. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 50-76, mar. 2010.

_____. Desencantamento do mundo e declínio dos compromissos religiosos: a transformação religiosa antes da pós-modernidade. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, a. 4, n. 4, p. 87-104, out. 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. Rio de Janeiro: Publifolha, 2006.

ROLIM, Francisco. **Pentecostalismo**: Brasil e América Latina. Petrópolis: Vozes, 1994.

ROY, Olivier. La crise de l'État laïque et les nouvelles formes de religiosité. **Revue Esprit**, Paris, n. 312, p. 27-44, fev. 2005.

SALDANHA, Nelson. **Ética e história**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

SARMENTO, Daniel. O crucifixo nos tribunais e a laicidade do Estado. **Revista Eletrônica PRPE - MPF**, Recife, ano 5, p. 1-17, maio 2007.

SCHMIDT, João Pedro. Comunidade e comunitarismo: considerações sobre a inovação da ordem sociopolítica. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 3, p. 300-313, set./dez. 2011.

SCHOENFELDER, Rosilene; PAZ, Joice Lisa Zenatti. A Igreja do Evangelho Quadrangular nas eleições de 2006: a disputa pela vaga de deputado federal. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 7, n. 10, p. 27-37, jul./dez. 2006.

SIEPIERSKI, Paulo D. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997.

SILVA, Antônio Ozaí. Política e religião: entre o mal e o bem. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 52, set. 2005. Disponível em: <<https://antoniozai.wordpress.com/2015/12/12/politica-e-religiao-entre-o-mal-e-o-bem/>> Acesso em: 23 set. 2017.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Perspectivas da laicidade no Brasil contemporâneo. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 327-350, jul./dez. 2015.

SORJ, Bernardo. Internet, espaço público e marketing político: entre a promoção da comunicação e o solipsismo moralista. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 76, p. 123-136, nov. 2006.

SOUZA, José Carlos Aguiar. **O projeto da modernidade**: autonomia, secularização e novas perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2005.

STOCCHERO, Esmeê de Castro. **Uma jornada de fé**. Curitiba: Edição do autor, 2007.

TADVALD, Marcelo. Eleitos de Deus e pelo povo: os evangélicos e as eleições federais de 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 11, n. 18, p. 83-109, jul./dez. 2010.

_____. A demonização da política ou a política demonizada? Os evangélicos e as eleições federais de 2006. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 7, n. 10, p. 79-88, jul./dez. 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: Livro 1 - Leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TURNER, Victor. *Betwixt and between*: o período liminar nos 'ritos de passagem'. In: _____. **Florestas de símbolos**. Niterói: Editora da UFF, 2005, p. 137-158.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VILAÇA, Helena; DAVIE, Grace. Pensar sociologicamente a religião: uma conversa com Grace Davie. **E-cadernos Centro de Estudos Sociais**, Coimbra, n. 13, p. 113-124, 2011.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll & Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2013.